



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 5^a REGIÃO FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

MAIO/2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 5^a REGIÃO FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011, Portaria CGU nº 2.546/2010 e Norma de Execução CGU nº 03/2010

Salvador/BA, 05/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

- AFRFB** – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COREP - Coordenação de Vigilância e Repressão
CORIS - Coordenação de Gestão de Riscos
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DEINF - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo

DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIGEP - Divisão de Gestão de Pessoas
DIPOL - Divisão de Programação e Logística
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
e-CAC - Centro Virtual de Atendimento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SATEL - Seção de Tecnologia da Informação e Logística
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ	15
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	39
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	46
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias	60
Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes	61
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital	62
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	63
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	64
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	68
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários	69
Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	70
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	72
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	73
Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	74
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	87
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ	89
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	90
Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ..	91
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	91
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de Escolaridade	92
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários	92
Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois anteriores	93
Quadro A.5.10 – Cargos Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ	95
Quadro A.5.11 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos	95
Quadro A.5.13 – Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	99
Quadro A.5.14 – Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	103

Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes	116
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ	116
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento da Obrigaçāo de entregar a DBR	122
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	125
Quadro A.10.1 – Gestāo Ambiental e Licitacōes Sustentáveis	128
Quadro A.11.1 – Distribuiçāo Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial da União.....	131
Quadro A.11.2 – Distribuiçāo Espacial dos Bens Imóveis e Uso especial Locados de Terceiros.	131
Quadro A.11.3 – Discriminaçāo dos Bens Imóveis de Propriedade da União	132
Quadro A.12.1 – Gestāo de TI da UJ	135
Quadro A.13.1 – Despesa com Cartāo de Crédito Corporativo por UG e por Portador	137
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartāo de Crédito Corporativo (Série Histórica)	138
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	142
Declaração do Contador	159
Ajustes Item 2 e Subitens 5.5.1 e 5.5.2.....	161

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	13
Parte A – Conteúdo Geral	
1 – Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
2 – Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	16
3 – Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos..	84
4 – Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	86
5 – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	88
6 – Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso	115
7 – Declaração do SIASG e do SICONV	119
8 – Informações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	121
9 – Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	124
10 – Informações sobre Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Serviços e Obras	127
11 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da Unidade ...	130
12 – Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	134
13 – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal	136
14 - Informações sobre Renúncia Tributária	139
15 - Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno	141
16 – Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Auditoria Interna da UJ	145
17 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade	147
Parte B – Informações Contábeis da Gestão	
18– Declaração do Contador	149
Parte C – Conteúdo Específico	
19 – Secretaria da Receita Federal do Brasil (Acórdão TCU nº 499/2009)	151
20 – Projetos Financiados com Recursos Externos .(Item 31 da Parte C).....	157
Anexos	
Anexo I – Declaração do SIASG e SICONV.....	159
Anexo II - Ajustes Item 2 e Subitens 5.5.1 e 5.5.2.....	161

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

- GABINETE – GABIN
- CORREGEDORIA-GERAL – COGER
- ASSESSORIA ESPECIAL – ASESP
- COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – COPAV
- COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA INTERNA – AUDIT
- COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO – COPEI
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM
- COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL – COCIF

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECRETARIAS

2.1 SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO – SUARA

- COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA – CODAC
- COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO FISCAL – COAEF
- COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS – COCAD
- COORDENAÇÃO ESPECIAL DE RESSARCIMENTO, COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO – COREC

2.2 SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO - SUTRI

- DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO - DRJ
- COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO – COSIT
- COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS E DE PREVISÃO E ANÁLISE DE ARRECADAÇÃO – COGET
- COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL – COCAJ

2.3 SUSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO - SUFIS

- COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO – COFIS
- COORDENAÇÃO ESPECIAL DE MAIORES CONTRIBUINTES – COMAC

- COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS – COPES

2.4 SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – SUARI

- COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA – COANA
- COORDENAÇÃO-GERAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CORIN

2.5 SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA – SUCOR

- COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA – COPOL
- COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – COTEC
- COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS – COGEP

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF, as Unidades abaixo:

1. DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF,

ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ALF, e

INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF e Inspetorias da Receita Federal do Brasil – IRF de classes “Especial A”, “Especial B” e “Especial C”, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

1.2 AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – ARF

Às Agências da Receita Federal do Brasil – ARF compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

OBS: As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF são subordinadas às Delegacias da Receita Federal – DRF. As Inspetorias da Receita Federal do Brasil – IRF, são subordinadas às DRFs, ALFs ou às IRFs – Classe Especial.

2. DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – DERAT

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária - Derat, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de atendimento e interação fisco-contribuinte, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

3. DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização - Defis, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuados os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

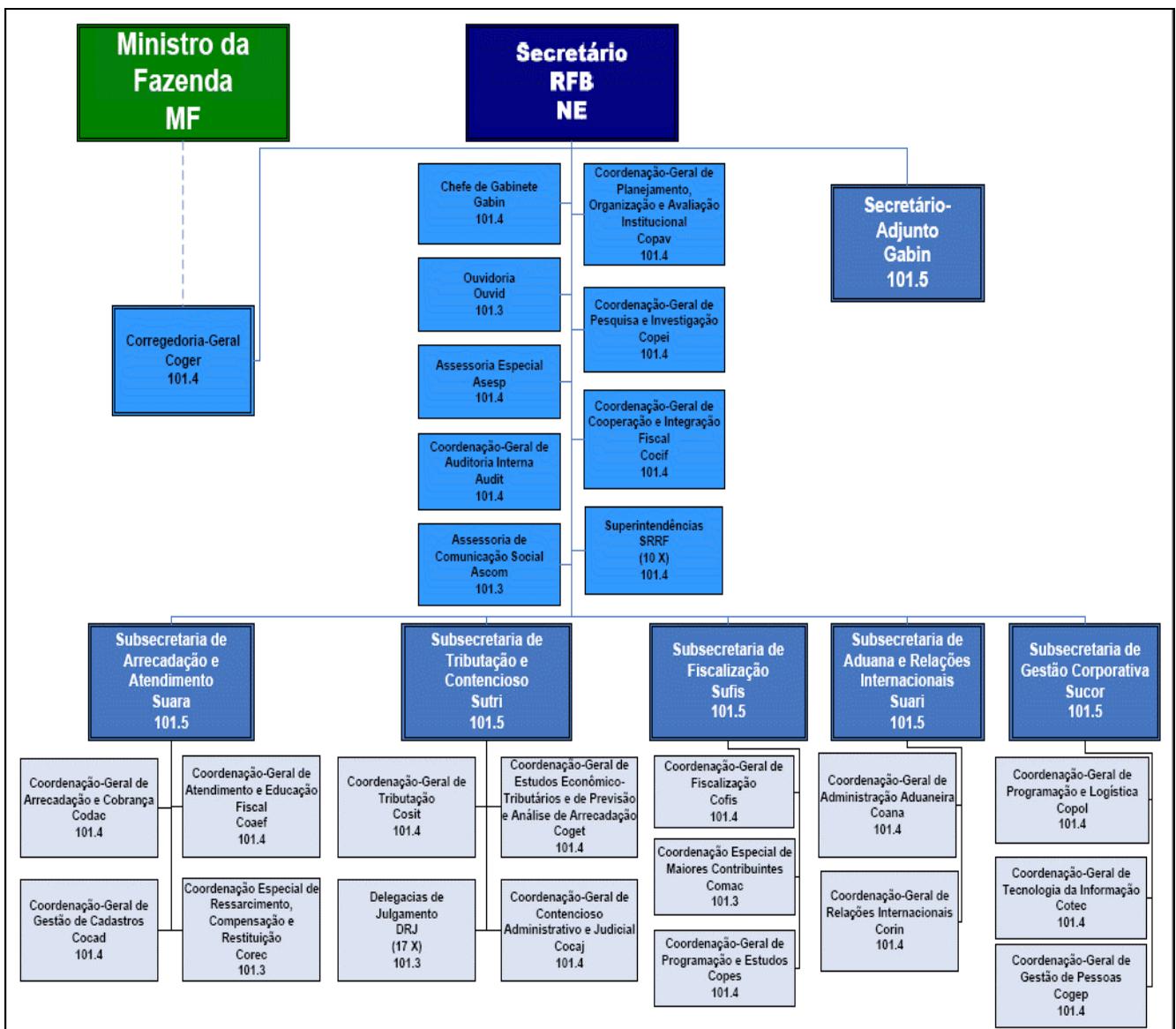
4. DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DEINF

À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras - Deinf, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, excetuando-se os relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, desenvolver as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e ainda, em relação aos contribuintes definidos por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, desenvolver as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e atendimento ao contribuinte, tecnologia e segurança da informação, programação e logística e gestão de pessoas.

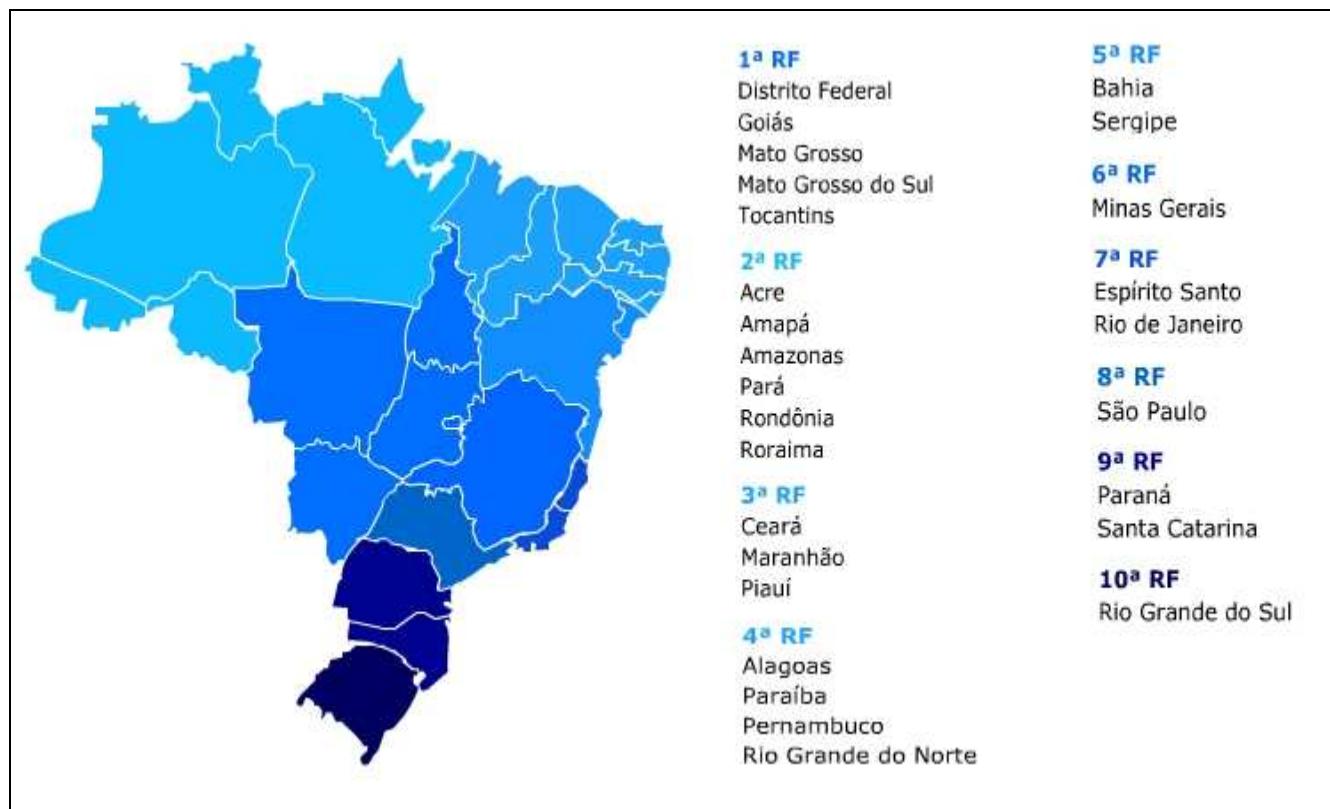
5. DELEGACIAS ESPECIAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES – DEMAC

Às Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac compete, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e aos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, desenvolver as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização e ainda, desenvolver as atividades de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

Organograma da Receita Federal do Brasil – RFB



Unidades Descentralizadas



QUANTIDADE DE UNIDADES POR REGIÃO FISCAL												
Tipo	1ª RF	2ª RF	3ª RF	4ª RF	5ª RF	6ª RF	7ª RF	8ª RF	9ª RF	10ª RF	DRJ	Total
ALF	1	4	4	2	2		4	4	3	2		26
ARF	33	23	34	31	33	41	21	64	43	39		362
Defis								1				1
Deinf								1				1
Demac						1	1	1				3
Derat								1				1
DRF	7	9	7	7	6	12	8	21	11	9		97
DRJ											17	17
IRF	6	15		6	3	1	1	2	10	12		56
SRRF	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		10
Total Global	48	52	46	47	45	56	36	96	68	63	17	574

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado por itens de acordo com o Anexo II da DN TCU nº 108/2010, sendo que, do item 1 ao 17 está conforme a Parte A - Conteúdo Geral, o item 18 conforme a Parte B – Informações Contábeis da Gestão e os itens 19 e 20 conforme a Parte C – Conteúdo Específico.

As informações contidas neste Relatório de Gestão são referentes às Unidades Gestoras sob jurisdição da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – SRRF05.

Alguns Itens e Quadros são pertinentes apenas à Unidade Orçamentária – 170010 – Secretaria da Receita Federal do Brasil e tais informações estão replicadas neste Relatório de Gestão da Superintendência Regional com a finalidade de facilitar a avaliação das informações pelos Órgãos de Controle Regionais.

O item 14 não se aplica à UJ, tendo em vista que a Receita Federal do Brasil não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária.

Apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência para os itens: 3.1, 6.1.3, 6.2, 15.1, 15.2 e 15.4.

Ao final do Relatório de Gestão encontra-se o anexo com documento digitalizado.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 1: Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada (Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

1 – Identificação

Quadro A.1.1 –Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda	Código SIORG: 001929			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal – SRRF05				
Denominação abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal				
Código SIORG: 003156	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 170078		
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Administração Tributária		Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:	(071) 3146-1010	(071) 3416-1002		
E-mail:	internetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Rua Alceu Amoroso Lima, 862, Caminho das Árvore, CEP: 41820-770, Salvador/BA				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007; Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. em 09 de dezembro de 2010; Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009; Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. em 09 de dezembro de 2010; Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009; Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. em 09 de dezembro de 2010; Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009; Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010.				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
170072	DELEGACIA DA RFB EM ARACAJU			
170079	DELEGACIA DA RFB EM SALVADOR			
170080	DELEGACIA DA RFB EM FEIRA DE SANTANA			
170081	DELEGACIA DA RFB EM VITÓRIA DA CONQUISTA			
170226	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SALVADOR			
170326	DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI			
170327	DELEGACIA DA RFB EM ITABUNA			
170382	ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE SALVADOR			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro Nacional			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
170072	00001			
170079	00001			
170080	00001			
170081	00001			
170226	00001			
170326	00001			
170327	00001			
170382	00001			

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 2: Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade (Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme definido no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011, são:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos; e

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira.

A estrutura organizacional da RFB está distribuída nos níveis central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto

- Gabinete – Gabin

- Corregedoria-Geral – Coger

- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif

b) Unidades de Atividades Específicas

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari

- Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana
- Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin

- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri

- Coordenação-Geral de Tributação – Cosit
- Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget
- Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial – Cocaj
- Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJ's

- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis

- Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis
- Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac
- Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes

- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara

- Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac
- Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef
- Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad
- Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec

- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor

- Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol
- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep

c) Unidades Descentralizadas

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

A seguir, estão relacionadas cada uma das dez Superintendências jurisdicionas e suas respectivas Regiões Fiscais (RF's).

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1 ^a RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2 ^a RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3 ^a RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4 ^a RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5 ^a RF	BA e SE	Salvador
6 ^a RF	MG	Belo Horizonte
7 ^a RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8 ^a RF	SP	São Paulo
9 ^a RF	PR e SC	Curitiba
10 ^a RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 17 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	17
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspeções da Receita Federal (IRF)	56
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	574

2.1.2.Objetivos estratégicos

Planejamento estratégico é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente e buscando alcançar a visão de futuro.

O ano de 2011 foi o último ano de um ciclo de planejamento estratégico da RFB, ciclo este iniciado em 2009. O novo ciclo abrange o período de 2012 a 2015.

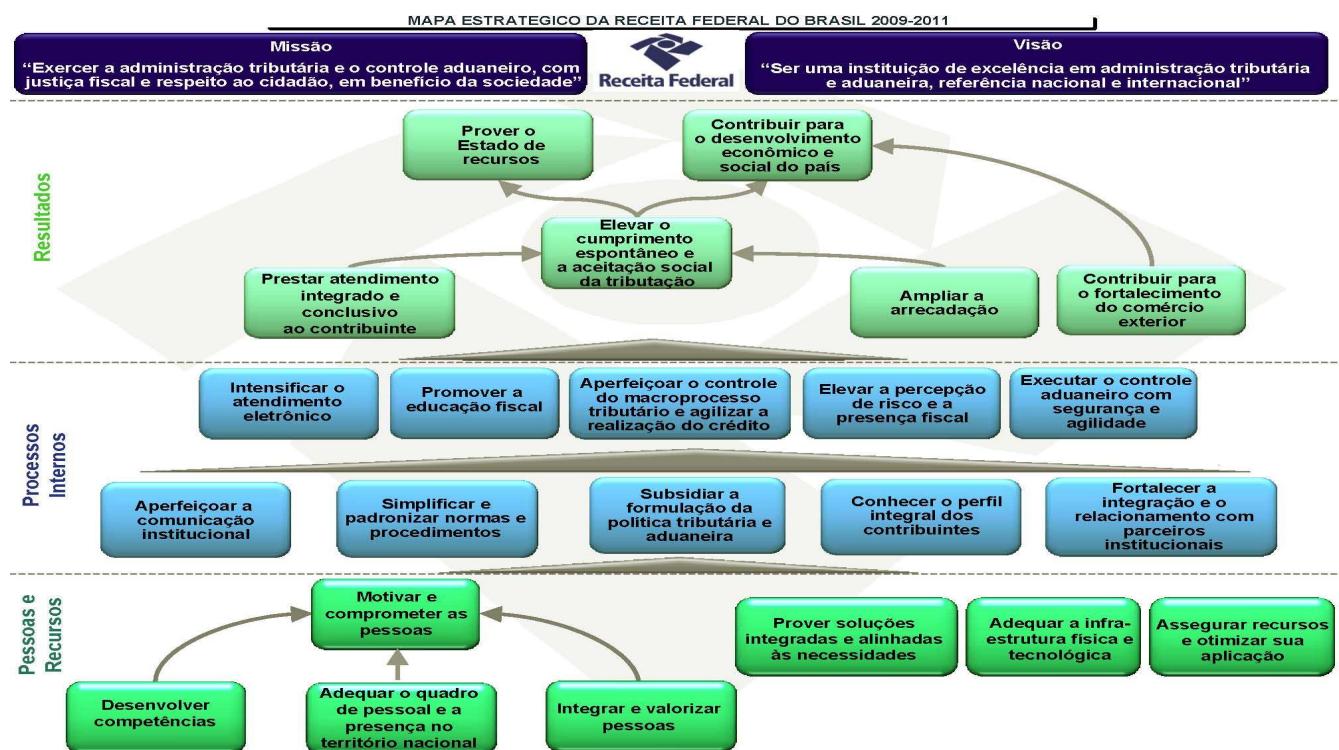
Os marcos institucionais da RFB, vigentes em 2011, estavam expressos em sua missão, sua visão e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas estava expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB estava assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que nortearam as ações da RFB e seu corpo funcional eram: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo.

O Mapa Estratégico da RFB vigente de 2009 a 2011 (figura a seguir) traduzia a missão, a visão e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que deviam direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Estavam elencados, por parte da RFB, 23 objetivos estratégicos. Estes eram os fins que foram perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas

e os desafios enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados

- 1) Prover o Estado de recursos - Prover o Estado de recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social;
- 2) Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País - Favorecer o desenvolvimento social e das atividades econômicas, contribuindo para a redução do “Custo Brasil”, minimizando os impactos negativos da tributação e do controle aduaneiro sobre a competitividade econômica das empresas e do País, no contexto nacional e internacional, por meio do combate eficaz à sonegação e da desburocratização de procedimentos;
- 3) Elevar o cumprimento espontâneo e a aceitação social da tributação - Fortalecer o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras pelos contribuintes, sem a necessidade de intervenção direta por parte da RFB, buscando o equilíbrio necessário entre a facilitação do cumprimento e o aumento da percepção de risco pelo descumprimento, fomentando uma aliança entre a instituição e os cidadãos que cumprem com suas obrigações contra aqueles que fraudam o Estado e a sociedade, buscando fazer com que a sociedade reconheça a tributação como fonte de recursos para a viabilização do bem estar social, a partir da constatação de que a RFB cumpre sua missão com justiça fiscal, integridade, competência, segurança e confiabilidade;
- 4) Prestar atendimento integrado e conclusivo ao contribuinte - Prestar atendimento relacionado ao crédito tributário independentemente de sua fase (administrativa ou executiva) em uma única unidade de atendimento, devidamente provida de servidores capacitados e sistemas integrados para a solução de demandas, tanto fazendárias quanto previdenciárias, solucionando-as, sempre que possível, na frente de atendimento;
- 5) Ampliar a arrecadação - Aplicar e garantir a efetividade do Sistema Tributário Nacional observando a capacidade contributiva dos contribuintes;
- 6) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior - Contribuir para a agilização da cadeia logística e fluidez do comércio exterior por meio da gestão aduaneira racional, transparente, eficiente e segura, proporcionando a defesa e a proteção do Estado e da sociedade.

II) Perspectiva de Processos Internos

- 7) Intensificar o atendimento eletrônico - Ampliar o acesso e a disponibilização de serviços ao contribuinte por meio da utilização massiva de meios eletrônicos;
- 8) Promover a educação fiscal - Fomentar a conscientização dos cidadãos para a função social dos tributos por meio de ações de educação fiscal;
- 9) Aperfeiçoar o controle do macroprocesso tributário e agilizar a realização do crédito - Identificar e explorar as oportunidades decorrentes da: racionalização dos processos integrantes do macroprocesso do crédito tributário de forma a permitir o efetivo controle, celeridade e qualidade de todas as suas fases, desde o lançamento até sua realização; integração dos órgãos que atuam no ciclo do crédito tributário, buscando a superação das limitações no tocante às dimensões de pessoal, recursos financeiros, tecnologia da informação, infraestrutura e normas legais. A identificação e exploração dessas oportunidades dependem, fundamentalmente, de iniciativas de gestão relacionadas à coordenação dos processos e projetos relacionados;
- 10) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal - Intensificar a atuação da fiscalização de tributos internos e de comércio exterior, com vistas ao aumento da presença fiscal e à elevação da percepção de risco pelos contribuintes, por meio da automatização do tratamento de informações, do aprimoramento, desenvolvimento e uso intensivo de técnicas de seleção de contribuintes, das atividades de inteligência e repressão aos ilícitos tributários e aduaneiros e à lavagem de dinheiro e

da atuação padronizada, integrada, abrangente, focada e tempestiva, primando pela qualidade e pela manutenção do crédito tributário;

11) Executar o controle aduaneiro com segurança e agilidade - Proporcionar um controle aduaneiro ágil, seguro, integrado e harmônico no fluxo do comércio exterior, consolidando a liderança da RFB perante os intervenientes públicos e privados;

12) Aperfeiçoar a comunicação institucional - Promover comunicação clara, direta, objetiva, tempestiva, ágil, oportunamente, consistente e acessível, que transmita as informações necessárias que sejam de interesse dos públicos interno e externo, fluindo de maneira harmônica no sentido vertical e horizontal da estrutura organizacional;

13) Simplificar e padronizar normas e procedimentos - Mapear e promover a simplificação, racionalização, integração e padronização das normas, dos procedimentos internos e das obrigações acessórias exigidas dos contribuintes, oferecendo orientações internas e externas de forma transparente e consolidada;

14) Subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira - Subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira com vistas à racionalidade, operacionalidade e simplificação da legislação;

15) Conhecer o perfil integral dos contribuintes - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias, de forma a permitir uma atuação integral no monitoramento, no controle fiscal e na prestação de serviços;

16) Fortalecer a integração e o relacionamento com parceiros institucionais - Estabelecer, consolidar e aprimorar parcerias estratégicas nacionais e internacionais, por meio de convênios, acordos, operações conjuntas e outros mecanismos, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos

17) Motivar e comprometer as pessoas - Desenvolver e manter um ambiente organizacional que estimule a motivação e o comprometimento do corpo funcional, onde o servidor encontre espaço para o seu desenvolvimento integral, tanto em nível profissional quanto pessoal, que priorize a atuação integrada, a racionalização de esforços, a comunicação eficaz, a transparência, o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas e o compromisso com os resultados almejados pela instituição, e onde haja a permanente promoção da ética e dos valores institucionais;

18) Desenvolver competências - Gerir competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), possibilitando o contínuo e gradativo desenvolvimento técnico, gerencial e pessoal de todo o corpo funcional, capacitando-o para a utilização de novas tecnologias, ferramentas, métodos e técnicas de trabalho, desenvolvendo nos servidores uma visão global da instituição, estimulando a liderança e a inovação, fomentando o comprometimento, a cooperação e a proatividade;

19) Adequar o quadro de pessoal e a presença no território nacional - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, para que se tenha uma presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, segundo as características e necessidades de cada local;

20) Integrar e valorizar pessoas - Implementar gestão moderna de pessoas com mecanismos claros e objetivos de reconhecimento, de incentivos e de valorização, conciliando as necessidades da instituição e as expectativas de todos os servidores, para promover um clima harmonioso, integrado e construtivo;

21) Prover soluções integradas e alinhadas às necessidades - Implantar e aperfeiçoar soluções sistêmicas, procedimentos seguros, atualizados, consistentes, inovadores, eficientes e aderentes às

necessidades da instituição, que levem em conta a interdependência de todas as suas dimensões: gestão corporativa, estrutura organizacional, estrutura física, logística, tecnologia, pessoas, normas e procedimentos, e que visem tornar a RFB uma organização que trabalhe de forma integrada considerando a transversalidade dos processos de trabalho;

22) Adequar a infraestrutura física e tecnológica - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades e à quantidade de servidores de cada unidade, de forma a agilizar o atendimento de demandas e apoiar a tomada de decisões, considerando inclusive os desafios decorrentes da unificação;

23) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Maximizar a gestão e alocação de recursos orçamentários (custeio e investimento), logísticos (inclusive mercadorias apreendidas), humanos e de estrutura organizacional, buscando a melhor relação custo-benefício e a sincronia entre planejamento, orçamentação e execução, de forma coordenada e com foco nas prioridades organizacionais, objetivando a execução da estratégia da instituição.

Como os objetivos são amplos, no ano de 2011 foi determinada uma série de diretrizes, vinculadas a diversos objetivos estratégicos, que funcionaram como caminhos a seguir (quadro abaixo). Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA RFB – 2011

- **Vinculação do Orçamento com Planejamento Estratégico**
Objetivo: Assegurar recursos e otimizar sua aplicação
- **Fortalecimento do Planejamento e da Visão Estratégica**
- **Instituição da política de desenvolvimento interno de sistemas**
Objetivo: Prover soluções integradas e alinhadas às necessidades
- **Valorização da meritocracia**
Objetivo: Integrar e valorizar pessoas
- **Implementação de política permanente de adequação dos quadros funcionais**
Objetivo: Adequar o quadro de pessoal e a presença no território nacional
- **Identificação das competências e especialização do quadro técnico e gerencial**
Objetivo: Desenvolver competências
- **Aprimoramento da cooperação e da integração interinstitucional**
Objetivo: Fortalecer a integração e o relacionamento com parceiros institucionais
- **Integração e harmonização das informações cadastrais e econômico-fiscais**
Objetivo: Conhecer o perfil integral dos contribuintes
- **Desenvolvimento de estudos econômicos e de modelos normativos voltados para modernização do sistema tributário**

Objetivo: Subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira

- **Redução dos litígios fiscais e da insegurança jurídica**
- **Facilitação do cumprimento das obrigações tributárias**
- **Identificação da cadeia de valor e modelagem dos processos de trabalho**

Objetivo: Simplificar e padronizar normas e procedimentos

- **Fortalecimento da imagem da instituição e de seus servidores**

Objetivo: Aperfeiçoar a comunicação institucional

- **Intensificação da aplicação de medidas que contribuam para a defesa comercial**
- **Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de risco visando garantir a agilidade e a segurança do comércio exterior**

Objetivo: Executar o controle aduaneiro com segurança e agilidade

- **Intensificação do uso da tecnologia na seleção, programação, acompanhamento e fiscalização de contribuintes**
- **Fortalecimento do uso da inteligência fiscal e de técnicas modernas de fiscalização nas atividades de vigilância e repressão, no combate ao contrabando e descaminho**
- **Aperfeiçoamento das medidas de controle das transações financeiras e de combate ao crime de lavagem de dinheiro**
- **Intensificação das medidas de acompanhamento econômico tributário dos contribuintes diferenciados**

Objetivo: Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

- **Agilização do julgamento de processos fiscais no contencioso administrativo**
- **Agilização, integração e automatização do controle e da cobrança do crédito tributário**

Objetivo: Aperfeiçoar o controle do macroprocesso tributário e agilizar a realização do crédito

- **Intensificação do desenvolvimento de soluções que ampliem o acesso e a disponibilização de serviços ao contribuinte por meio eletrônico**

Objetivo: Intensificar o atendimento eletrônico

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A Receita Federal do Brasil adota metodologia moderna de planejamento e gestão estratégica. A figura a seguir (RFB: A Nossa Estratégia em Ação) mostra os passos dados para a montagem do plano estratégico da RFB.

RFB: A Nossa Estratégia em Ação



**Referenciais
Estratégicos da
RFB**

MISSÃO
Por quê existimos?

VALORES
O que é importante para nós?

VISÃO
O que queremos ser?

ESTRATÉGIA
Nosso plano de trabalho

**Painel Estratégico
ou BSC**

MAPA ESTRATÉGICO, INDICADORES E METAS
Foco, Comunicação e Alinhamento

**Ações
Estratégicas**

ALINHAMENTO DOS PROJETOS E PROCESSOS À ESTRATÉGIA
O que devemos melhorar?

ALINHAMENTO E COMPROMETIMENTO DAS PESSOAS À ESTRATÉGIA
O que eu necessito fazer?

RESULTADOS

RECURSOS
adequados

PESSOAS
motivadas e preparadas

PROCESSOS
eficientes e eficazes

SOCIEDADE
satisfita

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4.3) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil – RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação.

Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização, de modo que a gerência de portfólio e de projetos insere-se como atividade crítica para a gestão estratégica.

No de 2011, com a mudança de Governo, especificamente da Presidência da República, esse trabalho de priorização foi refeito, de forma a promover o alinhamento com as novas diretrizes governamentais.

A partir do discurso presidencial, dos pilares socioeconômicos e das diretrizes governamentais, foram definidas pela Alta Administração da Organização as novas diretrizes estratégicas da RFB para o ano de 2011 (ver item 2.1.2).

A partir dessas diretrizes, ligadas aos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico 2009-2011, o Gabinete RFB com a participação dos Subsecretários e Unidades ligadas diretamente ao Gabinete selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de projetos estratégicos institucionais da Receita Federal.

Lista dos Projetos Estratégicos Institucionais *	
Projetos	Objetivos
Melhoria da Intranet	Melhorar a comunicação interna por meio de uma intranet organizada e intuitiva, com fácil acesso à informação tempestiva e percebida pelo usuário final como confiável e relevante.
Aperfeiçoamento da internet	Melhorar a divulgação institucional por meio do site da RFB na internet.
Gestão de Processos	Mapear os processos de trabalho da RFB, estabelecendo sua cadeia de valor, e a partir daí construir uma sistemática de Gestão de Processos que permita o monitoramento e a avaliação do desempenho dos processos visando sua melhoria contínua em um ciclo permanente de mapeamento – monitoramento e avaliação - redesenho.
PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
Sub-Programa e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
SCC - Créditos de Pis e Cofins Não Cumulativos	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
SIC - Sistemas Integrados do MCT	Implantar um conjunto de sistemas que atenda a RFB, PGFN e PGF no tratamento da cobrança dos créditos públicos (tributário e não tributário) no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, assim como fazer o acompanhamento e controle da Dívida Ativa da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais (administração da Dívida Ativa, Inscrição, encaminhamento para Ajuizamento e para Cobrança Judicial).
SCC - Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
SCC - Créditos de Ações Judiciais	Implantar funcionalidade que permita automatizar o tratamento do crédito decorrente da análise do direito creditório de PER/DCOMP de Ação Judicial.
Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Desenvolver uma nova solução para o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, atendendo a todas as necessidades cadastrais da Pessoa Jurídica na Receita Federal - fazendárias, previdenciárias e aduaneiras - integrada aos demais cadastros da RFB e sincronizada aos cadastros de estados, municípios e órgãos de registros (REDESIM).

Projeto Parcelamento da Lei 11.941/09	Implantar sistemática para viabilizar o pagamento à vista, a opção e o controle dos parcelamentos de débitos, junto à PGFN e RFB, bem como o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da CSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de que tratam os artigos de 1º à 13 da Lei 11.941/09.
Projeto Malha DCTF	Implantar nova sistemática para aperfeiçoamento das verificações necessárias à aplicação das DCTF, implementando integração com sistemas de interesse com vistas a melhorar o controle do crédito tributário.
Sisam	Implantar um sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
SISCOMEX CARGA - Módulo Terrestre	Implantar módulo de controle da carga terrestre na importação (desde a sua manifestação em conhecimento de carga até sua entrega ao importador), trânsito de passagem (desde a sua manifestação em conhecimento de carga até sua saída do território nacional) e na exportação (desde sua entrada no recinto aduaneiro até sua saída do território aduaneiro)..+
Siscomex Exportação	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
Siscomex Importação	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
Fiscalização Eletrônica (Contágil Aduana, E-safira, AFA)	Este projeto tem como propósito a modernização e a integração dos sistemas de fiscalização aduaneira e visa proporcionar à Receita Federal do Brasil um arcabouço normativo e operacional padronizado e otimizado, bem como suporte tecnológico eficiente no campo da Auditoria Fiscal e Gerenciamento de Risco, que imprimirá celeridade à execução dos procedimentos de fiscalização e de controle aduaneiro e garantirá maior segurança a documentos e processos.
Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI
Macroprocesso de Mercadorias apreendidas	Implantar soluções que permitam maior agilidade e eficiência dos procedimentos nas diferentes fases do macroprocesso de mercadorias, inclusive a fase que antecede a formalização da apreensão ou do abandono.

Capacitação com Foco em Competências	Implantar o sistema de capacitação com foco em competências, por meio do diagnóstico ou mapeamento de competências organizacionais e individuais, a partir dos principais processos de trabalho da RFB com aferição da lacuna entre as competências necessárias e as existentes e proposição de programa de capacitação e desenvolvimento para redução das lacunas identificadas.
Sped Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) com os demais sistemas da RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações fiscais e maior automatização dos procedimentos de verificação aumentando o nível dos controles nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
Malha PJ	Implementação de um sistema informatizado para automatizar e simplificar a atividade de revisão de declarações das pessoas jurídicas, com o objetivo de aumentar a presença fiscal na pessoa jurídica.
Elaborar proposta de Reforma Tributária Simplificada	Desenvolver um conjunto de projetos para viabilizar a implantação de uma reforma tributária simplificada.
Instituir novo modelo de tributação do IRPJ, CLSS e Pis-Cofins em substituição ao RTT	Revogar o RTT que tem provocado insegurança jurídica para os contribuintes e para a fiscalização, propondo nova forma de apuração do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Além disso, o projeto visa à simplificação das obrigações acessórias das pessoas jurídicas.
Implementar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
Alterar a sistemática de consulta	Editar atos normativos modificando o instituto da consulta externa.
Implementar o Sistema Requerimentos	Criar ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
Implementar o Sistema @TOS	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
Implantar novo	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de

Sistema de Suporte aos Estudos Tributários - Sipet	estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
Estruturar o acompanhamento das decisões do CARF e reduzir litígios no âmbito do contencioso tributário	Estruturar o acompanhamento das decisões do contencioso administrativo de 2ª (segunda) instância em relação aos processos que se enquadrem nos critérios econômico, cujo crédito tributário seja superior a R\$ 10 milhões, se pessoa jurídica, e R\$ 1 milhão, se pessoa física, considerados relevantes, e jurídico, cuja lide trate de tema controverso sobre a legislação ou com potencial alteração jurisprudencial prejudicial à Fazenda Nacional; reduzir, no contencioso administrativo e judicial tributário, divergências de entendimento identificadas na interpretação da legislação tributária e aduaneira pelo contencioso administrativo tributário, bem como propor solução para adequação dos lançamentos tributários às decisões desfavoráveis à Fazenda Nacional proferidas em recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida (STF) e em recursos especiais repetitivos (STJ), nos casos em que a PGFN esteja dispensada de contestar e recorrer.

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas.

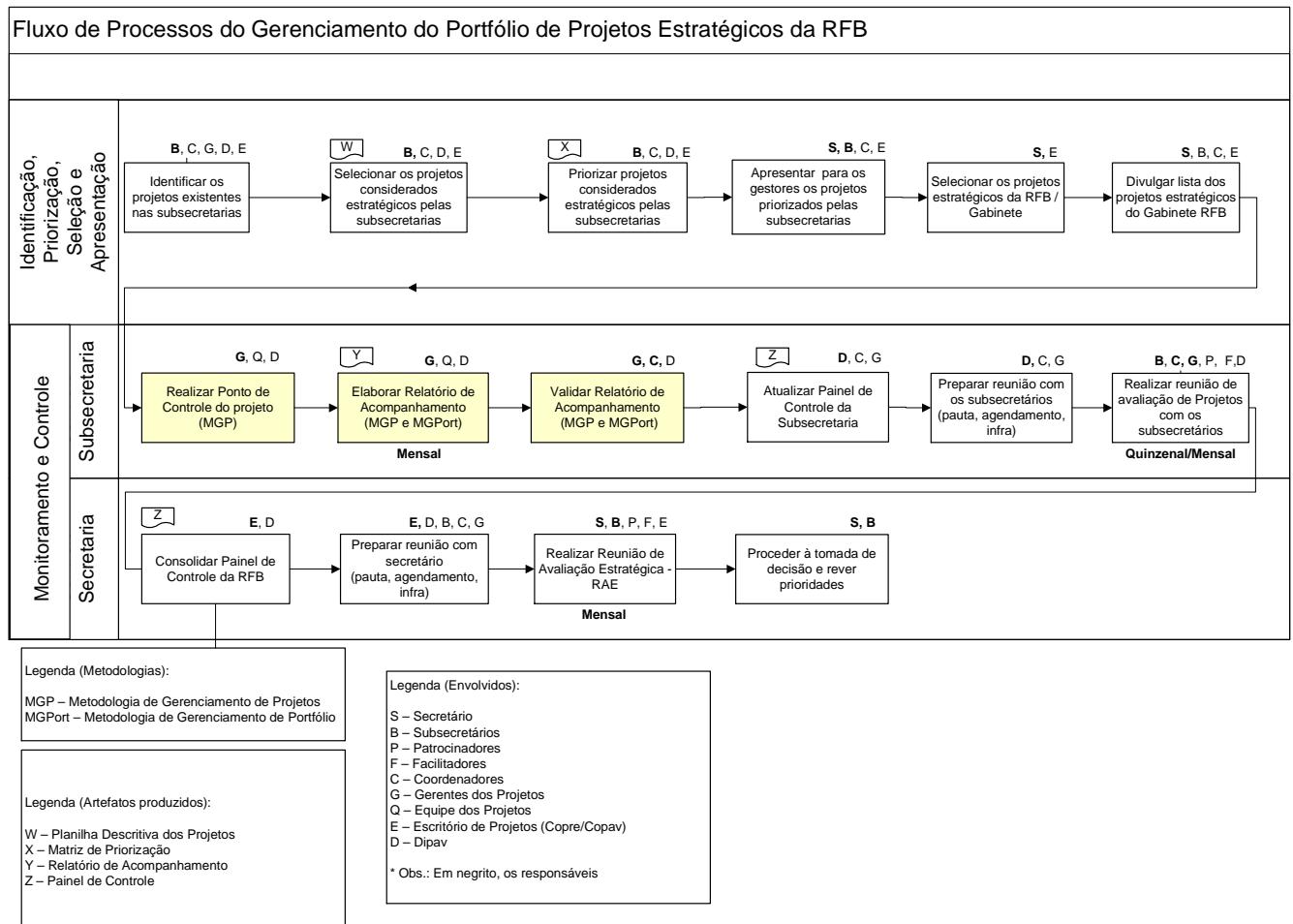
Fluxo de Processos do Gerenciamento do Portfólio de Projetos Estratégicos da RFB

No fluxo ora apresentado, a Metodologia de Gerenciamento de Portfólio Estratégico da RFB é composta de duas etapas. A primeira etapa consiste em identificar, priorizar, selecionar e apresentar os projetos estratégicos; a segunda etapa diz respeito ao monitoramento e controle que ocorre no âmbito das subsecretarias e secretaria.

Ainda, de acordo com o fluxo, uma vez divulgada a lista dos projetos estratégicos do Gabinete da RFB, dá-se início à fase de monitoramento e controle no âmbito das subsecretarias, quando, então, ocorrem os pontos de controle (realizados de acordo com a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB) dos projetos.

Nessa fase, são elaborados os relatórios de acompanhamento dos projetos e atualizado o painel de controle da subsecretaria, culminando na realização da Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) com os subsecretários.

A partir das RAE com os subsecretários, os painéis de controle são consolidados em um painel de controle da RFB, que subsidiará a RAE realizada pelo gabinete, onde são avaliados os pontos críticos e que implicavam riscos e tomadas decisões estratégicas.



2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB tem sob sua responsabilidade, no Plano Plurianual - PPA 2008-2011 do Governo Federal, o Programa (0770) Administração Tributária e Aduaneira.

A consolidação de todas as ações da RFB em um único programa visou refletir melhor a realidade da instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior.

A administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor, constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam a garantir o cumprimento da legislação tributária e de comércio exterior e que se materializam na presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco, que induz o contribuinte ao cumprimento espontâneo das obrigações fiscais.

Essas ações e atividades se sustentam na proposição de medidas de aperfeiçoamento, regulamentação e consolidação da legislação tributária federal e de comércio exterior e no conjunto integrado de sistemas de informação, alimentado por informações cadastrais e econômico-fiscais fornecidas à RFB pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações.

Assim, todas as ações que compõem o Programa da RFB representam um único fluxo de trabalho voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

A seguir apresentamos uma síntese de dois projetos desenvolvidos na RFB durante o ano de 2010 os quais representam o esforço da instituição na busca da eficiência governamental: **Capacitação com Foco em Competências, iniciado em 2010** e **Formulação da Estratégia da RFB para o período 2012-2015**.

Iniciativa: Projeto de Capacitação com Foco em Competências

Justificativa: Basear o Plano de Capacitação da RFB em um estudo que tenha diagnosticado a lacuna existente entre as competências que existem no seu corpo funcional e as necessárias para uma ação plenamente eficiente, eficaz e efetiva da instituição.

Escopo: I - mapeamento de competências na RFB (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição), a partir dos principais processos internos que integram a gestão tributária e aduaneira; II – diagnosticar lacunas de competências organizacionais e individuais para subsidiar a elaboração e a execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB (Procad).

Resultados esperados: implantação de modelo de capacitação com foco em competências na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos do Art.3º do e Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

Resultados obtidos: No ano de 2010 já havia sido efetuada a descrição preliminar das competências institucionais e individuais (gerenciais e fundamentais). No ano de 2011 importantes entregas foram efetuadas pelo projeto, a saber: a descrição final das competências institucionais (atributos da instituição que a tornam eficaz, permitem que sejam atingidos seus objetivos e geram benefícios percebidos pela sociedade ou usuários dos serviços prestados, expressam as capacidades da RFB ou de suas principais áreas funcionais, tendo por base a Missão, a Visão, os Valores e o Mapa Estratégico) e individuais (expressam expectativas da instituição em relação ao desempenho de seus servidores, de modo a contribuir para o desenvolvimento das competências Institucionais): gerenciais (descrevem comportamentos desejados de todos os servidores que exercem funções gerenciais na RFB), fundamentais (descrevem comportamentos desejados de todos os servidores) e específicas (descrevem comportamentos desejados de todos os servidores, referentes às áreas de atuação específicas); o mapeamento das competências individuais existentes na RFB; e o diagnóstico das lacunas de competências – base para a formulação do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB de 2012.

A seguir relacionamos as competências institucionais e as individuais (fundamentais e gerenciais) no âmbito da Secretaria da Receita federal do Brasil:

Competências Institucionais

Suficiência arrecadatória

Capacidade de prover recursos tributários para o financiamento dos gastos públicos e bem estar da sociedade, zelando pela aplicação efetiva do sistema tributário.

Controle aduaneiro eficiente e seguro

Capacidade de exercer o controle aduaneiro de maneira racional, transparente, eficiente e segura, permitindo a fluidez do comércio exterior.

Promoção do cumprimento espontâneo e educação fiscal

Capacidade de promover o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras e desenvolver atividades de educação fiscal, para levar ao conhecimento do cidadão a função socioeconômica do tributo, favorecendo a aceitação social da tributação.

Presença e controle fiscal

Capacidade de fiscalizar e combater efetivamente os ilícitos fiscais e aduaneiros, considerando o perfil econômico e fiscal do contribuinte, de forma a elevar a percepção de risco e estimular o cumprimento espontâneo da obrigação tributária.

Serviços de excelência ao cidadão

Capacidade de atender e orientar o contribuinte, por meio de multicanais integrados, privilegiando o meio eletrônico, oferecendo soluções adequadas, tempestivas e conclusivas, de forma a evidenciar respeito ao cidadão.

Gestão integrada do crédito tributário

Capacidade de gerir o macro processo do crédito tributário, de maneira racional, ágil e integrada, desde a sua constituição até a extinção, zelando pela realização efetiva da arrecadação.

Racionalização e simplificação normativa

Capacidade de propor, estabelecer, padronizar e simplificar normas e procedimentos, contribuindo para a rationalidade, a operacionalidade da legislação tributária e a redução dos litígios.

Gestão estratégica de pessoas

Capacidade de gerir estrategicamente pessoas, promovendo a integração, a valorização e o desenvolvimento dos servidores, com vistas à melhoria do desempenho individual e institucional.

Gestão integral da informação

Capacidade de gerir a informação e prover soluções integradas, garantindo a segurança, integridade e qualidade dos dados e a permanente atualização tecnológica.

Efetividade na gestão dos recursos

Capacidade de gerir recursos e meios, de acordo com os princípios da economicidade, transparência, eficiência e eficácia, de forma alinhada com as necessidades da instituição.

Relacionamento institucional

Capacidade de estabelecer parcerias com entidades da administração pública, privada e internacional, por meio de convênios, acordos e outros instrumentos, em conformidade com os objetivos estratégicos e missão institucional.

Gestão estratégica da comunicação

Capacidade de gerir estrategicamente os canais de comunicação institucionais de modo a disponibilizar, tempestivamente, informação atualizada, clara e acessível, ao público interno e externo.

Competências Fundamentais

Comunicação eficaz

Expressar-se de forma clara, objetiva e acessível ao interlocutor, utilizando o meio mais adequado, com foco no entendimento recíproco.

Ética profissional

Desempenhar suas atividades e relacionar-se sempre de acordo com o conjunto de regras de conduta e preceitos éticos do serviço público, em observância aos instrumentos legais específicos.

Trabalho em equipe

Desempenhar as atividades de forma participativa e cooperativa, apoiado em objetivos e metas comuns e tendo em vista a coesão da equipe.

Orientação para resultados

Planejar, organizar, executar e avaliar as atividades sob sua responsabilidade, agindo com foco na consecução das metas e objetivos da instituição.

Ação sistêmica

Identificar a interdependência e complementaridade dos processos de trabalho da instituição, de forma a considerar os impactos das ações empreendidas no andamento e finalização desses processos.

Autodesenvolvimento

Promover o desenvolvimento contínuo de suas competências, visando à melhoria do desenvolvimento pessoal e profissional.

Criatividade e inovação

Propor novas ideias e práticas a serem adotadas, de forma a antecipar-se a possíveis problemas, aplicando soluções inovadoras para realizar melhorias organizacionais.

Excelência na prestação de serviços

Prestar serviços de qualidade, demandados tanto interna como externamente, fornecendo respostas adequadas com disposição, clareza e cortesia, primando pela tempestividade e legalidade.

Racionalidade na utilização dos recursos

Utilizar os recursos institucionais de acordo com os princípios da economicidade, transparência, eficiência e eficácia, buscando a redução dos custos operacionais.

Competências Gerenciais

Visão e orientação estratégica

Analizar o cenário presente e futuro com uma visão global da administração tributária e aduaneira, de suas características e das condições para seu desenvolvimento, orientado pela Missão, Valores, Visão de Futuro e objetivos estratégicos da instituição.

Efetividade de gestão

Planejar, organizar e realizar atividades para a efetivação de planos, metas e ações, acompanhando a execução, avaliando resultados e adotando medidas corretivas.

Negociação e cooperação

Estabelecer acordos e mediar conflitos de modo a obter resultados positivos para as partes envolvidas, observando princípios éticos, os diferentes pontos de vista e os objetivos institucionais.

Liderança

Mobilizar, orientar e desenvolver pessoas e equipes, promovendo a sinergia, a motivação e o comprometimento com a instituição.

Gestão da mudança e inovação

Gerir, com eficiência, situações que envolvam mudanças, favorecendo a adaptação das pessoas às transformações no ambiente de atuação e a adoção de soluções inovadoras.

Iniciativa: Formulação da Estratégia da RFB para o período 2012-2015

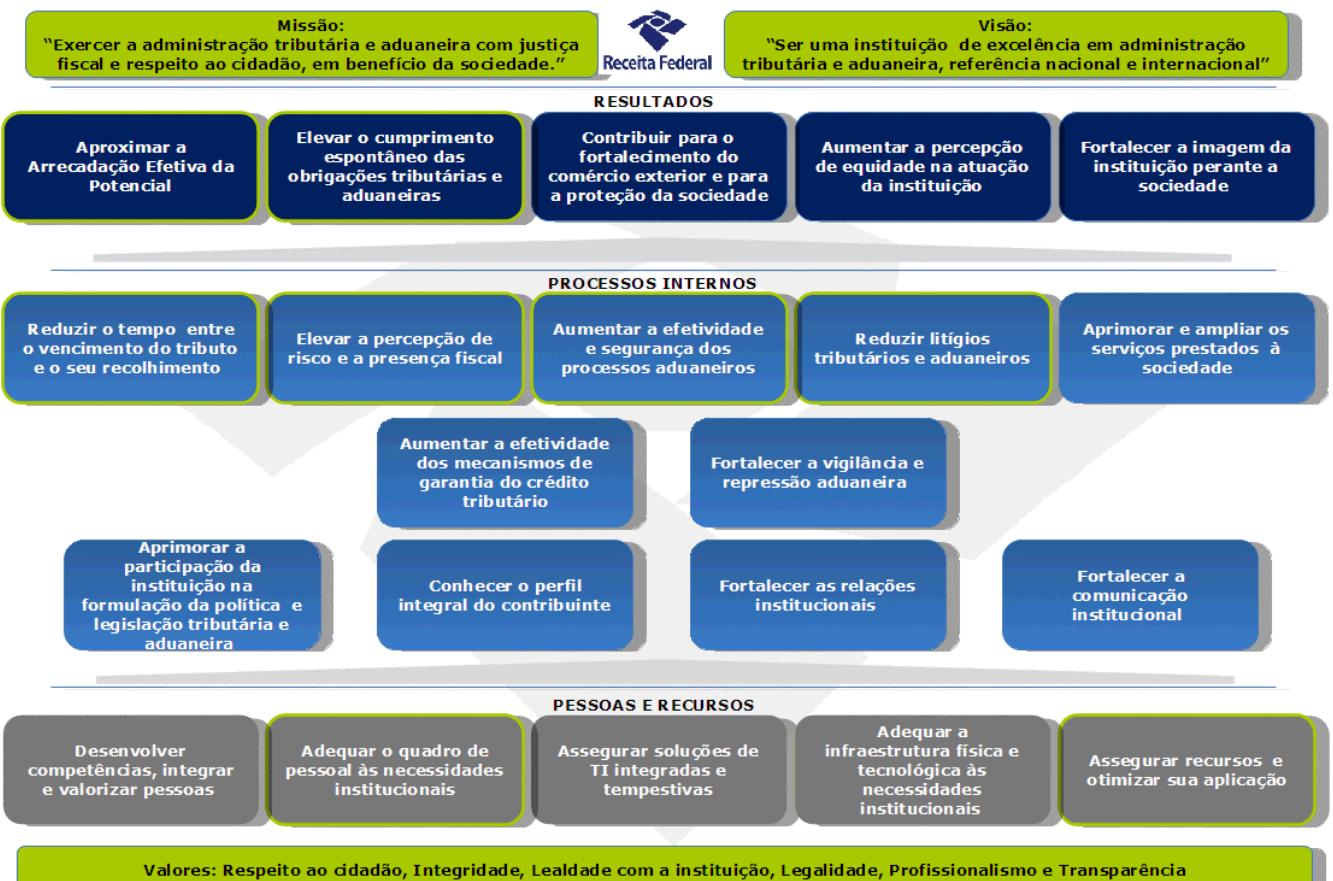
Justificativa: No ano de 2011 encerrou-se um ciclo de planejamento estratégico, sendo necessário, portanto, formular a estratégia da RFB para o período de 2012-2015, permitindo o seu reposicionamento nos cenários (interno e externo) que se apresentam e possibilitando o atendimento das novas demandas do Estado, do Governo, da Sociedade, dos contribuintes, dos parceiros institucionais, dos fornecedores e dos servidores.

Escopo: Este projeto tem por objetivo a formulação da estratégia da RFB para os próximos 4 anos (2012 a 2015), incluindo no processo de formulação a elaboração da Cadeia de Valor.

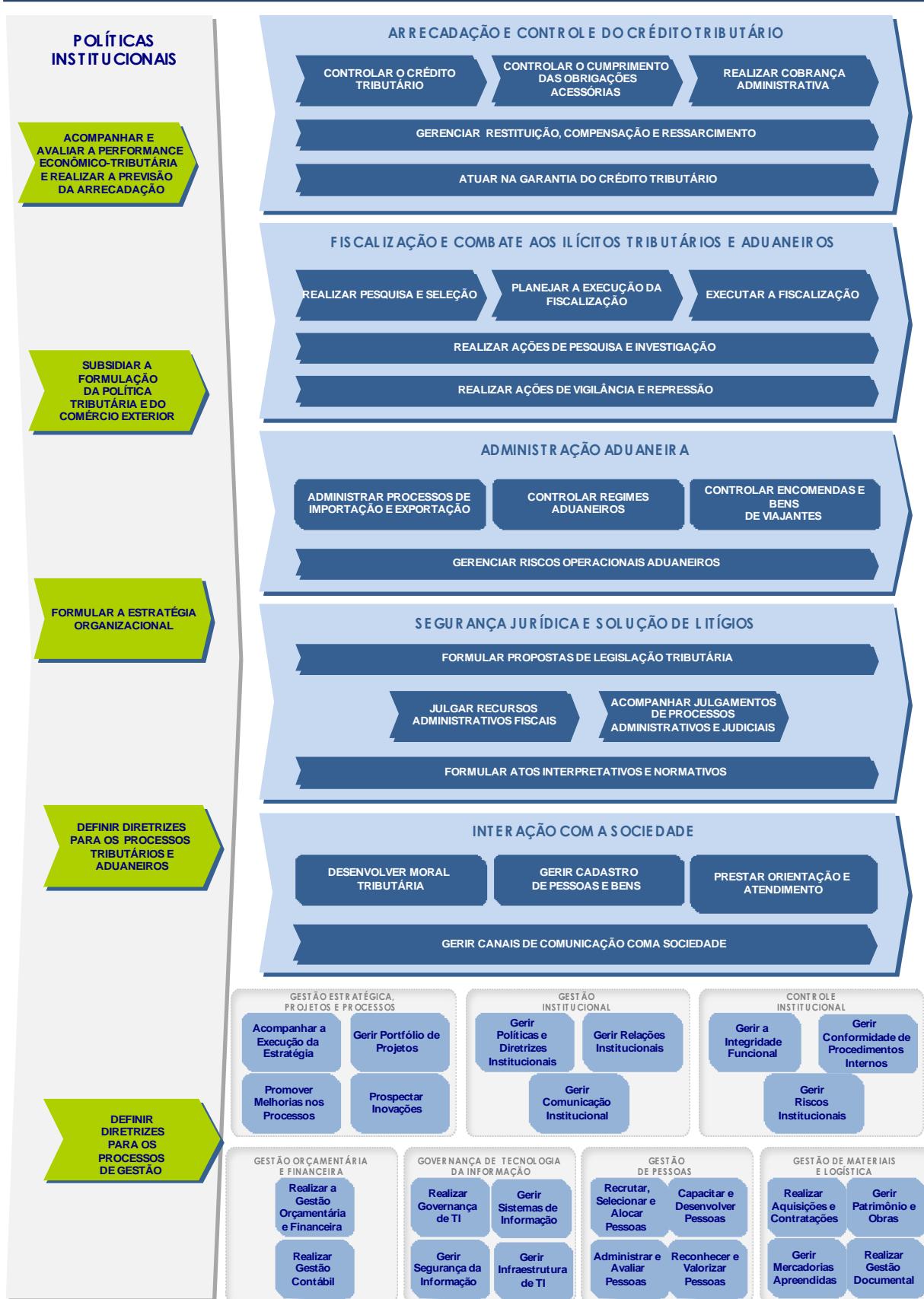
Resultados esperados: Revisão dos Marcos Institucionais da RFB: Missão, Valores e Visão de Futuro; Elaboração do Mapa Estratégico da RFB para o período 2012-2015 e Elaboração da Cadeia de Valor da RFB (representação gráfica de como são organizados e agrupados os processos de trabalho para que a RFB cumpra sua Missão e gere valor para o Estado, sociedade, contribuinte, parceiros institucionais e servidores).

Resultados obtidos: A RFB concluiu a formulação de sua estratégia para 2012-2015. O novo Mapa Estratégico, que traz como novidade a marcação, por meio de uma margem verde, dos “objetivos-batalha” - objetivos que serão acompanhados com mais atenção pela RFB em função de sua importância para a consecução de estratégia, já foi homologado. A Visão de Futuro foi ratificada, a saber: “Ser uma Instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”, e o texto da Missão sofreu apenas um ajuste, mantendo o teor original: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”. Quantos aos Valores, foi adicionado “Transparência”, aos já existentes: “Respeito ao cidadão, Integridade, lealdade com a Instituição, Legalidade e Profissionalismo”. Além disso, foi construída a Cadeia de Valor da RFB, composta de macroprocessos finalísticos (Arrecadação e Controle do Crédito Tributário, Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros, Administração Aduaneira, Segurança Jurídica e Solução de Litígios e Interação com a Sociedade) e macroprocessos de gestão (Políticas Institucionais; Gestão Estratégica, Projetos e Processos; Gestão Institucional e Controle Institucional; Gestão Orçamentária e Financeira; Governança de Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas e Gestão de Materiais e Logística).

MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012-2015



Cadeia de Valor



2.3 Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJs, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Tomada de Contas Consolidado da RFB.

O PPA 2008-2011 incumbiu a RFB, em 2011, de dois programas de trabalho.

O Programa 0906 – Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 – Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, que se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

O principal programa de trabalho da RFB em 2011 foi o Programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Por se tratar de apenas uma Unidade Orçamentária, U.O. 25103, os quadros abaixo, de A 2.1 até A 2.7, foram preenchidos consolidando as informações de todas as Unidades Gestoras – UGs da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB. Essas informações foram replicadas nos Relatórios de Gestão das dez Superintendências Regionais da RFB.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo												
Código no PPA: 0770	Denominação: Administração Tributária e Aduaneira											
Tipo do Programa Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais												
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda												
Objetivos Específicos: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas												
Gerente: Carlos Alberto Freitas Barreto		Responsável: Wolney de Oliveira Cruz										
Público Alvo: Governo Federal												
Informações orçamentárias e financeiras do Programa												
Em R\$ 1,00												
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquida	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos							
Inicial	Final											
7.813.786,670	8.208.745,883	8.134.267,958	7.820.493,897	323.843,314	7.468.533,019							
Informações sobre os resultados alcançados												
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício						
		Data	Índice inicial	Índice final								
1 – Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil	Percentagem	31/12/2006	110,00	109,00	111,00	105,40						
Fórmula de Cálculo do Índice Relação percentual entre a arrecadação tributária realizada no ano e a previsão de arrecadação tributária para o ano (relativamente aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil).												
Análise do Resultado Alcançado O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) crescimento de 7,65% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2010 a novembro de 2011 em relação ao período de dezembro de 2009 a novembro de 2010; ii) consolidação/antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009; iii) crescimento de 25,45% no valor em dólar das importações; iv) recolhimento extraordinário de R\$ 5,8 bilhões, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; v) aumento nominal de 15,60% na massa salarial quando considerado o mês de dezembro de 2010 a novembro de 2011 em relação ao período comparativo de dezembro de 2009 a novembro de 2010 - (PME/IBGE).												

Fonte: Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise Crítica:

O Quadro acima demonstra que 99,09% da Dotação Final autorizada para esta RFB foi utilizada (empenhada). Esse dado revela que em 2011 o efeito do contingenciamento não afetou significativamente a execução do Programa 0770-Administração Tributária.

Principais Ações do Programa

O Programa 0770 – Administração Tributária é composto por 29 ações, sendo que serão objeto de comentário neste estudo apenas as 16 ações citadas a seguir, que representam 85,95% da dotação orçamentária autorizada neste programa, inclusive despesas com pessoal:

- 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira;
- 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira;
- 2242 - Remuneração por Serviços de Arrecadação;
- 2247 - Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex;
- 2248 - Sistemas Informatizados da RFB;
- 2272 - Gestão de Administração do Programa;
- 2D75 - Sistemas Informatizados Previdenciários;
- 20BI – Remuneração dos Agentes prestadores de serviços pelo recolhimento da Guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações a previdência social – GFIP;
- 10A6 - Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia, GO;
- 10AV - Construção do Edifício-Sede do Minist. da Fazenda em Salvador, BA;
- 10AX - Construção do Edifício-Sede da DRF – Santos, SP;
- 10AW - Reforma de Prédio para Instalação DRF Belo Horizonte – MG;
- 10B0 - Construção do Edifício-Sede da DRF – Piracicaba, SP;
- 10B1 - Construção do Edifício-Sede da DRF – Taubaté, SP;
- 10B2 - Construção do Edifício-Sede da DRF – Florianópolis, SC;
- 104I - Construção do Edifício-Sede da RFB – Brasília, DF.

Ação 2237 – AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Tipo	Atividade
Finalidade	Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> - Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos. - Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Adilson Brasil de Souza
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2238 – ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar as atividades relacionadas à gestão tributária e ao controle aduaneiro.
Descrição	Realização das atividades de: - controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior; - interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, e edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução, - assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do País; - julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal; - manutenção administrativa das unidades da RFB em todo território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Marcelo de Mello Gomide Loures
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2242 – REMUNERAÇÃO POR SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO

Tipo	Atividade
Finalidade	Remunerar as entidades financeiras e as demais entidades envolvidas no processo de arrecadação de tributos sob responsabilidade da RFB
Descrição	Pagamento dos serviços prestados por terceiros no processo de arrecadação de tributos sob responsabilidade da RFB
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Tatiana de Oliveira Ananias Onishi
Unidades executoras	UG 170010 – RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2247 – SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e desenvolver o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX visando operacionalizar o comércio exterior e manter a base de informações.
Descrição	Administração, controle, avaliação, normatização e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	UG 170010 – RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2248 – SISTEMAS INFORMATIZADOS DA RFB

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e aperfeiçoar permanentemente os sistemas informatizados que dão suporte à atuação da RFB e às atividades de controle e administração dos tributos e contribuições de competência da RFB.
Descrição	Manutenção e aperfeiçoamento permanente dos sistemas informatizados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Marcos Antônio da Cunha
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2D75 – SISTEMAS INFORMATIZADOS PREVIDENCIÁRIOS

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e aperfeiçoar, durante a fase de transição, os sistemas informatizados que dão suporte à atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil nas atividades previdenciárias.
Descrição	Manutenção e aperfeiçoamento, durante a fase de transição, dos sistemas informatizados previdenciários da Receita Federal do Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	UG 170010 – RFB

Fonte: SIGPLAN

20BI – Remuneração dos Agentes prestadores de serviços pelo recolhimento da Guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações a previdência social

Tipo	Atividade
Finalidade	Remunerar os serviços de recepção e tratamento de informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA.
Descrição	Pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA no processo de transmissão da GFIP.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Coordenador nacional da ação	Dulcemar Pianissolli Funturo
Unidades executoras	UG 170010 – RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 10A6 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM GOIÂNIA – GO

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-SEDE em Goiânia, adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia-GO
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170198

Fonte: SIGPLAN

Ação 10AV – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SALVADOR – BA

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-SEDE em Salvador, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede do Ministério da Fazenda em Salvador- BA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170079

Fonte: SIGPLAN

Ação 10AX – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DRF – SANTOS, SP

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo a construir o Edifício-SEDE da DRF Santos, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede da DRF em Santos-SP
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170141

Fonte: SIGPLAN

Ação 10AW – REFORMA DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DA DRF – BH - MG

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo e reformar prédio para instalação da DRF Belo Horizonte-MG, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Reforma de prédio para instalação da DRF em Belo Horizonte-MG
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170089

Fonte: SIGPLAN

Ação 10B0 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DRF – PIRACICABA, SP

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo a construir o Edifício-SEDE da DRF Piracicaba, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede da DRF em Piracicaba-SP
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170321

Fonte: SIGPLAN

Ação 10B1 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DRF – TAUBATÉ, SP

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo a construir o Edifício-SEDE da DRF Taubaté, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede da DRF em Taubaté -SP
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170143

Fonte: SIGPLAN

Ação 10B2 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DRF – FLORIANÓPOLIS, SC

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo para construir o Edifício-SEDE da DRF Florianópolis, adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede da DRF em Florianópolis-SC
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170342

Fonte: SIGPLAN

Ação 104I – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA RFB EM BRASÍLIA -DF

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Brasília - DF adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal, que proporcionará aumento da eficiência do fisco, com consequente redução da sonegação; racionalização do atendimento, através de redes integradas, e das obrigações acessórias com consequente redução de custos para o contribuinte; representação única do fisco e encaminhamento a uma unidade única da RFB.
Descrição	Construção destinada à Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB em Brasília - DF
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170010

Fonte: SIGPLAN

2.3.2. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

A Ação é o tema central do relatório de gestão (foco de análise). É por meio da sua avaliação que podem ser verificados os resultados obtidos pela RFB. Portanto, este relatório apresentará, além dos dados propostos na tabela, as informações mais significativas sobre a execução de cada ação no exercício de 2011.

No atendimento às recomendações emanadas dos órgãos de controle, serão analisadas a seguir, todas as 16 ações constantes do quadro anterior e que representam em torno de 85,95% do montante do Programa 0770. Os dados constantes dos quadros a seguir foram todos extraídos do SIGPLAN.

- 2272 – Gestão de Administração do Programa:

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física		Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada
04	122	0770	2272	A	4	NA	0	0	0	5.322.164.905	5.199.143.620
											722.555.903

A execução financeira desta ação em 2011 foi de 97,69% com recursos aplicados para atender às seguintes necessidades, em especial:

a) recursos humanos:

- pagamento, de forma centralizada nas Unidades Centrais, da folha de pessoal e encargos sociais dos servidores públicos ativos desta RFB;
- resarcimento ao Serpro de despesas referentes à cessão de empregados (SOAPs);

b) recursos materiais e tecnológicos e despesas administrativas com:

- contratos de aluguéis de imóveis com pessoas físicas e jurídicas;
- contratos de terceirização dos serviços de limpeza, vigilância etc;
- manutenção predial: elétrica, hidráulica, sanitária, centrais ar condicionado etc;
- pagamento das despesas operacionais: água, luz, telefone, imposto predial; manutenção e abastecimento da frota de veículos etc.

O quadro a seguir demonstra os valores gastos nesta ação por natureza de despesa, onde apenas as despesas de pessoal representam 90,08% do total da ação:

Despesas Detalhadas da ação R\$

Despesas	Crédito Empenhado Liquidado	% s/ Total
Pessoal	4.757.575,597	90,08%
Vigilância	71.528.866	1,35%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	48.870.988	0,93%
Locação de Imóveis e Máquinas e Equipamentos	63.903.608	1,21%
Limpeza e Conservação	28.877.153	0,55%
Outros	311.026.956	5,89%
Total	5.281.783.168	100,0%

Fonte: Siafi- Gerencial 2011

OBS-1: A diferença entre a meta financeira realizada em 2011 e o total do crédito empenhado liquidado – Quadro Despesas Detalhadas da Ação –, refere-se à contabilização dos Restos a Pagar não Processado.

OBS-2: Dentro da meta financedira prevista para 2012 não consta o valor para atender despesas com pessoal, tendo em vista que para 2012 foi criada uma nova ação específica, denominada 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

- 2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	125	0770	2237	A	4	Ação fiscal realizada (unidade)	465.223	404.192	550.682	110.000.000	83.933.326	143.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à ação fiscal (unidade)

No ano de 2011 a Fiscalização da Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário no valor de R\$ 108,1 bilhões, valor que supera em 19,9% o total das autuações ocorridas no ano de 2010. Destaca-se o fato de que é recorde de lançamentos.

No segmento econômico de pessoas jurídicas, as autuações se concentraram no segmento industrial, com R\$ 30,7 bilhões.

No caso das Pessoas Físicas, o grupo onde se concentrou o maior número de autuações foi o de proprietários e dirigentes de empresas, com R\$ 1,6 bilhão em autuações.

As unidades especiais de maiores contribuintes da Receita Federal (Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes – Demac e as Equipes de Fiscalização de Maiores Contribuintes – Efmac) foram responsáveis por 29% do valor total do crédito tributário lançado (R\$ 31,3 bilhões).

Em 26,35% das fiscalizações encerradas, o Fisco identificou a prática, em tese, de crimes contra a ordem tributária ou contra a previdência social. Para esses casos, foram formalizadas Representações Fiscais para Fins Penais, que serão encaminhadas ao Ministério Público Federal (Portaria RFB nº 3.182, de 2011).

Em relação às operações de Planejamento Tributário Abusivo, foram priorizados os 150 casos mais relevantes, a seguir discriminados:

<i>Tipo de Planejamento Tributário</i>	<i>Ações Fiscais Encerradas</i>	<i>Crédito Tributário Lançado</i>
Ágio Interno	48	R\$ 10.684.113.323,00
Incorporações às Avessas	13	R\$ 2.765.457.405,00
Desrespeito à trava de 30%	44	R\$ 4.768.989.971,00
Debêntures	1	R\$ 23.582.834,00
Outros	3	R\$ 163.543.609,00
Total	109	R\$ 18.405.687.142,00

* Valor médio por fiscalização: R\$ 168,9 milhões.

Como acontece em todos os casos de Planejamento Tributário Abusivo, algumas companhias estruturam negócios de forma artificial sob a roupagem de institutos consagrados do direito privado,

todavia a Fiscalização desenvolveu ferramentas para identificar essas operações de forma mais objetiva e está apta para demonstrar esse artificialismo nos procedimentos de fiscalização.

Os julgamentos administrativos e judiciais têm mantido os lançamentos de planejamento tributário quando a fiscalização demonstra que as operações aconteceram apenas no plano formal.

A Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil - Sufis/RFB por intermédio da Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac) promove o acompanhamento diferenciado de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, selecionadas, anualmente, com base em critérios objetivos e parâmetros técnicos.

No ano de 2011 a Receita Federal realizou o controle permanente e acompanhamento dos maiores contribuintes, composto por 12.153 pessoas jurídicas de alta capacidade contributiva e 5.140 pessoas físicas de alta renda, os quais respondem por aproximadamente 70% da arrecadação dos tributos federais.

Despesas Detalhadas da ação R\$

Despesas	Crédito Empenhado Liquidado	% s/ Total
Serviços de Comunicação em Geral	40.284.552,40	39,08%
Diárias e Passagens	13.874.630,37	13,46%
Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	5.261.965,56	5,10%
Locação de Imóveis e Armazenagens	6.693.844,55	6,49%
Outras Despesas	36.971.944,72	35,86%
Total	103.086.937,60	100%

Fonte: SIAFI-Gerencial 2011

As principais despesas da atividade referem-se ao contrato com a ECT para a expedição de documentos fiscais e o pagamento de deslocamentos imprescindíveis para as atividades de auditoria e fiscalização.

OBS: A diferença entre a meta financeira realizada em 2011 e o total do crédito empenhado liquidado – Quadro Despesas Detalhadas da Ação –, refere-se à contabilização dos Restos a Pagar não Processado.

- 2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	129	0770	2238	A	4	Tributo arrecadado (R\$ bilhão)	830	874,79	956,155	132.000.000	110.585.791	156.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se a tributo (R\$ bilhão)

Esse resultado decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, conforme tabela a seguir.
- indicadores macroeconômicos variação % em relação ao ano anterior

indicador	fato gerador da arrecadação	
	<u>nov/11</u>	<u>DEZ/10-NOV/11</u>
	<u>nov/10</u>	<u>DEZ/09-NOV/10</u>
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM/IBGE)	-2,54%	0,58%
VENDAS DE BENS E SERVIÇOS (PMC/IBGE)	3,20%	7,65%
MASSA SALARIAL	15,61%	15,60%
VALOR EM DÓLAR DAS IMPORTAÇÕES	17,27%	25,45%

- consolidação/antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei 11.941 /2009;
 - recolhimento relativo à CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial;
 - encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril/10;
 - ganho de capital na alienação, com lucro, de bens e direitos.

Despesas Detalhadas da ação R\$

Despesas	Crédito Empenhado Liquidado	% s/ Total
Selos para Controle Fiscal	89.309.063,58	71,28%
Diárias e Passagens	3.083.409,55	2,46%
Material destinado a Contribuintes	327.328,66	0,26%
Apoio Adm, Tec e Operacional	4.743.302,56	3,79%
Outras Despesas	27.829.380,99	22,21%
Total	125.292.485,34	100%

Fonte: SIAFI-Gerencial 2011

A principal despesa refere-se ao contrato com a Casa da Moeda para emissão dos selos de controle fiscal, essenciais para a arrecadação tributária e aduaneira.

OBS: A diferença entre a meta financeira realizada em 2011 e o total do crédito empenhado liquidado – Quadro Despesas Detalhadas da Ação –, refere-se à contabilização dos Restos a Pagar não Processado.

- 2242 – Remuneração por Serviços de Arrecadação;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	694	0770	2242	A	4	DARF recebido (unidade)	254.397.150	252.590.054	263.359.816	268.001.859	251.984.209	48.950.000

**Meta Física RFB: Refere-se à Darf recebido (unidade)

A previsão inicial para o volume de documentos de arrecadação acolhidos na rede arrecadadora foi de 254,4 milhões de documentos arrecadados. O volume de documentos efetivamente arrecadados ao longo de 2011, entretanto, foi de 252.590.054, o que indica uma redução frente à previsão inicial. Essa diminuição provavelmente refere-se aos últimos efeitos da crise financeira internacional ocorrida durante o ano de 2010/2011 e aos procedimentos realizados pela Receita Federal para reduzir os custos com tal serviço.

Em 2012, a Receita Federal continuará executando seus planos para redução do volume de documentos arrecadados, trabalhando para que o pagamento de vários tributos seja feito em um único documento de arrecadação. Há também a intenção da migração dos pagamentos feitos pelas maiores tarifas para aquelas de menor custo, reduzindo o valor total a ser gasto com as tarifas. No entanto, é importante ressaltar que a concessão de parcelamentos especiais nos últimos dois anos aumenta o volume de documentos arrecadados, pois o contribuinte passa a ter mais um documento a pagar, sem lhe retirar a obrigação de quitação dos outros tributos.

OBS: O valor constante da meta financeira prevista para 2012 foi transferido para a Unidade Orçamentária 71104, sendo o novo Programa de Trabalho nº 28846091100JS0001 - Remuneração por Serviço de Arrecadação.

20BI – Remuneração de agentes Prestadores de Serviços pela Transmissão de GFIP:

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	20BI	A	4	NA	80.000.000	71.292.734.410	1.390.290.000	100.320.000	92.316.251	29.370.000

**Meta Física RFB: Refere-se a registro realizado (unidade)

Obs.: A remuneração da prestação de serviços é feita por quantidade de registros e não por quantidade de declarações.

COMENTÁRIOS:

O produto desta ação foi definida como sendo **Guia recebida**, porém a forma de monitorar e remunerar a prestação de serviço se dá por meio da **quantidade de registros**.

Em 2011 as metas físicas e financeiras relativas a esta ação foram informadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) com base em quantidade de registros e não em quantidade de declarações. Assim a meta física prevista para 2011 foi de 1.184.976.000 de registros.

O serviço previsto nesta ação **20BI - Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social** não se refere à arrecadação de GFIP, mas sim ao processo de transmissão à Dataprev de GFIP recepcionada do contribuinte pela CAIXA.

Pagamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA pelo processo de transmissão da GFIP.

A cada competência a DATAPREV gera uma informação de recebimento do total de registros relativos à GFIP transmitidas pela CAIXA, sendo, a partir de então, emitida uma Autorização de Pagamento aos Órgãos Pagadores, que é liquidada com recursos dessa ação.

As quantidades informadas no realizado físico foram informadas com a utilização de vírgula, o que gerou distorção no total conforme demonstrado no quadro abaixo. Dois erros de digitação (nos meses Março e Abril) também contribuíram para o resultado distorcido.

Dessa forma a quantidade realizada foi de 1.238.655.390 registros.

Mês	Errado	Certo
Jan	97.212.213,000	97.212.213,000
Fev	94.053.129,000	94.053.129,000
Mar	70.148.289,874	100.643.171,000
Abr	100.643.171,000	94.210.854,000
Mai	107.860.622,000	107.860.622,000
Jun	99.030.536,000	99.030.536,000
Jul	99.940.558,000	99.940.558,000
Ago	110.840.710,000	110.840.710,000
Set	105.599.449,000	105.599.449,000
Out	98.796.806,000	98.796.806,000
Nov	104.055.937,000	104.055.937,000
Dez	126.411.405,000	126.411.405,000
TOTAL	71.292.734,410	1.238.655.390,000

OBS: O valor constante da meta financeira prevista para 2012 foi transferido para a Unidade Orçamentária 71104, sendo o novo Programa de Trabalho nº 28846091100JR0001 - Remuneração dos Agentes Prestadores.

- 2247 – Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	126	0770	2247	A	4	Sistema mantido (unidade)	24,000	24,000	95,00	99.178.313	65.369.368	49.731.182

**Meta Física RFB: Refere-se a índice auferido (%)

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e desenvolver o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX visando operacionalizar o comércio exterior e manter a base de informações.
Descrição	Administração, controle, avaliação, normatização e manutenção do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	UG 170010 – RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira/Coordenação Geral de Programação e Logística-DIPRO/COPOL
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigos 138 e 147 da Portaria nº 95, de 30 de abril de 2007-RFB

O quadro a seguir evidencia as metas previstas e as realizadas, auxiliando na análise dos resultados atingidos nesta ação:

Metas e resultados da ação – exercício 2011

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira (em Reais R\$)	99.178.313	65.369.368	65,91%
Física*	24	24	100%

*Refere-se à quantidade de sistemas mantidos

Resultados

Em 2010 a Coordenação-Geral de Tecnologia da RFB verificou que a meta física “quantidade de sistemas mantidos” não é capaz de exprimir a real execução física decorrente da ação sob análise, tendo proposto a alteração da respectiva meta para um índice composto pelos diversos serviços de TI que são contratados junto ao Serpro (Memorando nº 188/2010/Gabin/Cotec/Sucor/RFB, de 13/08/2010).

Até que essa mudança seja efetivada, no Sigplan temos registrado que, em 2011, 100% da meta física foi cumprida em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e à manutenção e interconexão das redes LAN e WAN. Se fosse utilizada a nova metodologia verificar-se-ia que o resultado da execução física seria na realidade de 93,28%, referente à execução de todos os itens contratados.

Quanto à execução financeira, verifica-se que a diferença entre os valores disponibilizados e os valores liquidados refere-se a serviços prestados pelo Serpro, em 2011, que serão liquidados e pagos mediante processo de Restos a Pagar - RAP.

Veja quadro a seguir com a demonstração da participação de cada serviço na realização da meta física no exercício de 2011 (pela nova metodologia):

Comércio Exterior					Meta Física	93,28%
Componente	Sub-Componentes	Unidade de Medida	Físico Esperado	Executado	Percentual da meta física esperado	Percentual da meta física realizado
Hospedagem de Sistemas	-	Execução Mensal	12	12	52,17%	52,17%
Adm. Rede de Longa Distância	-	Execução Mensal	12	12	12,06%	12,06%
Desenvolvimento de sistemas	-	Homem/Hora ou Ponto por Função	130.423,62	98.261,69	19,58%	14,75%
Análise de Viabilidade e Compatibilidade	-	Homem/Hora	358,24	187,72	0,05%	0,03%
Diagnóstico e Proposição de Soluções	-	Homem/Hora	10.030,70	250,25	1,51%	0,04%
Modelagem de Dados Corporativa	-	Homem/Hora	2.149,44	2.624,19	0,32%	0,39%
Processo OLAP	-	Homem/Hora	8.311,15	5.418,58	1,25%	0,81%
Adm. de Ambientes de Rede Local	-	Execução Mensal	12,00	12,00	11,04%	11,04%
Serviço de Acesso Remoto	-	Execução Mensal	12,00	12,00	0,23%	0,23%
Central de Serviços	-	Execução Mensal	12,00	12,00	1,46%	1,46%
Gerenciamento de Certificação Digital	Certificado Digital Usuário	Certificado Digital Emitido Usuário	2.570,94	1.737,12	0,11%	0,07%
	Autoridade Certificadora	Execução Mensal Autoridade Certificadora	12,00	12,00	0,11%	0,11%
	Dossiês	Execução Mensal Dossiês	12,00	12,00	0,11%	0,11%

- 2248 – Sistemas Informatizados da RFB;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	126	0770	2248	A	4	Sistema mantido (unidade)	348,000	348,000	95,00	790.881.808	678.458.310	711.537.518

**Meta Física RFB: Refere-se a índice auferido (%)

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e aperfeiçoar permanentemente os sistemas informatizados que dão suporte à atuação da RFB e às atividades de controle e administração dos tributos e contribuições de competência da RFB.
Descrição	Manutenção e aperfeiçoamento permanente dos sistemas informatizados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira/Coordenação Geral de Programação e Logística-DIPRO/COPOL
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigos 138 e 147 da Portaria nº 95, de 30 de abril de 2007-RFB

O quadro a seguir evidencia as metas previstas e as realizadas, auxiliando na análise dos resultados atingidos nesta ação:

Metas e resultados da ação – exercício 2011

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira (em Reais R\$)	790.881.808	678.458.310	85,79%
Física*	348	348	100%

*Refere-se à quantidade de sistemas mantidos

Resultados

Em 2010 a Coordenação-Geral de Tecnologia da RFB verificou que a meta física “quantidade de sistemas mantidos” não é capaz de exprimir a real execução física decorrente da ação sob análise, tendo proposto a alteração da respectiva meta para um índice composto pelos diversos serviços de TI que são contratados junto ao Serpro (Memorando nº 188/2010/Gabin/Cotec/Sucor/RFB, de 13/08/2010).

Até que essa mudança seja efetivada, no Sigplan temos registrado que, em 2011, 100% da meta física foi cumprida em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e à manutenção e interconexão das redes LAN e WAN. Se fosse utilizada a nova metodologia verificar-se-ia que o

resultado de da execução física seria na realidade de 93,28%, referente à execução de todos os itens do contrato Serpro.

Quanto à execução financeira, verifica-se que a diferença entre os valores disponibilizados e os valores liquidados refere-se a serviços prestados pelo Serpro, em 2011, que serão liquidados e pagos mediante processo de Restos a Pagar - RAP.

- 2D75 – Sistemas Informatizados Previdenciários;

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Metria a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	126	0770	2D75	A	4	Sistema mantido (unidade)	32,000	32,000	95,00	180.000.000	157.522.929	105.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se a índice auferido (%)

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Maria Flávia Pereira de Lima Pontes Magalhães
Unidades executoras	UG 170010 – RFB
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira/Coordenação Geral de Programação e Logística-DIPRO/COPOL
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Artigos 138 e 147 da Portaria nº 95, de 30 de abril de 2007-RFB

O quadro a seguir evidencia as metas previstas e as realizadas, auxiliando na análise dos resultados atingidos nesta ação:

Metas e resultados da ação – exercício 2011

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão%
Financeira (em Reais R\$)	180.000.000	157.522.929	87,51%
Física*	32	32	100%

*Refere-se à quantidade de sistemas mantidos

Resultados

Em 2010 a Coordenação-Geral de Tecnologia da RFB verificou que a meta física “quantidade de sistemas mantidos” não é capaz de exprimir a real execução física decorrente da ação sob análise, tendo proposto a alteração da respectiva meta para um índice composto pelos diversos serviços de TI que são contratados junto à Dataprev (Memorando nº 188/2010/Gabin/Cotec/Sucor/RFB, de 13/08/2010).

Até que essa mudança seja efetivada, no Sigplan temos registrado que, em 2011, 100% da meta física foi cumprida em relação ao desenvolvimento e à produção de sistemas. Se fosse utilizada a

nova metodologia verificar-se-ia que o resultado de da execução física seria na realidade de 98,78%, referente à execução dos itens contratados.

Importante registrar que, em função do TAC (Termo de Ajuste de Conduta), ao qual a Dataprev está submetida, foram contratados valores mínimos em termos de desenvolvimento – pontos de função (somente o necessário para adaptações indispensáveis em alguns sistemas). Também existem limitações nos serviços de diagnóstico e proposição de soluções de TI. Em síntese, a quase totalidade da meta física refere-se à produção de sistemas.

Quanto à execução financeira, verifica-se que a diferença entre os valores disponibilizados e os valores liquidados refere-se a descontos pelo não atingimento de ANS (Acordos de Níveis de Serviços), bem assim, a serviços prestados em 2011, que serão liquidados e pagos mediante processo de Restos a Pagar - RAP.

Veja quadro a seguir com a demonstração da participação de cada serviço na realização da meta física no exercício de 2011 (pela nova metodologia):

Previdência					Meta Física	98,78%
Componente		Unidade de Medida	Físico Esperado	Físico Realizado	Percentual da meta física	Percentual da meta física realizado
Desenvolvimento de sistemas		Ponto por Função	2000	121	1,01%	0,06%
Hospedagem de Sistemas		Execução Mensal	12	12	98,72%	98,72%
Diagnóstico e Proposição de Soluções		Homem/Hora	2400	0	0,27%	0,00%

- 10A6 - Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia, GO

Física										Financeira (R\$)		
Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10A6	P	4	Obra concluída (% de execução)	36,000	81,920	18,08	11.800.000	9.666.872	10.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A primeira fase da execução da obra foi concluída, com previsão para ocupação pela RFB em junho de 2012. Segunda fase iniciada, com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2013.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Obra em ritmo normal, sem problemas de execução em 2011.

OBS: A meta física prevista de 36%, foi estabelecida durante a elaboração do projeto de lei do PPA 2008-11, momento de previsão orçamentária. A apuração do progresso efetivo somente é possível após a contratação da obra, o que ocorre, às vezes, anos mais tarde, onde é necessária a revisão da meta. É o caso da construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia/GO e das demais obras destacadas da RFB.

- **10AV - Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador, BA**

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10AV	P	4	Obra concluída (% de execução)	12,000	0,000	18,08	6.400.000	0,000	15.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A construção encontra-se em fase de revisão do projeto básico e em elaboração do edital de licitação da execução da obra. Foram utilizados, em 2011, os RAP 2010.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Houve atraso no recebimento do Projeto Básico devido a pendências de aprovação nos órgãos municipais e estaduais.

- **10AX - Construção do Edifício-Sede da DRF - Santos, SP**

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10AX	P	4	Edifício construído (% de execução)	22,000	13,160	29,55	3.200.000	420.981	7.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A obra foi retomada, chegando a 22% de execução em Dezembro/2011. Foram utilizados os RAP 2009, e recursos da LOA 2011.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- O problema maior foi superar as questões licitatórias, contratuais e técnicas, com a substituição do fornecedor e revisão do projeto básico.

- 10AW - Reforma de Prédio para Instalação DRF Belo Horizonte - MG

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10AW	P	4	Obra realizada (% de execução)	45,000	64,430	32,62	13.000.000	8.375.733	10.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- Obra em ritmo normal.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- O Cronograma físico-financeiro encontra-se em ritmo normal, inclusive com a assinatura de dois aditivos.

- 10B0 – Construção do Edifício-Sede da DRF - Piracicaba, SP

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10B0	P	4	Edifício construído (% de execução)	63,000	97,000	3,00	8.700.000	8.439.311	1.100.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A obra encontra-se em fase final de execução. Sua conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2012.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Obra em ritmo normal, sem problemas de execução em 2011.

- 10B1 - Construção do Edifício-Sede da DRF - Taubaté, SP

								Física	Financeira (R\$)			
Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012*	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10B1	P	4	Edifício construído (% de execução)	5,000	89,970	0,00	615.000	553.292	0,00

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- Obra concluída e entregue em 2011.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Obra em ritmo normal, sem problemas de execução em 2011.

- 10B2 - Construção do Edifício-Sede da DRF - Florianópolis, SC

								Física	Financeira (R\$)			
Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10B2	P	4	Edifício construído (% de execução)	25,000	52,750	47,25	5.090.000	2.684.736	15.467.329

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A obra voltou ao ritmo normal, e foram utilizados, em 2011, os RAP 2009, bem como parte dos recursos da LOA 2011.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- A maior dificuldade foi superar as questões licitatórias e contratuais. Depois disto, a obra segue em ritmo normal, com expectativa de conclusão no final de 2012.

- 104I - Construção do Edifício-Sede da RFB - Brasília, DF

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	104I	P	4	Obra concluída (% de execução)	1.000	0.000	1,71	4.000.000	0,000	5.125.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A meta refere-se ao Projeto Básico da obra, o qual não foi possível concluir em 2011.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- A empresa contratada solicitou aditivo de prazo, e a previsão da entrega do projeto básico passou para o primeiro trimestre de 2012. Foram utilizados os RAP 2010 durante 2011.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

A “Programação Orçamentária” ocorre na fase de “Planejamento” do Processo de Gestão de uma empresa, que também possui a execução e por fim, o controle e a avaliação. Os quadros a seguir demonstram montantes relativos às necessidades da UO de créditos orçamentários para custeio e investimentos a serem utilizados na execução de suas atividades ao longo do exercício, tais como a Dotação proposta pela UO, o PLOA, que corresponde à proposta enviada ao MPOG e a LOA, que é a aprovação legal dos créditos orçamentários efetivamente concedidos à Unidade.

Quadro A.2.3 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	25103	170010

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Dentre os créditos orçamentários solicitados pela UO para o exercício de 2011, encontram-se despesas necessárias para o custeamento das atividades desta Secretaria e imprescindíveis para execução de seus objetivos e atingimento de sua missão. Essas despesas contemplam em especial as necessidades para provimento dos recursos humanos, materiais e tecnológicos da Unidade, ao longo dos anos de 2010 e 2011.

Quadro A.2.4 Programação de Despesas Correntes**Valores em R\$ 1,00**

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	5.354.083.096,00	4.966.276.575,00	2.418.465,00	3.135.210,00	2.158.864.695,00	2.204.132.659,00
	PLOA	5.354.083.096,00	4.966.276.575,00	2.418.465,00	3.135.210,00	2.158.864.695,00	2.204.132.659,00
	LOA	5.354.083.096,00	4.966.276.575,00	2.418.465,00	3.135.210,00	2.158.864.695,00	2.204.132.659,00
CRÉDITOS	Suplementares		402.300.000,00	636.000.000,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	23.500.000,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	58.859,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	11.999.647,00	403.139.119,00
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		5.756.383.096,00	5.602.276.575,00	2.418.465,00	3.135.210,00	2.146.923.907,00	2.011.394.204,00

Fonte: SIAFI – Gerencial/Siga Brasil

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Também, são necessários créditos orçamentários para aplicação em investimentos julgados relevantes para as atividades desta Secretaria, tais como a aquisição de materiais permanentes, a construção de novos edifícios ou reformas significativas nos prédios já existentes. Tudo isto visando propiciar um ambiente de trabalho adequado para os servidores da Unidade, bem como um atendimento ágil e resolutivo para contribuintes e cidadãos.

Quadro A.2.5 Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	300.594.333,00	164.641.449,00	244.546,00	0,00	9.372.437,00	10.154.120,00
	PLOA	300.594.333,00	164.641.449,00	244.546,00	0,00	9.372.437,00	10.154.120,00
	LOA	300.594.333,00	164.641.449,00	244.546,00	0,00	9.372.437,00	10.154.120,00
CRÉDITOS	Suplementares	4.600.001,00	43.054.319,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	36.416.816,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	73.238.779,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		305.194.334,00	170.873.805,00	244.546,00	0,00	9.372.437,00	10.154.120,00

Fonte: SIAFI – Gerencial/Siga Brasil

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	7.515.366.256,00	7.173.544.444,00	0,00	174.795.569,00	0,00	0,00
	PLOA	7.515.366.256,00	7.173.544.444,00	0,00	174.795.569,00	0,00	0,00
	LOA	7.515.366.256,00	7.173.544.444,00	310.211.316,00	174.795.569,00	40.000.000,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares	402.300.000,00	822.900.664,00	4.600.001,00	43.054.319,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	23.500.000,00	0,00	36.416.816,00	0,00
		Reabertos	58.859,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		11.999.647,00	403.139.119,00	0,00	73.238.779,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		7.905.725.468,00	7.616.805.989,00	314.811.317,00	181.027.925,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI – Gerencial/Siga Brasil

Destacamos os principais motivos das variações dos valores relativos às dotações propostas para a UO, o PLOA e a LOA para as despesas de Pessoal/Encargos Sociais e Juros/Encargos da Dívida:

- a LOA final de 2011 foi 2,75% superior a de 2010. Esse acréscimo ocorreu – principalmente – pelas nomeações de servidores aprovados em concurso público;
- e para as despesas com Juros e Encargos da Dívida a dotação de 2011 foi inferior a de 2010. Essa variação foi resultado da desvalorização do real frente ao dólar durante esse período.

Quanto as Outras Despesas Correntes e de Capital, destacamos:

- A dotação inicial aprovada para um conjunto de ações dentro do Programa de Trabalho 0770- Administração Tributária e Aduaneira foi objeto de algumas alterações no decorrer do exercício de 2011. Cabe destacar que essas alterações só foram possíveis tendo em vista que R\$ 103.666.976,00 dos valores inicialmente consignados nas ações orçamentárias para atender despesas com os sistemas informatizados desta RFB – empresa contrata SERPRO - não seriam empenhadas.

Essas alterações foram realizadas com os seguintes propósitos:

- 1º) ajustar os valores consignados em outras ações a fim de – no caso específico de outras despesas correntes - fazer frente às necessidades de recursos para a execução das atividades desta Secretaria, para pagamentos de despesas rotineiras, contratuais, reparos e adaptações, bem como, em especial, para custear contratos com a Rede Arrecadadora (ação 2242);

- 2º) ajustar os valores consignados na LOA para atender despesas com investimento – aquisição de material permanente e investimentos em tecnologia da informação - TI e outros .

Essas alterações proporcionou o seguinte resultado:

- maximização da dotação autorizada para esta Secretaria – conforme demonstra o quadro abaixo. Cabe destacar que esse resultado só não foi maior por força do contingenciamento aplicado em 2011.

PRINCIPAIS DESPESAS -- Programa 0700			
			Em R\$ milhões
NATUREZA DA DESPESA	Dotação Final-2011	Valor Executado-2011	% Executado
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	5.756.383.096,00	5.741.775.764,48	99,75%
Outras Despesas Correntes	2.146.923.907,00	2.116.579.349,59	98,59%
Despesas de Capital	305.194.334,00	275.912.844,11	90,41%
Total	8.208.501.337,00	8.134.267.958,18	99,10%

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Neste quadro, é possível visualizar a movimentação ocorrida na “Programação Orçamentária” da Unidade, sob a forma de concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa **Valores em R\$ 1,00**

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Interna	Concedidos	170006	25103.04.122.0770.09HB	984.200.167,10		
	Concedidos	170006	25103.04.122.0770.2272	4.757.575.597,39		
	Concedidos	170006	25103.04.301.0770.2004			39.594.312,14
	Concedidos	170006	25103.04.365.0770.2010			2.730.285,01
	Concedidos	170006	25103.04.331.0770.2011			5.373.000,11
	Concedidos	170006	25103.04.306.0770.2012			94.947.397,57
	Concedidos	170006	25103.04.129.0770.2013			8.361.276,59
	Concedidos	170006	25103.04.122.0770.2272			14.521.085,02
	Concedidos	170009	25103.04.129.0770.2013			82.435,75
	Concedidos	170009	25103.04.122.0770.2272			3.472.089,78
	Concedidos	170008	25103.04.122.0770.2248			10.000.000,00
	Concedidos	170531	25103.04.129.0770.2013			5.413.893,84
	Concedidos	170531	25103.04.122.0770.2272			8.185.154,86
	Concedidos	170531	25103.04.122.0770.2237			385,94
	Concedidos	170531	25103.04.122.0770.2238			94.043,01
	Concedidos	170017	25103.04.129.0770.2013			20.515,81

Concedidos	170017	25103.04.122.0770.2272			98.145,29
Concedidos	170032	25103.04.122.0770.2272			95.810,88
Concedidos	170038	25103.04.125.0770.2237			3.838,14
Concedidos	170038	25103.04.122.0770.2272			498.586,97
Concedidos	170039	25103.04.122.0770.2272			291.425,87
Concedidos	170045	25103.04.122.0770.2272			106.243,73
Concedidos	170050	25103.04.122.0770.2272			55.080,00
Concedidos	170055	25103.04.125.0770.2272			92.005,53
Concedidos	170057	25103.04.122.0770.2272			55.624,68
Concedidos	170064	25103.04.122.0770.2272			20.113,64
Concedidos	170069	25103.04.122.0770.2272			13.025,02
Concedidos	170075	25103.04.122.0770.2272			736.758,88
Concedidos	170077	25103.04.122.0770.2272			163.294,98
Concedidos	170085	25103.04.129.0770.2013			66.233,85
Concedidos	170085	25103.04.122.0770.2272			1.369.787,57
Concedidos	170085	25103.04.122.0770.2237			384.687,29
Concedidos	170085	25103.04.122.0770.2238			159.090,49
Concedidos	170087	25103.04.122.0770.2272			29.543,68
Concedidos	170100	25103.04.122.0770.2272			7.700,00
Concedidos	170106	25103.04.122.0770.2272			30.501,43
Concedidos	170106	25103.04.122.0770.2238			8.145,26
Concedidos	170114	25103.04.122.0770.2272			1.384.364,67
Concedidos	170114	25103.04.122.0770.2237			197.217,59
Concedidos	170115	25103.04.122.0770.2272			243.531,76
Concedidos	170131	25103.04.122.0770.2237			461.098,40
Concedidos	170131	25103.04.122.0770.2272			320.664,45
Concedidos	170132	25103.04.122.0770.2272			209.190,11
Concedidos	170153	25103.04.122.0770.2272			41.625,20
Concedidos	170155	25103.04.122.0770.2272			55.510,13
Concedidos	170166	25103.04.125.0770.2237			32.005,31
Concedidos	170166	25103.04.125.0770.2272			143.896,07
Concedidos	170175	25103.04.122.0770.2272			77.879,90
Concedidos	170176	25103.04.122.0770.2272			99.887,97
Concedidos	170190	25103.04.122.0770.2238			106.138,82
Concedidos	170190	25103.04.122.0770.2272			597.500,86
Concedidos	170207	25103.04.122.0770.2272			120.385,00
Concedidos	170214	25103.04.122.0770.2272			13.351,30
Concedidos	170216	25103.04.129.0770.2272			97.097,92

	Concedidos	170479	25103.04.129.0770.2013			8.419.858,46
	Concedidos	170479	25103.04.126.0770.2085			1.590.372,98
	Recebidos					0,00
Externa	Concedidos					0,00
	Recebidos	201002	47101.04.128.1054.2D32			208.000,00
	Recebidos	110174	20125.04.122.1173.2272			119.700,00
	Recebidos					0,00
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimento	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
	Concedidos	170531	25103.04.129.0770.2013	222.039,16		0,00
	Concedidos	170531	25103.04.122.0770.2272	554.403,21		0,00
	Concedidos	170008	25103.04.122.0770.2248	10.000.000,00		0,00
	Concedidos	170131	25103.04.122.0770.2272	370.652,80		0,00
	Concedidos	170190	25103.04.122.0770.2272	6.000,00		0,00
	Concedidos	170479	25103.04.129.0770.2013	240.638,66		0,00
	Recebidos					0,00
	Concedidos					0,00
Externa	Recebidos					0,00

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Informações:

- O valor de R\$ 5.741.775.764,49 - Despesas de Pessoal- foi repassado para a UG 170006 para pagamento de salário de servidores.
- O valor de R\$ 157.166.079,85 - Despesas de Custeio - foi repassado para a UG 170006 pagamento de benefícios aos servidores – Auxílio-Alimentação; Transporte; assistência médica; pré-escolar e outras despesas. Foi, também, para pagamento de estagiários.
- Valores -Despesas de Custeio - repassados para a UG 170531; parte foi para pagamento de contratação de pessoal terceirizado; parte para destinado a reforma/installações do 9º andar e serviços e impermeabilização da cobertura do Edifício Sede do Ministério da Fazenda e outras despesas como o fornecimento e instalações de pontos; manutenção preventiva do Ed. Camilo Cola, serviços de reprografia, transporte mobiliário de servidor e outras.
- Os valores repassados para a UG 170479 pela UG-170010 –Despesas de Custeio e de Capital–, referem-se a ação orçamentária específica – 2013 e 2085 – destinada a atender despesas do funcionamento do conselho do contribuinte.
- O valor de R\$ 208.000,00 foi repassado pela UG-201002, para a UG-170133, para o projeto de capacitação para desenvolvimento da competência gerencial, emocional e operacional dos chefes e atendentes do CAC e de Ag. Da RFB 8ª Região Fiscal.
- O valor de R\$ 119.700,00 foi repassado pela UG-110174, para a UG-170205, para atender despesas de rateio/manutenção e funcionamento da DRFB/AC- despesas condominiais.

- Dos valores - Despesas de Custeio - repassados para as SAMF's e não comentados acima referem-se a rateio de despesas de manutenção predial, com os Correios, reprografias e outros.
- Valores - Despesas de Custeio - repassados para as UG's da Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF referem-se a despesas com a participação de servidores desta RFB em cursos de capacitação.
- Dos valores – despesas de capital de investimento – repassados pela UG-170010 para a UG-170008 para atender despesas com Tecnologia da Informação (contrato SERPRO).
- Dos valores – Despesas de Capital – repassados pela UG 170010 para a UG 170531, foram destinados a aquisição de mobiliário em geral e peças não incorporáveis a imóveis e outros tipos de investimentos.

Informações Adicionais: nomes das Unidades Gestoras

170006 – COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS – MF
 170008 – PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
 170009 - ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA
 170531 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/DF
 170017 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/DF
 170032 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PI
 170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/CE
 170039 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/CE
 170045 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RN
 170050 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PB
 170055 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PE
 170057 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/PE
 170064 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AL
 170069 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SE
 170075 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/BA
 170077 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/BA
 170085 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MG
 170087 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/MG
 170100 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/ES
 170106 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MS
 170114 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RJ
 170115 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/RJ
 170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SP
 170132 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/SP
 170153 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PR
 170155 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/PR

170166 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/SC
 170175 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RS
 170176 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/RS
 170190 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/MT
 170207 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/AM
 170214 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/PA
 170216 - CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/PA
 170479 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
 110174 - DGI/SE/CGU
 201002-COORD. GERAL DE PLANEJ, ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidadada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	11.167.482,00	8.042.211,81	8.675.819,37	7.393.648,60
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	111.363,55	174.340,70	75.574,96	111.081,48
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	11.056.118,45	7.867.871,11	8.600.244,41	7.282.567,12
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	11.270.716,00	9.352.427,12	9.642.723,43	8.990.433,31
Dispensa	10.505.309,17	8.343.716,50	9.004.357,02	8.045.758,59
Inexigibilidade	765.406,83	1.008.710,62	638.366,41	944.674,72
Regime de Execução Especial	90.865,01	119.744,04	90.865,01	119.744,04
Suprimento de Fundos	90.865,01	119.744,04	90.865,01	119.744,04
Pagamento de Pessoal	763.561,79	2.216.829,42	763.561,79	2.216.829,42
Pagamento em Folha	3.834,80	1.662,48	3.834,80	1.662,48
Diárias	759.726,99	2.215.166,94	759.726,99	2.215.166,94
Outros	3.510.564,20	2.040.058,26	3.047.183,32	2.009.618,71

Fonte: SIAFI Gerencial Web

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	3.834,80	1.662,48	3.834,80	1.662,48	0,00	0,00	3.834,80	1.662,48
08 - Outros Benef.Assistenciais	3.834,80	0,00	3.834,80	0,00	0,00	0,00	3.834,80	0,00
92 – Desp. Exerc. Anteriores.	0,00	1.662,48	0,00	1.662,48	0,00	0,00	0,00	1.662,48
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	24.170.130,50	22.216.938,17	21.406.075,97	21.086.418,16	2.764.054,53	1.130.520,01	20.377.613,96	20.384.728,81
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	11.294.617,84	10.201.713,41	10.113.097,95	9.730.067,80	1.181.519,89	471.645,61	9.393.152,47	9.260.251,68
37 – Locação de Mão de Obra	7.314.134,96	6.263.772,71	6.292.108,03	5.718.688,23	1.022.026,93	545.084,48	6.048.400,04	5.561.726,53
92 - Desp. Ex. Anteriores	1.663.311,85	305.177,96	1.505.685,96	305.177,96	157.625,89	0,00	1.465.268,24	305.177,96
Demais elementos do grupo	3.898.065,85	5.446.274,09	3.495.184,03	5.332.484,17	402.881,82	113.789,92	3.470.793,21	5.257.572,64

Fonte: SIAFI Gerencial Web

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4								
Investimentos	2.629.223,70	2.531.555,98	1.866.365,41	683.190,01	762.858,29	1.848.365,97	1.838.704,16	343.882,79
52 – Equip. e Mat.Permanente	2.601.358,83	1.524.847,81	1.838.500,54	530.423,99	762.858,29	994.423,82	1.810.839,29	254.375,99
51 – Obras e Instalações	25.664,87	1.006.708,17	25.664,87	152.766,02	0,00	853.942,15	25.664,87	89.506,80
39 - Outros Serv. Terc. PJ	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6								
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Análise Crítica

Analizando as modalidades de contratação para a aquisição de materiais e serviços, observa-se o predomínio inegável da modalidade licitatória do tipo Pregão, seja pela agilidade, seja pela economicidade.

Por outro lado, dada à capilaridade das unidades da Receita Federal na 5ª Região Fiscal - formada por 6 delegacias, 2 alfândegas, 3 inspetorias e 33 agências, alem da própria SRRF05, perfazendo um total 45 unidades – torna-se indispensável o uso da dispensa de licitação para fazer face às diversas e variadas demandas de menor monta destas unidades. Daí a proximidade dos valores despendidos em pregões e dispensas de licitação. Já as inexigibilidades decorrem, em sua grande maioria, de treinamentos e contratações sem concorrência, tipo publicação legal, postagem, água.

Sobre as despesas correntes, vale registrar que os restos a pagar de 2011 decorrem principalmente das previsões empenhadas das despesas de dezembro e de meses anteriores que não foram pagas por falta de orçamentário.

Processo análogo ocorreu com as despesas de capital, onde não houve grandes alterações, se comparadas às de 2010, e os valores que passaram para o ano seguinte decorrem, em sua grande maioria, de aquisições realizadas no final do ano, período da época do recebimento do respectivo orçamentário.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Os quadros A 2.11, A 2.12 e A 2.13, foram preenchidos consolidando todas as informações das Unidades Gestoras da RFB por se tratar de somente uma Unidade Orçamentária – UO 25103. Essas informações constam nos Relatórios de Gestão das dez Superintendências Regionais da RFB.

**Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação –
Consolidado da RFB**
Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Llicitação	90.225,16	0,00	90.225,16	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	90.225,16	0,00	90.225,16	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	208.000,00	0,00	208.000,00	0,00
Dispensa	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00
Inexigibilidade	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	99.961,29	0,00	99.961,29

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Consolidado da RFB

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	298.225,16	99.961,29	298.225,16	99.961,29	0,00	0,00	298.225,16	99.961,29
3390.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ	298.225,16	99.961,29	298.225,16	99.961,29	0,00	0,00	298.225,16	99.961,29
3390.37 – Locação de Mão-de-obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3380.41-Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

Análise Crítica

Na visão consolidada da RFB, os créditos recebidos por movimentação merecem os seguintes destaques:

- a) em 2011, o montante recebido foi de R\$ 327,7 mil, sendo:
 - O valor de R\$ 208.000,00 foi repassado pela UG-201002, para a UG-170133, para o projeto de capacitação para desenvolvimento da competência gerencial, emocional e operacional dos chefes e atendentes do CAC e de Ag. Da RFB 8ª Região Fiscal.
 - O valor de R\$ 119.700,00 foi repassado pela UG-110174, para a UG-170205, para atender despesas de rateio/manutenção e funcionamento da DRFB/AC- despesas condominiais.
- b) em 2010, o montante recebido foi de R\$ 99,2 mil, sendo:
 - O valor de R\$ 99.961,29 – Despesas de Custeio - foi repassado pela UG-110174 para UG-170287- DRF Rio Branco para atender despesas condominiais.

É importante destacar a baixa representatividade dos créditos recebidos por movimentação pela RFB em relação aos créditos originários da LOA, tanto no exercício de 2011 quanto em 2010, de 0,004% e 0,001% respectivamente.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	106,01

- Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].
- Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5ª RF arrecadou em 2011 o montante de R\$ 23.128.054,15,00, ultrapassando a meta estipulada - R\$ 21.813.792,635,00 - em 6%.
Pontos críticos: Nada a informar.

Indicador: Grau de evolução real da arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Número relativo	Positiva	103,20	109,10

- Finalidade:** Mensurar o crescimento real da arrecadação do ano em relação ao ano anterior, atualizando-se a série pela variação do IPCA.
- Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (arrecadação realizada em p no ano X-1) x 100].
- Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação.
- Análise de Desempenho**
Situação atual: Em 2011, a arrecadação da 5ª RF cresceu 9% em comparação com o ano de 2010, em termos reais.
Pontos críticos: Nada a informar.

Indicador: Índice de representatividade do atendimento via Portal e-CAC

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	71,39	68,87

- Finalidade:** Mensurar a relação entre a quantidade de serviços prestados por meio eletrônico (via Portal e-CAC) e o total de serviços prestados (via Portal e-CAC e nas unidades de atendimento presenciais).
- Fórmula de cálculo:** (Total de serviços eletrônicos prestados no Portal e-CAC no período x 100) dividido pelo total de serviços (presencial e eletrônicos no Portal e-CAC) no período.
- Fonte dos Dados:** Sistema Saga e estatísticas do Portal e-CAC.
- Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5ª RF obteve um crescimento significativo desse indicador, partindo de 63,19% em janeiro de 2011 para um acumulado anual de 68,87%. A sustentação regional dos patamares de utilização do e-CAC representa a consolidação deste serviço perante os contribuintes. Por conta da obrigatoriedade de agendamento para o atendimento à pessoa jurídica em alguns CACs, passou a haver uma maior utilização do e-CAC.

Pontos críticos: A falta de uma base de treinamento para o e-CAC dificulta a formação de servidores para realizar uma divulgação massiva. As metas regionais não foram atingidas em 9 das 10 regiões fiscais.

Indicador: Tempo médio de espera para atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Minutos	Negativa	15,00	12,10

- **Finalidade:** Medir o tempo de espera, pelo contribuinte, para atendimento, sem limitação de senha.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos tempos de espera para chamada de serviços nas unidades de atendimento, no período, apurada de acordo com a metodologia adotada pelo sistema Saga.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: As unidades foram estimuladas a buscarem alternativas para promover a redução do Tempo Médio de Espera (TME), como a obrigatoriedade do agendamento para o atendimento da pessoa jurídica, a orientação ao contribuinte, a divulgação dos serviços online, o remanejamento de servidores e o suporte técnico às agências. O cumprimento, com folga, da meta anual do TME pela 5ª Região Fiscal em 2011 (apesar do panorama inicial desfavorável no mês de janeiro) deveu-se, sobretudo, ao esforço realizado pelas unidades de atendimento, principalmente as de maior porte como os CACs.

Pontos críticos: Algumas unidades estão com um quadro de pessoal reduzido, requerendo ações/intervenções de apoio. Foco excessivo no indicador, esquecendo as demais questões que compõem a excelência no atendimento.

Indicador: Percentual de serviços conclusivos no atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	95,00	96,80

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços conclusivos no atendimento em relação ao total de serviços prestados nas unidades administrativas.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade total de Serviços Conclusivos/Total de Serviços Prestados) x 100].
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 5ª RF cumpriu a meta de conclusividade estabelecida, assim como as demais Regiões Fiscais. Não há pontos positivos a destacar tendo como referência as medições atuais de conclusividade.

Pontos críticos: Necessidade de se harmonizar/padronizar o registro do que é conclusivo.

Indicador: Índice de demanda reprimida no atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Negativa	5,00	0,70

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços solicitados e não atendidos nas unidades de atendimento (triagem) ou no de agendamento (internet).

- **Fórmula de cálculo:** $\{[(\text{Quantidade de solicitações não atendidas com origem na Triagem} + \text{Quantidade de solicitações não atendidas com origem no Agendamento}) / (\text{Quantidade de Atendimento Presencial})] \times 100\}$.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: Baixa demanda reprimida.
Pontos críticos: Necessidade de padronizar o agendamento de serviços e o registro da demanda reprimida na triagem.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	105,00

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Número de operações realizadas}) / (\text{número de operações previstas}) \times 100]$.
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: a) Aumento do contingente operacional – disponibilidade de pessoal próprio;
b) Aumento da sensibilização institucional na 5^aRF quanto aos objetivos das atividades de repressão;
c) Melhora na seleção de alvos, com a implantação de critérios de pesquisa e seleção, elevando a eficácia;
d) Melhora no planejamento operacional, elevando a eficiência.
Pontos críticos: a) Corte orçamentário, que resultou na diminuição dos treinamentos programados e na redução das ações regionais e, consequentemente, da integração entre as unidades da 5^aRF;
b) Deficiência das instalações físicas da Direp05, potencializada com o aumento do número de servidores;
c) Problemas para o armazenamento das mercadorias apreendidas - falta de espaço físico; de pessoal para a contagem, conferência e gestão das mercadorias apreendidas; de equipamentos para o manuseio; e de uniformização de procedimentos pelas unidades -, com impacto nas operações previstas;
d) Falta de convênios com entidades externas, tanto para operações conjuntas quanto para ações especializadas. Como exemplo: convênio com a Marinha, que impede a Direp05 de dispor de local adequado para guarda de embarcações apreendidas;
e) Dificuldades de logística de pessoal das unidades jurisdicionadas para a realização de operações de grande porte.

Indicador: Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	464	478

- **Finalidade:** Medir o número de eventos de educação fiscal, conforme critérios definidos pela Coaef, para o público interno e externo com a participação da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: As novas diretrizes de Educação Fiscal fortaleceram as ações aderentes à Administração Tributária/Aduaneira.
Pontos críticos: Falta alocar recursos dedicados integralmente à atividade.

Indicador: Índice de realização da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	1,62	2,10

- **Finalidade:** Medir a eficácia da cobrança.
- **Fórmula de cálculo:** $\{(\text{Pagamentos em atraso no mês} - \text{Receitas da Dívida Ativa}) / \text{Débitos em situação "Devedor" no início do mês}\}$.
- **Fonte dos Dados:** Sistemas de Cobrança, DW-Arrecadação, DW-Devedores, Informar e outros.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: Nada a informar.
Pontos críticos: O indicador não reflete o esforço da cobrança em atraso, principalmente o das unidades, que têm pouca relevância em relação ao tratamento eletrônico automático, cuja ação é de âmbito nacional.

Indicador: Índice de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Número relativo	Negativa	3,21	3,20

- **Finalidade:** Medir a relação existente entre o saldo das compensações pendentes e a média anual de compensações ativas, de sorte a refletir o valor total das DCOMP pendentes, correspondentes ao valor médio anual, ou seja, o lapso de tempo, em anos, de DCOMP entregues e não solucionadas.
- **Fórmula de cálculo:** Relação existente entre compensações pendentes e a média anual de compensações ativas, sendo: a) Compensações pendentes - Montante de débitos existentes, volume em moeda nacional, correspondente ao Total de Débitos das Declarações de Compensação entregues com algum nível de pendência (DCOMP pendentes de análise), nos cinco anos que antecedem ao período de apuração considerado, objeto de análise; DCOMP pendentes de análise - DCOMP que se encontrem nas situações não analisada, em análise automática, em análise manual, aguardando tratamento manual e em análise suspensa; b) Média anual de compensações ativas - correspondente à média anual do Total de Débitos

das Declarações de Compensação ativas transmitidas, volume em moeda nacional, nos cinco anos que antecedem ao período de apuração objeto de análise, sendo que são desconsideradas as Declarações “Retificadas” e “Canceladas”.

- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A criação de um indicador em 2011 para avaliação da situação das compensações pendentes foi bastante positiva.

Pontos críticos: A base móvel do índice dificulta a previsão pela região do cumprimento da meta de redução. Foram emitidos 28.370 Despachos Decisórios em 2011, totalizando R\$ 217.236.276,00, mas insuficientes para reduzir o índice em razão da velocidade de entrada de DCOMP. As unidades dispõem de margem muito pequena de governabilidade sobre o resultado, face ao grande peso do trabalho que deve ser realizado pelo sistema, através da análise automática.

Indicador: Índice de presença fiscal na fiscalização de tributos internos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	11,46	13,74

- **Finalidade:** Medir a variação da cobertura da fiscalização de tributos internos.
- **Fórmula de cálculo:** (Média aritmética da CFPJ + CFPF + CFD) x 100, sendo: Cobertura da fiscalização de tributos internos sobre os PJ (CFPJ) = (Quantidade de contribuintes de demais PJ objeto de fiscalização ou revisões no ano) / Quantidade de PJ demais ativas; Cobertura da fiscalização de pessoa física (CFPF) = (Quantidade de contribuintes de PF objeto de fiscalização, malha PF ou malha ITR no ano) / Quantidade de PF declarantes; Cobertura da fiscalização PJ Diferenciada (CFD) = (Quantidade de contribuintes de PJ diferenciados objeto de fiscalização ou revisões no ano) / Quantidade de PJ diferenciadas.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal de Tributos Internos, Gerencial da Malha PF, Gerencial da Malha ITR.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 5ª Região Fiscal apresentou o melhor desempenho nacional no índice de presença fiscal em termos absolutos (13,74%) e o segundo melhor desempenho entre as RFs em termos relativos à meta (superando em quase 20% a meta estipulada de 11,46%).

Contribuiu para o resultado regional o alto índice de presença fiscal obtido no segmento correspondente às pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento diferenciado (que corresponde a 1/3 meta). O índice de presença fiscal da 5ª RF nesse segmento foi de 39,29%, o maior entre as Regiões Fiscais, o que se explica pelo excelente desempenho no cumprimento das metas de fiscalização PJ diferenciadas: 145,12%. Somente a DRF-Salvador, que responde por mais da metade da meta para essa categoria de contribuinte, obteve um resultado de 145,64% em quantidade de procedimentos fiscais realizados em PJ diferenciados. As demais unidades, de um modo geral, também apresentaram bons resultados de presença fiscal nesse segmento.

O fato de o cumprimento da meta ter sido garantido com segurança pelos bons índices de presença fiscal nas PJ diferenciadas não significa dizer que as demais frentes de atuação tenham sido subaproveitadas. Com efeito, a 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir todas as metas (em nível regional) de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações, com destaque para a DRF-Camaçari (que alcançou 174,25% da meta estipulada para fiscalizações) e para a DRF-Salvador (que executou 192,10% da meta definida para a revisão de declarações PJ).

Pontos críticos: Nada a informar.

Indicador: Índice de cobertura da fiscalização aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	9,90	9,92

- **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objetos de fiscalização a posteriori, no período indicado.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)], onde: Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro; Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5a.RF alcançou resultado superior à meta anual - 9,90%, tendo fiscalizado 9,92% dos operadores responsáveis por 99% do volume regional de comércio exterior, mantendo-se a tendência crescente de resultado deste indicador iniciada em 2009.
Pontos críticos: Dificuldades na geração de dossiês para abertura de fiscalizações aduaneiras de zona secundária.

Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	15,00	8,14

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** {[$(N^{\circ}$ de DIs desembaraçadas com ficha de ocorrência (FDI) no Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) + n° de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar, com indicação de perdimento total de mercadorias) / (n° de DIs desembaraçadas com verificação aduaneira + n° de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar com indicação de perdimento total de mercadorias)] x 100}.
- **Fonte dos Dados:** Informações obtidas a partir de pesquisa no sistema Gerencial de Desempenho Aduaneiro (GDA) e no sistema DW Corporativo, visão aduaneira (DWA), cujo banco de dados é construído com informações do Siscomex, módulo Importação, e do sistema Radar.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: É importante destacar a tendência crescente dos resultados alcançados pela 5ª RF desde 2006.
Pontos críticos: Possível falta de registro no sistema Radar das fichas de ocorrência referentes às ações fiscais realizadas no curso do despacho aduaneiro de importação, uma vez que este indicador depende da inserção manual no sistema, por parte da fiscalização, das ocorrências verificadas no curso do despacho. Vale ressaltar o fato de que nenhuma região fiscal alcançou a meta definida em 2011, o que se repete desde 2009.

Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	92,16

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

• **Fórmula de cálculo:** [(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100].

• **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

• **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta anual - 90% - foi alcançada pela 5ª RF, mantendo-se a tendência crescente do resultado deste indicador iniciada em 2007.

Pontos críticos: Dificuldades na geração de dossiês para abertura de fiscalizações aduaneiras de zona secundária.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	3,48	2,89

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de importação.

• **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre o registro de cada DI no Siscomex e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DIs desembaraçadas.

• **Fonte dos Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

• **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta anual - 3,48 dias - foi plenamente alcançada pela 5ª RF - 2,89 dias, mantendo-se a tendência de redução dos tempos médios de despacho de importação iniciada em 2009.

Pontos críticos: Apenas no mês de maio de 2011, o resultado regional (9,89 dias) foi superior à meta, devido à distorção no resultado da Alfândega do Porto de Salvador (ALF/SDR), que desembaraçou 14 Declarações de Importação (DI) de nacionalização de admissão temporária do ano de 2007 (13 em canal amarelo e 1 em vermelho). Este tipo de ocorrência causa significativa distorção no resultado do indicador.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,51	0,18

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

• **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada DE e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DEs desembaraçadas.

• **Fonte dos Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

• **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta anual (0,51 dias) foi plenamente alcançada pela 5ª RF (0,18 dias), tendo-se alcançado resultados inferiores à meta em todos os meses de 2011 e sido mantida a tendência de redução dos tempos médios de despacho de exportação iniciada em 2009.

Pontos críticos: Possível existência de Declarações de Exportação (DE/DSE) pendentes de conclusão do despacho aduaneiro, cujo desembarque tardio implica em distorção no resultado do indicador.

Indicador: Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Horas	Positiva	50,00	41,15

- **Finalidade:** Aferir a profundidade dos eventos de capacitação.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de horas de treinamento realizado no exercício dividida pela quantidade de servidores treinados no exercício.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O contingenciamento de recursos financeiros no exercício 2011 motivou cancelamentos e adiamentos de ações de capacitação. Como a capacitação do maior número possível de servidores permaneceu como estratégia da 5^aRF (ressalte-se que na maioria das unidades gestoras a quantidade de servidores capacitados em 2011 superou as estatísticas de 2010), a redução do volume e da carga horária dos eventos decorrentes do corte orçamentário interferiu de modo significativo sobre o valor do indicador de aprofundamento da região.

Pontos críticos: Em todas as Unidades da 5^a Região Fiscal houve redução na quantidade de horas investidas em capacitação e no indicador de aprofundamento, em função do contingenciamento de recursos financeiros no exercício 2011, que motivou cancelamentos e adiamentos de ações de capacitação, além de reduções na carga horária de eventos para a diminuição de custos e para a adequação das ações de capacitação ao formato de videoconferência.

Indicador: Grau de amplitude da capacitação dos servidores

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	90,00	79,05

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de servidores treinados no exercício dividida pela quantidade de servidores no exercício.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Apesar do forte contingenciamento de recursos financeiros em 2011 que motivou cancelamentos e adiamentos de algumas ações de capacitação programadas, o indicador não apresentou queda relevante no intervalo sob análise em cotejo com o exercício anterior, situando-se a redução em patamar de 3,26%, aproximadamente.

Pontos críticos: O contingenciamento de recursos financeiros em 2011 motivou o cancelamento e o adiamento de algumas ações de capacitação programadas, ocasionando redução do volume de servidores capacitados no âmbito da 5^a Região Fiscal. A adoção de eventos de capacitação à distância sofreu interferência de alguns fatores. As ações de capacitação desenvolvidas à distância por meio de plataformas vinculadas à ESAF apresentaram, normalmente, limitações no número de vagas e impossibilidade de participação simultânea em eventos distintos. Tais fatos podem ter contribuído para a queda do volume de servidores capacitados na Região. Em relação aos eventos de capacitação à

distância realizados por meio de videoconferência, a inexistência de espaços e de equipamentos suficientes para a realização concomitante de ações em âmbito regional motivaram, também, a redução do volume de eventos realizados, impactando, negativamente, o indicador.

Indicador: Nível de adequação das instalações físicas das unidades

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60,00	52,21

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de Unidades Adequadas / Total de unidades avaliadas da RFB) x 100].
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Não foram realizadas as reformas da Delegacia de Itabuna e da Agência de Jacobina, além de não ter sido concluído recebimento dos projetos do novo Edifício-Sede e da reforma interna do Edifício Sede da Alfândega do Porto.

Pontos críticos: O não atingimento da meta decorreu principalmente da limitação do Art. 5º do Decreto 7446, de 01/03/2011, que inviabilizou a reforma da Delegacia de Itabuna (reprovada inclusive pelo Min. do Planejamento) e da Agência de Jacobina, combinado com o atraso no recebimento dos projetos do novo Edifício-Sede e da reforma interna do Edifício Sede da Alfândega do Porto, que não nos permitiram sequer dar início aos respectivos processos licitatórios.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 3: Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no período.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 4: Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (*Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010*)

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.041.116,57	5.589,79	1.035.526,78	0,00
2009	639.100,61	0,00	639.100,61	0,00
2008	4.903,99	2.284,50	2.619,49	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.981.332,98	144.069,81	1.870.822,17	966.441,00
2009	2.433.386,38	215.263,85	2.215.675,53	2.447,00
2008	2.102.518,78	275.573,70	1.814.734,98	12.210,10

Observações:

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Os restos a pagar processados decorrem, em sua maioria, de compras de materiais e serviços realizadas próximas ao final do exercício e que, em razão dessa proximidade, só foram pagos no ano subsequente.

O montante de empenhos inscritos em restos a pagar não processados corresponde, em grande parte, a serviços continuados realizados no mês de dezembro/2010, cuja medição, faturamento e ateste ocorreram a partir de janeiro/2011, situação que reflete a impossibilidade de apropriação dos empenhos no exercício de sua emissão. Os demais se referem a aquisições cuja dotação orçamentária e emissão do empenho somente puderam ser efetuados próximos do final do mês de dezembro de 2010, restando prejudicada a entrega dos materiais e/ou a prestação dos serviços até o término do exercício.

Quanto ao saldo a pagar dos empenhos de 2010, existente em 31.12.2011, diz respeito a serviços contratados que não foram concluídos no exercício de 2011, como a nota de empenho 2010NE900200, relativa à reformulação do projeto básico do Edifício Sede da 5ª RF. A outra nota, de nº 2010NE900897, refere-se à aquisição de equipamentos de circuito fechado de TV, que não foram entregues no exercício de 2011.

Com referência aos cancelamentos de restos a pagar, esses correspondem aos saldos não utilizados ou de valores inscritos a maior por, em sua maioria, tratar-se de serviços com valores estimativos, tais como: energia elétrica, fornecimento de água, telefone, etc.

Assim, apesar de as despesas ocorridas no final do exercício e inscritas em restos a pagar processados ou não processados terem reflexo na gestão financeira, as aqui apresentadas não comprometeram o bom andamento da gestão orçamentária/financeira ou estratégia de pagamentos da UG.

Do saldo de R\$ 12.210,10 de 2008, R\$ 2.562,00 foram pagos e R\$ 9.648,10 foram cancelados, todos no exercício de 2010.

Do valor inscrito em 2010 - R\$ 2.447,00, aproximadamente 1% foi reinscrito em 2011. Na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, o empenho 2009NE900586, no valor de R\$ 997,00, não foi pago durante o exercício de 2010 porque a empresa não tinha conta bancária, sendo reinscrito em 2011 e cancelado automaticamente no mesmo exercício. Já na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari, houve o cancelamento do empenho 2009NE900198, no valor de R\$ 1.450,00, em razão da não entrega pela empresa dos produtos adquiridos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 5: **Informações sobre Recursos Humanos da Unidade** (*Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010*)

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos foi executado dentro do mesmo modelo de trabalho do Relatório de Tomada de Contas RFB 2010. Dessa forma foi realizada uma extração global dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep da RFB, que foram homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As dificuldades para extração de dados relacionadas no relatório 2010 permanecem vigentes, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape que facilitasse tal trabalho.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio de sistema de controle de atividades, não contemplado pelo Siape de forma gerencial, pois as Regiões Fiscais não dispõe de tais recursos para executar as extrações.

Dessa forma a única novidade foi o uso do DW Siape para extração, mas com a necessidade de tratamento dos dados para que os mesmos fossem concatenados conforme instrução do TCU.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação ao quadro A.5.2 Redução da Força de Trabalho, que além de definir um novo grupo de dados, solicita que sejam utilizados apenas aqueles cujas ocorrências estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011, definindo uma linha de corte que foi tratada manualmente para verificar possíveis inconsistências. Dessa forma foi considerada apenas uma pequena fração do total das ocorrências de 2011.

As alterações do quadro relativo a folha de pagamento mais uma vez impediram que fosse utilizada uma rotina capaz de homogeneizar a extração para os três anos solicitados. A rotina criada em 2011 que seria utilizada em 2012 para extrair os valores de 2011, 2010 e 2009, foi invalidada pela necessidade de gerar nova rotina e macros para o novo modelo do Relatório de Tomada de Contas 2012.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	*1.539	1.306		65
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
1.2.5. Servidores Cedidos e Anistiados		16		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	1.539	1.322		65

Fonte: SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- 2 - A lotação autorizada * abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF.
- 3 - Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário) bem como as reversões, reconduções e reintegrações (provimento derivado).
- 4 - Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- 5 - Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) ¹	8
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	49
3.2. A pedido, a critério da Administração	23
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	7
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	95

Fonte: SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - A extração dos dados não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.

2 - Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO N° 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEI N° 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

NOTA TÉCNICA N° 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.

INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) N° 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

DECRETO N° 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR N° 69/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA N° 101/2011/DENOP/SRH/MP.

3 - Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 27 de janeiro de 2012 e vigentes em 31 de dezembro de 2011. Eventos iniciados em 2011, mas encerrados até 30 de dezembro de 2011 foram desconsiderados do número.

4 - Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2011.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	50	38	23	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	180	173	64	75
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	230	211	87	101

Fonte: SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - O valor das colunas autorizada, ingressos e egressos das funções inclui nas Regiões Fiscais as suas respectivas DRJ, no quadro das DRJ são apresentados os valores relativos à ocupação efetiva da função.

2 - Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	85	196	306	425	99
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		6	18	12	2
2.3. Funções gratificadas	2	36	75	56	4
3. Totais (1+2)	87	238	399	493	105

Fonte: SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - SA3

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira						847	153	19	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
- 2 - Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
- 3 - Em relação à classe 6 utilizamos o nível de escolaridade (superior) exigido para os cargos da Carreira ARFB (Auditoria da Receita Federal do Brasil) que compreende os cargos de AFRFB (Auditor Fiscal) e ATRFB (Analista Tributário).
- 4 - Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
- 5 - Na classe 7 foram incluídos os MBA.
- 6 - As informações relativas às classes 7, 8 e 9 das DRJ estão computadas nos quadros das Regiões Fiscais, permanecendo no quadro das DRJ apenas os valores relativos à classe 6.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos quadros A.5.6 Composição do Quadro de Servidores Inativos e A.5.7 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	116	108	101	100	R\$ 625.785,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: DW Siapenet e Siafi

NOTA EXPLICATIVA

Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

5^a RF

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Exercícios	2011	156.301.466,76	7.898,55	13.121.233,88	5.510.368,16	4.714.587,62	4.371.875,77	51.394,06	818.257,07	184.897.081,87
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	3.394.661,47	1.933,13	259.201,95	158.972,27	117.523,13	157.888,10	1.995,73	25.741,55	4.117.917,33
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	10.465.984,45	943.354,55	936.934,46	323.744,64	191.821,00	225.743,21	10.253,98	48.948,19	13.146.784,48
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	29.647.949,64	790.473,29	2.594.297,73	1.158.889,29	712.208,62	715.388,07	36.535,00	149.615,88	35.805.357,52

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - Fonte dos dados: DW Siapenet.
- 2 - Não foi editada portaria SRH/MPOG autorizando pagamento de exercícios anteriores em 2011.
- 3 - Os dados referentes a 2009 e 2010 possuem formatos de extração diferentes do modelo 2011. Seguem abaixo os quadros exigidos pelo TCU em 2009 e 2010. A extração no modelo atual para 2009 e 2010 demandaria um prazo superior ao definido para entrega do trabalho.
- 4 - A mutação do modelo do quadro em questão dificulta a interpretação e comparação dos dados entre os anos de 2009, 2010 e 2011.
- 5 - Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.

Quadro de apoio a Folha de Pagamento 2011

RUBRICAS VERIFICADAS NO ARTIGO 51 DA Lei 8.112					
UNIDADE	Ajuda de custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	TOTAL
UC	1.172.586,86	6.587.725,24	26.014,51	403.648,23	8.189.974,84
DRJ	274.064,02	53.245,03	8.662,40	-	335.971,45
1 ^a RF	395.854,11	1.722.990,27	5.043,19	-	2.123.887,57
2 ^a RF	368.094,95	1.321.685,20	-	21.600,00	1.711.380,15
3 ^a RF	710.502,00	1.534.606,09	993,53	19.800,00	2.265.901,62
4 ^a RF	621.635,89	1.036.562,56	1.381,21	-	1.659.579,66
5 ^a RF	413.681,44	759.726,99	16.786,24	-	1.190.194,67
6 ^a RF	493.898,19	1.201.192,27	36.624,87	-	1.731.715,33
7 ^a RF	132.547,34	1.076.694,12	1.683,80	-	1.210.925,26
8 ^a RF	892.370,13	3.352.415,14	94.214,53	23.400,00	4.362.399,80
9 ^a RF	733.042,76	3.485.239,28	7.355,35	-	4.225.637,39
10 ^a RF	243.213,98	1.900.144,94	157.540,06	-	2.300.898,98
RFB	6.451.491,67	24.032.227,13	356.299,69	468.448,23	31.308.466,72

NOTA EXPLICATIVA

Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

QUADRO RELATIVO À FOLHA DE PAGAMENTO MODELO 2009 RF05								
QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2009	1377	162.480.886,67		39.749.274,65	47.446,65	2.727.400,21		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2009	144	6.779.428,37						
Cargo de Provimento em Comissão ou Natureza Especial (sem vínculo)								
2009	1			35.920,48				
Requisitados sem ônus para UJ								
2009								
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área Fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	
2009							112	479.267,96
QUADRO RELATIVO À FOLHA DE PAGAMENTO MODELO 2010 RF05								
Tipologia/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Vantagens	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Abono de Permanência	Demais Despesas Variáveis	Total
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2010	150.426.700,17	1.375,22	18.711.448,82	97.325,00	5.331.325,16	2.491.584,48	50.945,24	177.110.704,09
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2010								
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2010	10.209.451,71	972.114,81	1.318.856,77	391,00	234.432,89	161.026,04	9.964,34	12.906.237,56
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2010	28.391.908,97	808.913,57	3.420.805,68	3.482,00	909.229,49	152.302,06	41.094,76	33.727.736,53
Despesa Global								
2010	189.028.060,85	1.782.403,60	23.451.111,27	101.198,00	6.474.987,54	2.804.912,58	102.004,34	223.744.678,18
Os valores relativos a Servidores cedidos ou em licença são subconjuntos da Despesa Global								
Servidores Cedidos								
2010	1.622.537,92	-	199.978,29		-37.189,59	57.400,30	-	1.917.106,10

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.10 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Atividades de Secretariado	243	339	540	0	0
Atividades de Apoio Administrativo	78	104	112	0	0
Atividades de Auxiliar de Escritório	103	80	227	0	0
Atividades de Recepção	19	68	855	0	0

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

O processo de acompanhamento das informações relativas ao quadro A.5.10 inicia no ano de 2009 com objetivo de atender o Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho em 2007. Os primeiros esforços foram no sentido de aprovar a criação do cargo e a autorização do concurso para Assistente-Técnico Administrativo – nível médio (ATA).

No ano de 2009, foram evidenciados esforços, com levantamentos manuais via pesquisa nas unidades das Regiões Fiscais, sem suporte para controle da informação via sistema. Tal levantamento é considerado precário e superficial por se tratar da fase inicial do processo.

No ano de 2010, considerando a evolução e maturidade do processo e a real possibilidade de ingressos de servidores para substituição da mão de obra terceirizada, autorizada pela Portaria do Ministério do Planejamento nº 358 de 21 de outubro de 2009, o levantamento de informações, ainda manual, passa a ser mais consistente e objetivo, aplicando a interpretação do Decreto 2.271 de 7 de julho de 1997, em especial no que se refere à contratação de atividades de recepção. Tal interpretação, em relação às atividades de recepção, favoreceu a adequação do quantitativo dos postos de recepcionista que deveriam ser efetivamente substituídos por servidores concursados.

No ano de 2011, foi criada a obrigatoriedade pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN da contabilização no Siafi dos gastos efetuados pela Administração com mão de obra terceirizada de substituição obrigatória. Esse fato possibilitou a apuração e o controle efetivo e regular dos dados, tornando o processo de levantamento de dados consistente.

Dessa forma entre os anos de 2009 e 2011 foram dispensados 188 trabalhadores terceirizados dos quais 162 foram substituídos por servidores do cargo ATA.

Em razão do acompanhamento dos dados ser concentrado no Órgão Central da RFB foi construído apenas um quadro nacional, tal quadro não constará dos relatórios regionais.

- Fonte de dados para 2009 – levantamentos manuais efetuados no exercício pelas RF.
- Fonte de dados para 2010 – Registros manuais resultantes do levantamento da Divisão de Contabilidade – Copol.
- Fonte de dados 2011 - Registros apurados via Siafi pela Divisão de Contabilidade – Copol.

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Alan Christian Soares Rocha	Apoio administrativo	1/12/2011
Aline Dalailo Carvalho Santos	Apoio administrativo	1/12/2011
Ana Maria Braga Rodrigues	Apoio administrativo	1/12/2011
Aneliane Cristina Pinto	Apoio administrativo	1/12/2011
Anésia Monteiro de Sousa	Apoio administrativo	1/12/2011
Arlene Aparecida Jordão	Apoio administrativo	1/12/2011
Débora Moraes Galvão	Apoio administrativo	1/12/2011
Drielle Cristina de Lima	Apoio administrativo	1/12/2011
Eletra Santos Ferreira	Apoio administrativo	1/12/2011
Eliane de Souza Silva	Apoio administrativo	1/12/2011
Francine Santos Souto	Apoio administrativo	1/12/2011

Jorge Luiz Batalha Rodrigues Jr	Apoio administrativo	1/12/2011
Josiana Dezidério Gomes	Apoio administrativo	1/12/2011
Jucélia Bomfim dos Santos	Apoio administrativo	1/12/2011
Júlio Cesar Barbosa Albuquerque	Apoio administrativo	1/12/2011
Kallina Mirella Sobreira Jales	Apoio administrativo	1/12/2011
Karla Silva Freitas	Apoio administrativo	1/12/2011
Kátia Aguiar Ferreira	Apoio administrativo	1/12/2011
Larissa Satler de Lima Gonçalves	Apoio administrativo	1/12/2011
Luciana Amarinho Barbosa	Apoio administrativo	1/12/2011
Luciene de Souza Modesto Ferreria	Apoio administrativo	1/12/2011
Ludimila Fernanda Ferreira de Oliveira	Apoio administrativo	1/12/2011
Luiza Cristina Miranda Correa	Apoio administrativo	1/12/2011
Marcos Mendes da Costa	Apoio administrativo	1/12/2011
Mariane Tavares Caldeira	Apoio administrativo	1/12/2011
Michelle Aparecida Quintão	Apoio administrativo	1/12/2011
Nathália Barros Rosa	Apoio administrativo	1/12/2011
Patrícia de Castro Pereira	Apoio administrativo	1/12/2011
Paula Toledo Alves Pinto	Apoio administrativo	1/12/2011
Polyana Castelo	Apoio administrativo	1/12/2011
Sábatta Araújo da Silva	Apoio administrativo	1/12/2011
Sérgio Silva Pereira	Apoio administrativo	1/12/2011
Taciana Maraiza Lima Gomes	Apoio administrativo	1/12/2011
Viviane Pinto Mendes	Apoio administrativo	1/12/2011
Washington Alves de Souza	Apoio administrativo	1/12/2011
Adriana Correia da Silva Negreiro	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Alex Dias dos Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Ana Cristina Alexandre	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Ana Deivison Rocha de Aguiar	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Ana Paula C. dos Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Ana Paula de M. Serqueira	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Ana Rosa Goulart	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Angélica de Oliveira Cabral	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Beatriz Moraes de Souza	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Bianca Souza dos Anjos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Brunela dos Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Bruno da Costa Souza	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Carla Emanuela Felizardo de Souza	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Claudia Lima França	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Cristina Salome de Paula	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Daiane Souza da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Daniele Aparecida R de Goes	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Daniele Ramos da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Denise Melo Carvalho	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Elizangela Araujo de Souza	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Erika Cristina B Thylia	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Felipe Barbosa Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Fernanda Alcantara Rocha	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Fernanda Alves Bastos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Fernanda Helena Brioli Franzotti	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Fernanda Queiroz Romualdo	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Flavio Rogerio P Mariano	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Giovana Pinheiro	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Gleiciane Soprani	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Gloria Maria da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Janaína Déa Felício	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Jocimar Barbosa Magalhães	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Joice Rocha de Aguiar	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Juarez Costa Perira	Auxiliar de Escritório	1/12/2011

Laís Barcellar Miguel	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Lanucha dos Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Leandro de Jesus Da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Leiliane da Silva Freitas	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Leonardo Cordeiro Braga	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Lorena Nunes Coutinho	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Lucia Helena Alves Martins	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Lucia Maria Cordeiro Januário	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Luciana Muniz da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Luzieli Orlandi da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Maisa de Almeida Santos	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Marly Rosa Sabino	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Mercia Regina de Carvalho	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Natacha Tinoco Pires	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Patricia de Souza Viana	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Patricia Martins da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Pedro Pinto da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Raquel Ondeza Ferreira	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Renata de Mattos Dutra	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Rosangela Teixeira Gonçalves	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Simone Barcelos da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Sonia Maria dos Santos Batista	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Sonia Regina Alves de Souza	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Suellen da Silva Brandão	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Taiana da Costa Caldas	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Tatiana de Souza Jorge	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Thayane Santos da Silva	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Valdete França Maciel Bento	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Veronica Gentil	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Veronica Rufino Rodrigues	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Vilca Sodre de Andrade	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Viviane de Lima C. Leite	Auxiliar de Escritório	1/12/2011
Alessandra Laranjeira Nascimento	Repcionista	1/12/2011
Angela Maria Fernandes Santos	Repcionista	1/12/2011
Bruno Conceição Fragoso	Repcionista	1/12/2011
Carine Guedes dos Santos	Repcionista	1/12/2011
Caroline Quirino Brandaó	Repcionista	1/12/2011
Celiana de Almeida Azevêdo	Repcionista	1/12/2011
Claudia Fernandes dos Santos	Repcionista	1/12/2011
Daniel Lacroix Polmpilio de Abreu	Repcionista	1/12/2011
Flávia Pereira Lima	Repcionista	1/12/2011
Jayne Mafalda Facco Santos Tavares	Repcionista	1/12/2011
Jeane Vitorio Costa	Repcionista	1/12/2011
Joel Martins Viana	Repcionista	1/12/2011
Leda de Jesus Barbosa Oliveira	Repcionista	1/12/2011
Márcia Santos Pinto	Repcionista	1/12/2011
Marcy Borges Aranha	Repcionista	1/12/2011
Maria Cristina Pereira Goes	Repcionista	1/12/2011
Mariana Roberta Vilas Boas Negreiros	Repcionista	1/12/2011
Nailson Santos S. Junior	Repcionista	1/12/2011
Noélia Santos Aragão	Repcionista	1/12/2011
Norma Lucia Nascimento	Repcionista	1/12/2011
Orliciel de Oliveira Lopes	Repcionista	1/12/2011
Rosangela Silva de Oliveira dos Santos	Repcionista	1/12/2011
Rosemary Santiago Brito Viana	Repcionista	1/12/2011
Rozilda Maria dos Santos	Repcionista	1/12/2011
Simone do Nascimento Silva	Repcionista	1/12/2011
Vanessa Galvão Souza de Lima	Repcionista	1/12/2011

Adriana Toledo da Silva	Secretariado	1/12/2011
Alexandra Chagas de Souza	Secretariado	1/12/2011
Aline Bombinho Araújo	Secretariado	1/12/2011
Aline De Almeida da Silva Moraes	Secretariado	1/12/2011
Aline Gomes Tsuda	Secretariado	1/12/2011
Ana Lucia Martins da Silva	Secretariado	1/12/2011
Ana Marleicya Mendes Vasconcelos	Secretariado	1/12/2011
Ana Paula Guerreiro de Souza	Secretariado	1/12/2011
Ângela Cristina de Oliveira Vasconcelos	Secretariado	1/12/2011
Aparecida Correa da Silva	Secretariado	1/12/2011
Beatriz Pereira Arantes	Secretariado	1/12/2011
Betânia Bernardo da Silva	Secretariado	1/12/2011
Camila Nunes dos Santos	Secretariado	1/12/2011
Carolina Bittencourt Buçard Ferreira	Secretariado	1/12/2011
Danielly Barbosa de Queiroz	Secretariado	1/12/2011
Elisregina Pereira de Lima	Secretariado	1/12/2011
Gilmara da Silva Campelo	Secretariado	1/12/2011
Grasiela Alfredo de Araújo	Secretariado	1/12/2011
Halana Kilza Almeida de Sousa	Secretariado	1/12/2011
Heide Candida Alves	Secretariado	1/12/2011
Ivana Gonçalves Coelho	Secretariado	1/12/2011
Jaqueleine M. de Araújo da Rocha	Secretariado	1/12/2011
Joice do Carmo Matoso	Secretariado	1/12/2011
Jucielle Silva da Oliveira	Secretariado	1/12/2011
Juliana Albuquerque Barroso	Secretariado	1/12/2011
Kadgina Bruna Oliveira	Secretariado	1/12/2011
Kaliny Barros Lima	Secretariado	1/12/2011
Karla Oliveira Conceição	Secretariado	1/12/2011
Karla Sessa	Secretariado	1/12/2011
Katia Regina dos Santos Garcia	Secretariado	1/12/2011
Kelce Brenna Oliveira	Secretariado	1/12/2011
Kelly Silva Trajano	Secretariado	1/12/2011
Lorena Procópio do Carmo	Secretariado	1/12/2011
Lúcia Pereira da Silva	Secretariado	1/12/2011
Luciana Pereira da Rocha	Secretariado	1/12/2011
Lucimar dos Santos	Secretariado	1/12/2011
Luziane Texeira da Silva	Secretariado	1/12/2011
Marcela Gasparini Rebello	Secretariado	1/12/2011
Maria da Penha Corrêa	Secretariado	1/12/2011
Maria Estela de Lima	Secretariado	1/12/2011
Marijane Cristina Lacerda de Medeiros	Secretariado	1/12/2011
Micheline Ramos Teixeira	Secretariado	1/12/2011
Ozana Morais Silva	Secretariado	1/12/2011
Paula Cristina dos Santos Oliveira	Secretariado	1/12/2011
Paula Vianna Fernandes	Secretariado	1/12/2011
Rafaella Maria Vieira	Secretariado	1/12/2011
Raquel Michele Angelo	Secretariado	1/12/2011
Raquel Tristão Pires	Secretariado	1/12/2011
Renata Ghiotto Tavares	Secretariado	1/12/2011
Rosana dos Santos	Secretariado	1/12/2011
Rosicleide Freire do Nascimento	Secretariado	1/12/2011
Sunamita da Silva Sousa	Secretariado	1/12/2011
Tatiane dos Santos Barbosa	Secretariado	1/12/2011
Thaís de Souza Corrêa	Secretariado	1/12/2011
Thais Souza de França Pavan	Secretariado	1/12/2011
Trícia Gardênia Guimarães da Luz	Secretariado	1/12/2011
Valcilene Marques da Silva	Secretariado	1/12/2011
Valeria Gomes de Oliveira	Secretariado	1/12/2011

Vanilda Almeida da Silva	Secretariado	1/12/2011
Viviane Vianna Araújo	Secretariado	1/12/2011
Wanessa Meneses Ferreira	Secretariado	1/12/2011

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

De acordo com entendimento entre o TCU e a RBF, o Quadro A 5.12 deve ser preenchido somente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju/SE											
UG/Gestão: 170072/00001 CNPJ:											
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.	
						Início	Fim	F	M		S
2007	V	O	07/2007	16.208.738/0001-89	01/10/07	30/09/12	-	18	18	-	P
2009	L	O	01/2009	02.309.486/0001-70	17/03/09	16/03/11	15	15	-	-	E
2011	L	O	02/2011	09.305.041/0001-60	18/03/11	17/10/12	15	15	-	-	P
Observações:											

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Cópias dos contratos e SIASG

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal											
UG/Gestão: 170078/00001 CNPJ:											
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.	
						Início	Fim	F	M		S
2010	L	O	22/2010	09.135.406/0001-56	01/06/10	30/12/11	25	25	-	-	E
2010	V	O	53/2010	70.237.672/0002-81	14/01/11	13/09/12	37	37	-	-	A
2011	V	O	25/2011	70.237.672/0002-81	01/09/11	30/04/13	6	6	-	-	A
2011	L	E	47/2011	01.524.224/0001-65	02/01/12	30/06/12	24	24	-	-	A
Observações:											

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Cópias dos Contratos

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador/BA						CNPJ:					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit. t.			
						F	M	S			
Início	Fim	P	C	P	C	P	C				
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: Não ocorreu no período. Esta UG ocupa o mesmo prédio da UG 170078, que administra os contratos de limpeza e vigilância.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana/BA						CNPJ:					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit. t.			
						F	M	S			
Início	Fim	P	C	P	C	P	C				
2011	V	E	03/2011	02.534.128/0001-60	14/02/11	13/08/11	72	72	-	-	-
2011	V	O	04/2011	02.534.128/0001-60	05/10/11	04/06/13	28	28	-	-	-
2011	L	O	05/2011	09.576.446/0001-33	14/12/11	13/08/13	21	21	-	-	-

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Informações dos Contratos obtidas pelos fiscais dos contratos

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista/BA												
UG/Gestão: 170081/00001							CNPJ:					
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.			
					Início	Fim	P	C		P	C	S
2010	V	O	28/2010	02.539.931/0001-98	01/07/10	19/11/11	-	-	20	20	-	-
2010	L	O	29/2010	09.135.406/0001-56	01/07/10	29/02/12	12	12	-	-	-	A
2011	V	O	02/2011	05.248.988/0001-26	18/11/11	17/04/13	20	20	-	-	-	A
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: SATEL/DRF Vitória da Conquista

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador/BA												
UG/Gestão: 170226/00001							CNPJ:					
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.			
					Início	Fim	P	C		P	C	S
2010	V	O	03/2010	02.539.931/0001-98	17/02/10	16/10/11	-	20	-	-	-	-
2010	L	O	27/2010	02.287.038/0001-12	01/07/10	29/02/12	-	9	-	-	-	-
2011	V	E	01/2011	70.237.672/0002-81	17/10/11	13/04/12	-	20	-	-	-	-
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: Processos Administrativos de Contratação da ALF/SDR

Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari/BA															
UG/Gestão: 170326/00001							CNPJ:								
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados									
						Início	Fim	P	C	P	C				
2007	V	O	02/2007	00.855.634/0001-26	01/08/07 31/12/11	7	7	-	-	-	-				
2010	L	O	34/2010	09.576.446/0001-33	01/08/10 31/03/12	3	3	-	-	-	-				
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

Fonte: Processo 13502.000623/2010-53

Unidade Contratante															
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna/BA															
UG/Gestão: 170327/00001							CNPJ:								
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados									
						Início	Fim	P	C	P	C				
2006	V	O	003/2006	03.613.941/0001-99	01/01/07 31/12/11	-	-	4	4	-	-				
2007	L	O	001/2007	01.383.525/0001-16	02/01/08 01/01/13	11	11	-	-	-	-				
2007	V	O	003/2007	05.654.919/0001-12	01/10/07 30/09/12	-	-	15	15	-	-				
2011	V	O	005/2011	03.613.941/0001-99	01/01/12 30/12/16	-	-	4	4	-	-				
Observações:															
Realizado PREGÃO 03/2011, com contrato a partir de 01/01/2012 para Vigilância (03613941/0001-99)															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

Fonte: SATEL – Dados dos Contratos.

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Salvador/BA												
UG/Gestão: 170382/00001						CNPJ:						
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
						F	M	S				
						Início	Fim	P	C	P	C	
2010	L	O	23/2010	08.945.303/0001-01	10/6/10	09/02/12	1	1	-	-	-	A
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: Contrato ALFSSA 23/2010

Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju/SE													
UG/Gestão: 170072/00001						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
						F	M	S					
						Início	Fim	P	C	P	C		
2010	14	O	06/2010	09.576.446/0001-33	14/06/10	13/06/12	-	-	2	2	-	-	P
2010	6	O	09/2010	10.836.886/0001-61	05/07/10	04/07/12	1	1	-	-	-	-	P
Observações: área 14 – contratação de telefonistas													
LEGENDA													
Área:													
1. Conservação e Limpeza;													
2. Segurança;													
3. Vigilância;													
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
14. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Cópia dos contratos e SIASG

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal													
UG/Gestão: 170078/00001							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.				
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2008	11	O	07/2008	07.474.287/0001-30	11/09/08	10/09/12	8	8	-	-	-	-	P
2010	4	O	05/2010	07.633.003/0001-01	01/04/10	30/11/11	-	-	1	1	-	-	E
2010	4	O	06/2010	07.633.003/0001-01	01/04/10	30/11/11	-	-	1	1	-	-	E
2010	14	O	31/2010	02.717.284/0001-67	11/08/10	31/12/11	-	-	-	-	-	-	E
2010	6	O	22/2010	09.135.406/0001-56	01/06/10	30/12/11	6	6	-	-	-	-	E
2010	14	O	32/2010	08.237.639/0001-05	01/01/11	31/12/11	-	-	-	-	-	-	E
2010	12	O	52/2010	18.981.068/0001-64	14/01/11	13/09/12	8	8	-	-	-	-	A
2011	14	O	23/2011	09.040.769/0001-08	21/06/11	20/06/12	-	-	-	-	-	-	A
2011	4	O	34/2011	07.244.760/0001-93	02/12/11	01/08/13	-	-	2	2	-	-	A
2011	6	E	47/2011	01.524.224/0001-65	02/01/12	30/06/12	6	6	-	-	-	-	A

Observações: os contratos 31/2010, 32/2010 e 23/2011 são serviços eventuais de contador e carregador de mercadorias da Divisão de Repressão. Contratos estimados em diárias para pagamento daquelas efetivamente prestadas.

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Conservação e Limpeza;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Segurança;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Vigilância;	
4. Transportes;	
5. Informática;	
6. Copeiragem;	
7. Recepção;	
8. Reprografia;	
9. Telecomunicações;	
10. Manutenção de bens móveis	
11. Manutenção de bens imóveis	
12. Brigadistas	
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes	
14. Outras	

Fonte: Cópia dos contratos

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador/BA												
UG/Gestão: 170079/00001						CNPJ:						
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.			
						Inicio	Fim	P	C	P	C	
2007	14	O	02/2007	04.374.998/0001-45	01/06/07	31/12/11	2	2	-	-	-	E
2008	7	O	02/2008	07.396.965/0001-94	01/09/08	27/08/11	-	-	32	32	-	E
2010	4	O	12/2010	07.633.003/0001-02	05/04/10	04/12/11	-	-	2	2	-	E
2010	14	O	13/2010	07.633.003/0001-02	05/04/10	04/12/11	2	2	-	-	-	E

Observações: O contrato 02/2008 sofreu um aditivo de 8 postos e posteriormente uma redução de 22 postos, resultando em 18 recepcionistas no término do contrato.

LEGENDA

Área:

- 1. Conservação e Limpeza;
- 2. Segurança;
- 3. Vigilância;
- 4. Transportes;
- 5. Informática;
- 6. Copeiragem;
- 7. Recepção;
- 8. Reprografia;
- 9. Telecomunicações;
- 10. Manutenção de bens móveis
- 11. Manutenção de bens imóveis
- 12. Brigadistas
- 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG / Editais dos Pregões: SRRF05 nº05/2006, SRRF05 nº 02/2008, SRRF05 nº 01/2010.

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana/BA											
UG/Gestão: 170080/00001						CNPJ:					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.		
						F	M	S			
						Início	Fim	P C		P C	
2009	11	O	3/2009	00.632.068/0001-93	03/06/09	02/10/12	2 2	- -	- -	P	
Observações:											
LEGENDA Área: <ul style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras 											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											

Fonte: Informações nos contratos, obtidas pelos fiscais dos contratos.

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista/BA											
UG/Gestão: 170081/00001						CNPJ:					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.		
						F	M	S			
						Início	Fim	P C		P C	
2007	6	O	04/2007	04.124.250/0001-94	07/05/07	30/04/12	1 1	- -	- -	P	
2007	14	O	11/2007	06.036.724/0001-71	07/05/07	31/12/11	- -	- -	- 4	4 4	E
2007	14	O	21/2007	06.001.810/0001-49	13/06/07	06/10/11	- -	1 1	- -	- -	E
2007	7	O	35/2007	06.948.355/0001-93	20/08/07	16/11/11	- -	10 10	- -	- -	E
2010	14	O	15/2010	07.633.003/0001-01	12/04/10	11/12/11	2 2	- -	- -	- -	E
Observações:											
LEGENDA Área: <ul style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											

- | |
|---|
| 9. Telecomunicações; |
| 10. Manutenção de bens móveis |
| 11. Manutenção de bens imóveis |
| 12. Brigadistas |
| 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes |
| 14. Outras |

Fonte: Satel/DRF Vitória da Conquista

Unidade Contratante												
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador/BA												
UG/Gestão: 170226/00001 CNPJ:												
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.				
						F	M	S				
						P	C	P	C	P	C	
2010	14	O	04/2010	03.780.497/0001-04	01/04/10 21/06/11	-	2	-	-	-	-	E
2010	4	O	18/2010	07.633.003/0001-01	01/07/10 29/02/12	-	-	-	3	-	-	A
2010	6	O	27/2010	02.287.038/0001-12	01/07/10 29/02/12	-	2	-	-	-	-	A
2011	14	O	17/2011	11.176.432/0001-74	03/03/11 02/11/12	-	1	-	-	-	-	A
2011	14	O	38/2011	11.176.432/0001-74	12/12/11 11/08/13	-	2	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos Administrativos de Contratação da ALF/SDR

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari/BA												
UG/Gestão: 170326/00001 CNPJ:												
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Natur eza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.			
						F	M	S				
						Início	Fim	P C				
2007	6	O	22/2007	04.124.250/0001-94	03/07/07 02/07/12	1	1	- - - -	P			
2007	7	O	23/2007	04.124.250/0001-94	03/07/07 02/07/12	-	-	3 3 - -	P			
2010	14	O	09/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10 05/08/13	-	-	1 1 - -	P			
2010	14	O	10/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10 05/08/13	2	2	- - - -	P			
2010	6	O	35/2010	09.576.446/0001-33	01/08/10 31/03/12	1	1	- - - -	P			
2011	7	O	02/2011	10.576.605/0001-89	01/03/11 31/10/12	-	-	2 2 - -	A			

Observações:

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Conservação e Limpeza;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Segurança;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Vigilância;		
4. Transportes;		
5. Informática;		
6. Copeiragem;		
7. Recepção;		
8. Reprografia;		
9. Telecomunicações;		
10. Manutenção de bens móveis		
11. Manutenção de bens imóveis		
12. Brigadistas		
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes		
14. Outras		

Fonte: Processos 13502.000446/2007-81, 13502.000655/2010-59, 13502.000339/2010-87, 13502.000338/2010-32, 13502.000022/2010-41, 13502.000467/2007-25.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna/BA													
Informações sobre os contratos						UG/Gestão: 170327/00001		CNPJ:					
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados							
						F		M		S			
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2010	7	E	05/2010	01.383.525/0001-16	03/01/11	30/06/11	-	-	10	10	-	-	E
2010	14	O	20/2010	07.633.003/0001-01	01/06/10	31/05/15	3	3	-	-	-	-	A
2010	6	O	25/2010	08.945.303/0001-99	01/07/10	30/06/15	1	1	-	-	-	-	A
2011	7	O	04/2011	11.176.432/0001-74	01/12/11	30/11/16	-	-	10	10	-	-	A

Observações:

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.		
1. Conservação e Limpeza;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.		
2. Segurança;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.		
3. Vigilância;			
4. Transportes;			
5. Informática;			
6. Copeiragem;			
7. Recepção;			
8. Reprografia;			
9. Telecomunicações;			
10. Manutenção de bens móveis			
11. Manutenção de bens imóveis			
12. Brigadistas			
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes			
14. Outras			

Fonte: SATEL – Dados dos Contratos

Unidade Contratante															
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Salvador/BA															
UG/Gestão: 170382/00001								CNPJ:							
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados									
						Início	Fim	P	C	P	C				
						06/09/10	05/09/15	-	-	2	2				
2010	7	O	04/2010	11.176.432/0001-74	06/09/10	05/09/15	-	-	2	2	-	-	A		
2010	4	O	07/2010	07.633.003/0001-01	04/04/10	04/12/11	-	-	1	1	-	-	E		
2010	6	O	24/2010	08.945.303/0001-01	10/06/10	09/02/12	1	1	-	-	-	-	A		

Observações:

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	1. Conservação e Limpeza;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
	2. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
	3. Vigilância;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
	4. Transportes;	
	5. Informática;	
	6. Copeiragem;	
	7. Recepção;	
	8. Reprografia;	
	9. Telecomunicações;	
	10. Manutenção de bens móveis	
	11. Manutenção de bens imóveis	
	12. Brigadistas	
	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes	
	14. Outras	

Fonte: SIASG e Processos

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo;**

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

\sum dias de licenças médicas + \sum dias de faltas injustificadas
Nº de servidores * Nº de dias do ano

UNIDADE	2010	2011
1ª RF	1,96%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%
3ª RF	2,30%	1,73%
4ª RF	1,52%	1,65%
5ª RF	2,17%	2,01%
6ª RF	3,11%	3,20%
7ª RF	2,29%	1,62%
8ª RF	2,01%	2,11%
9ª RF	1,73%	1,80%
10ª RF	1,94%	1,53%
DRJ	2,12%	2,06%
UC	1,50%	1,66%
RFB	2,09%	2,02%

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;**

Os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais são lançados no Siape com o código 91 – Licença acidente em serviço. Na RFB em 2011 ocorreram 6 lançamentos envolvendo apenas 6 servidores, totalizando 811 dias de afastamentos. Indicador não desdobrado por RF.

- **Rotatividade (*turnover*);**

Definido pela fórmula:

$$\frac{(\text{INGRESOS} + \text{EGRESSOS})/2}{\text{TOTAL DE SERVIDORES NO ÚLTIMO DIA DO ANO ANTERIOR}}$$

ANO	INGRESSO	EGRESSO	QUADRO ARF ANO ANTERIOR	TURNOVER
2009	0	677	20.177	1,68%
2010	1.095	834	19.500	4,95%
2011	300	850	19.761	2,91%

Os ingressos 2011 contabilizam apenas aqueles decorrentes de provimento originário com o critério de efetivo exercício. Os provimentos derivados foram desconsiderados sob pena de prejudicar o conceito de oxigenação do indicador de turnover. Indicador não desdobrado por RF.

Os dados se referem ao turnover da Carreira ARFB para RFB.

- **Educação Continuada;**

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores RFB capacitados em 2011 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2011 a RFB capacitou 70,41% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2011. Dessa forma, em 2011 a RFB alocou em média 39,14 horas de capacitação em cada um dos 70,41% dos seus servidores capacitados em 2011.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
RFB	70,41%	39,14H
UC	88,99%	41,53H
1ª RF	53,24%	33,86H
2ª RF	84,00%	41,44H
3ª RF	68,23%	52,48H
4ª RF	74,42%	49,94H
5ª RF	79,05%	41,15H
6ª RF	74,62%	45,51H
7ª RF	58,96%	36,13H
8ª RF	76,96%	30,52H
9ª RF	60,29%	33,06H
10ª RF	73,87%	48,72H
DRJ	56,78%	50,38H

- **Disciplina;**

Índice de processos instaurados por servidor

Descrição: Este indicador tem como objetivo medir nível de desvio de conduta dos servidores da RFB, utilizando como parâmetro a quantidade de processos instaurados no período em relação à quantidade média de servidores. Para que o índice seja representativo, os dados coletados serão relativos a um período de doze meses.

Cálculo: Número de processos instaurados nos últimos doze meses/ N° médio de servidores no período.

Fonte: Sistema Siacom e dados do SA3.

Indicador não desdobrado por RF.

Processos Instaurados / média de servidores						
Ano/Trim.	Sindicâncias	PAD	Total Processos	Servidores Média	Índice do trimestre	Índice do ano
1º/08	4	29	33	28.338	0,12%	0,55%
2º/08	11	40	51	28.482	0,18%	
3º/08	6	33	39	28.243	0,14%	
4º/08	4	29	33	28.264	0,12%	
1º/09	2	20	22	27.735	0,08%	0,35%
2º/09	5	28	33	27.803	0,12%	
3º/09	3	24	27	28.014	0,10%	
4º/09	2	18	20	29.154	0,07%	
1º/10	3	41	44	27.840	0,16%	0,45%
2º/10	1	20	21	27.058	0,08%	
3º/10	0	29	29	27.887	0,10%	
4º/10	6	21	27	27.146	0,10%	
1º/11	32	40	72	24.753	0,29%	0,62%
2º/11	3	34	37	26.114	0,14%	
3º/11	5	22	27	26.269	0,10%	
4º/11	2	21	23	25.840	0,09%	

- **Aposentadoria versus reposição do quadro.**

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2011.

Fórmula: $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$

As entradas consideraram provimento originário e derivado.

Indicador criado e apurado pela primeira vez para o Relatório de Tomada de Contas 2012.

Unidade	Aposentadorias	Vacância	Exoneração	Entradas	ENT-EXO-VAC	GRAU
UC	32	20	3	4	-19	-59,38%
DRJ	18	4	1	0	-5	-27,78%
RF01	46	18	13	57	26	56,52%
RF02	27	25	7	162	130	481,48%
RF03	30	12	4	20	4	13,33%
RF04	34	26	2	7	-21	-61,76%
RF05	28	24	12	0	-36	-128,57%
RF06	87	22	6	23	-5	-5,75%
RF07	122	36	13	1	-48	-39,34%
RF08	211	56	15	5	-66	-31,28%
RF09	67	37	11	7	-41	-61,19%
RF10	69	31	3	32	-2	-2,90%
RFB	771	311	90	318	-83	-10,77%

Resultado

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 6: Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso (Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal									
CNPJ: 00.394.460/0090-17			UG/GESTÃO: 170078/00001						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
			-	-	25.587,93	550.869,38	05/08/07	10/10/11	
1	01/2007	61.600.839/0001-55	3.797.859,80	-	25.587,93	550.869,38	05/08/07	10/10/11	6

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e SICONV

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal									
CNPJ: 00.394.460/0090-17			UG/GESTÃO: 170078/00001						
Modalidade			Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)			
			2011	2010	2009	2011	2010	2009	
Convênio			1	1	1	25.587,93	37.186,21	20.500,50	
Contrato de Repasse			-	-	-	-	-	-	
Termo de Cooperação			-	-	-	-	-	-	
Termo de Compromisso			-	-	-	-	-	-	
Totais			1	1	1	25.587,93	37.186,21	20.500,50	

Fonte: SIAFI e SICONV

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Não há instrumentos de transferência com vigência a partir de 2012.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse

Não ocorreu prestação de contas no período

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Não ocorreu prestação de contas no período

Análise Crítica

Fazendo uma retrospectiva, em 03/08/2007, foi celebrado o Convênio SRRF/05 nº 01/2007 entre esta SRRF05 e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), visando a intermediação de programa de estágio, com possibilidade de vigência até 04/08/2012 e, como a legislação previa, repasse da bolsa auxílio ao convenente (CIEE), razão que justifica o valor global de R\$3.797.859,80

Após a celebração do convênio, foram publicadas, em setembro, as Portarias MPOG nº 313/2007 e 467/2007, consolidando procedimentos referentes à aceitação de estagiários pelos Órgãos da Administração Pública Federal. O art. 1º da Portaria MPOG nº 467/2007, que alterou a redação do art. 4º da Port. 313/2007, estabeleceu que para a caracterização e definição do estágio era necessária a celebração de convênio ou contrato com instituições de ensino ou agentes de integração.

A opção por agente de integração vinha sendo a adotada por esta SRRF, entretanto, o mesmo artigo 1º da Port. MPOG nº 467/2007 excluiu o parágrafo único do art. 4º da Port. 313/2007 que previa: “No convênio poderá ser incluída cláusula para custeio das despesas necessárias à realização de seu objeto, especificado o valor referente à taxa de Administração”, o que inviabilizou a manutenção do convênio, já que o inciso I do Artigo 8º da IN STN nº 01/97 veda a realização de despesas a título de taxa de administração nos convênios. Desta forma, foi realizado o Pregão SRRF/05 nº 12/2011, através do processo nº 10507.000296/2011-82, tornando-se necessária a denúncia do Convênio com o CIEE.

Encaminhada minuta de Termo de Rescisão Amigável para análise e aprovação da PFN/BA, foi emitido o Parecer CJ/PFN/BA/Nº 144/2011, que aprovava o citado termo com a recomendação de juntada aos autos da documentação referente à prestação de contas final do CIEE e demonstrativo de regularidade perante o SICAF, entre outras obrigações.

Assim, foi solicitada ao CIEE a apresentação da documentação (inclusive faturas) pendente para a rescisão amigável em reiterados contatos, telefônicos e por e-mail, para este fim, sem sucesso.

Considerando a necessidade urgente de assinar contrato com a empresa vencedora do Pregão SRRF/05 nº 12/2011 e considerando ainda que a manutenção do convênio feria a Portaria estabelecida pelo MPOG, entendemos como possível a realização de rescisão unilateral, com base no inciso XII do artigo 78 e inciso I do artigo 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa da parte.

Em contato telefônico mantido com a PFN/BA em 27/09/2011, foi sinalizado que não havia necessidade de novo envio do processo àquele Órgão, considerando que a análise jurídica quanto à rescisão já ocorrerá.

Tendo em vista o exposto acima, esta Superintendência propôs a assinatura do termo de rescisão unilateral, com publicação no Diário Oficial da União e a abertura do prazo recursal de que trata o inciso I do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, já citada.

Em que pese a rescisão unilateral do convênio, salientamos que restou mantida a obrigação de efetuar os pagamentos devidos até a data da rescisão unilateral, conforme inciso II, parágrafo 2º do artigo 79 da Lei Federal 8.666/93, bem como a obrigação da Convenente de apresentação da documentação referente à prestação de contas final.

Assim, apesar de juridicamente cancelado em outubro de 2011, apenas em 06 de janeiro de 2012 foi concluída a obrigação financeira da SRRF 5ª RF perante o CIEE, mediante a transferência de recursos.

Por fim, salientamos, ainda, que o processo não pode ser arquivado até o presente momento, considerando a não apresentação de prestação de contas final por parte da beneficiada.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 7: Declaração do SIASG e do SICONV (*Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010*)

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios estão atualizadas no SIASG e no SICONV

Esta declaração consta no anexo 1 da página XX

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 8: Informações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Renda (Item 8 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

Em relação ao quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR - em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, os dados relativos aos ocupantes de função são apenas um subconjunto de todo o corpo funcional em exercício na RFB.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	211	ND*	ND*
	Entregaram a DBR	211	ND*	ND*
	Não cumpriram a obrigação	0	ND*	ND*

Fonte: SA3

8.2 Análise Crítica

Atualmente 19.617 servidores estão com os registros atualizados. Durante o 1º semestre de 2012 devem ser atualizados 6.082 registros resultante da entrega da DBR relativa à DIRPF 2012 ano base 2011 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2012.

Quantitativo de atualizações a serem executadas pelas RF's

UNIDADE	QUANTIDADE
1	127
2	339
3	88
4	719
5	80
6	1295
7	3148
8	76
9	101
10	61
UC	48
Total	
Global	6082

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF,

todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Não compete a área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores atualmente é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo a entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 9: **Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ (Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)**

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.(*)					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.(**)					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.(***)	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X
Considerações gerais:	
<p>(*) Item 4 – Código de Ética: Esclarecemos que a RFB não possui um código de ética próprio. Entretanto, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990). Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS, em seu Plano de Ação, está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB.</p>	
<p>(**) Item 12 - Diagnóstico dos riscos: De modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última nem sempre é sistematizada (empírica). Com a criação de unidade específica para gerenciamento de riscos (Coordenação de Gestão de Riscos – Coris) e a adoção de metodologia específica (qualitativa e quantitativa), a cultura de gestão de riscos está, pouco a pouco, sendo disseminada e implementada internamente na RFB.</p>	
<p>(***) Item 16 – Histórico de fraudes e perdas: A avaliação 2 atribuída a este item, deveu-se ao entendimento dos gestores de que a expressão “histórico de fraudes e perdas” estaria se referindo ao quantitativo de eventos desta natureza ocorrido no âmbito da UJ, ou seja, a afirmativa é parcialmente aplicável no contexto da UJ, porém, <u>em sua minoria</u>. Como este item gerou interpretações diferentes, cabe complementar que qualquer processo conduzido no âmbito da RFB, para apuração de eventuais fraudes e perdas, principalmente os de caráter disciplinar, são formalmente constituídos, documentados e seguem os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos.</p>	
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p>	
<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>	
<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>	
<p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p>	
<p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 10: Informações sobre Critérios de Sustentabilidade ambiental na Aquisição de Bens, Serviços e Obras (Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: As avaliações são a consolidação das respostas dos responsáveis pela área de logística de cada uma das unidades da 5ª Região Fiscal.					

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 11: Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da Unidade (Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da Unidade

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	UF BAHIA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
			EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF BAHIA	9	9	9
	Santo Amaro	1	1	1
	Feira de Santana	2	2	2
	Jacobina	1	1	1
	Juazeiro	1	1	1
	Itapetinga	1	1	1
	Vitória da Conquista	1	0	0
	Itabuna	1	1	1
	Ilhéus	1	0	0
	Subtotal Brasil	9	7	7
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	7	7

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	UF BAHIA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
			EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF BAHIA	28	28	28
	Salvador	1	1	1
	Barreiras	1	1	1
	Ribeira do Pombal	1	1	1
	Paulo Afonso	1	1	1
	Ibotirama	1	1	1
	Macaúbas	1	1	1
	Euclides da Cunha	1	1	1
	Senhor do Bonfim	1	1	1
	Seabra	1	1	1
	Serrinha	1	1	1
	Itaberaba	1	1	1
	Irecê	1	1	1
	Cruz das Almas	1	1	1
	Santo Antônio de Jesus	1	1	1
	Jequié	1	1	1
	Brumado	1	1	1
	Santa Maria da Vitória	1	1	1
	Guanambi	1	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1	1
	Camaçari	1	1	1
	Alagoinhas	1	1	1
	Eunápolis	1	1	1
	Ipiau	1	1	1
	Valença	1	1	1
	Porto Seguro	1	1	1
	Itabuna	1	1	1
	Itamaraju	1	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1	1

UF SERGIPE	6	6
Aracaju	1	1
Estâncio	1	1
Itabaiana	1	1
Lagarto	1	1
Nossa Senhora das Dores	1	1
Propriá	1	1
Subtotal Brasil	34	34
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	34	34

Fonte: SPIUNET

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
170081	3629.00003.500-1	12	4	42.172,45	11/01/2011	42.174,45	0,00	0,00
170081	3965.00060.500-8	15	4	24.740,00	09/12/2011	24.740,00	0,00	80.928,22
170327	3573.00192.500-1	15	3	1.253.455,32	20/10/2011	1.253.455,32	0,00	4.870,00
170327	3597.00052.500-7	13	3	1.459.139,21	28/10/2011	1.459.139,21	0,00	0,00
170080	3515.00001.500-4	12	4	57.959,22	13/10/2011	936.769,13	0,00	0,00
170080	3515.00002.500-0	12	4	604.039,64	31/10/2011	8.878.613,60	0,00	70.302,14
170080	3651.00003.500-8	12	4	9.999,00	13/10/2011	238.967,77	0,00	0,00
170080	3669.00030.500-8	13	4	166.280,78	10/10/2011	301.410,88	0,00	0,00
170080	3871.00001.500-4	11	7	55.216,81	13/10/2011	285.801,34	0,00	0,00
Total							0,00	156.100,36

Fonte: SPIUNET e SIAFI

Análise Crítica:

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador funciona no mesmo edifício da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª região Fiscal, em prédio alugado, cadastrado na sua totalidade pela Superintendência.

No exercício de 2011, foi regularizada a situação do imóvel da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista-BA e realizada a sua inclusão no SPIUNET.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador possui dois (02) imóveis cedidos pela CODEBA (o prédio da Alfândega do Porto e o da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Aratu), um (01) imóvel de propriedade da União, o Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA - e nenhum imóvel locado. Em se tratando do imóvel de propriedade da União, o DMA, quando da iniciativa de seu cadastro no SPIUNET, a SPU nos informou que este não havia sido entregue formalmente, nos termos da DL nº9.760/1946, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, e assim ficamos impedidos de efetuar o cadastro. Diante disso, foi expedido o Ofício nº 108/ALF-SDR/SRRF05/RFB/MF-BA, destinado à SPU, solicitando regularização da ocupação do imóvel, cujo retorno ainda não ocorreu.

O imóvel RIP 3597.00052.500-7, doado pela União, aguarda a conclusão de licitação para realização de obras de reforma e ampliação. Este prédio abrigará a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador não dispõe de nenhum patrimônio imobiliário. Suas instalações são em área cedida pela Infraero, para que a Receita possa realizar suas funções na fiscalização de passageiros e bagagens e na importação e exportação de bens e mercadorias. Essa cessão não é formalizada e o imóvel, de propriedade da Infraero, é construído em área cedida pelo Ministério da Aeronáutica.

Os imóveis sob a responsabilidade da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, em geral, têm estado de conservação regular. Está no planejamento a construção de sedes próprias para 5 Agências. Alguns dos maiores obstáculos à gestão dos imóveis DRF-Feira da Santana são: quantidade de agências (16); grandes distâncias entre sede e as agências (média de 600km); e desinteresse de fornecedores de serviços de manutenção de natureza continuada, dada as longas distâncias, custos com deslocamentos, entre outros.

A 5^a Região Fiscal realizou a atualização e inclusão de 95% dos imóveis no SPIUNET, restando apenas 5% em fase final de regularização.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 12: **Informações sobre a Gestão de Tecnologia da informação (TI) da UJ** (*Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010*)

12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	53				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
<ul style="list-style-type: none"> As respostas das questões de âmbito nacional, que envolvem, por exemplo, as políticas de planejamento estratégico de TI (PDTI), segurança da informação, de RH, contratações junto ao Serpro e Dataprev, são de responsabilidade da COTEC (Órgão Central), a saber: questões nº 1 a 3, 5 a 11, 14 e 15; Para o cálculo da questão 12 foram considerados Horas-Homem e Ponto por Função pagos ao Serpro e DataPrev. Para desenvolvimento interno foram considerados desenvolvedores na Didev, além de sistemas como Contágil, Sifma, SPPO, baseado em métrica de 6 h/dia, 20 dias por mês, 11 meses por ano. 					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Item 13: Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal,
Conforme Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008 (Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A)
do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)**

13. Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal, conforme Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008

13.1 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 – Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG: 170072		Limite de Utilização da UG: 12.000,00			
Portador	CPF	Limite Individua l	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Guaracy Santos de Oliveira Silva	280.178.895-34	3.691,00	0,00	1.438,08	1.438,08
Willame Argolo Oliveira	383.689.005-49	2.241,00	54,04	778,20	832,24
Total utilizado pela UG			54,04	2.216,28	2.270,32
Código da UG: 170078		Limite de Utilização da UG: 89.000,00			
Valdo Nascimento Amorim	125.752.085-72	8.000,00	335,30	6.636,23	6.971,53
Nelson Borges dos Santos	157.684.655-53	8.000,00	0,00	600,00	600,00
Total utilizado pela UG			335,30	7.236,23	7.571,53
Código da UG: 170079		Limite de Utilização da UG: 30.000,00			
Maria de Brotas Rebouças Bastos	090.604.055-87	4.000,00	0,00	1.080,57	1.080,57
Maria Auxiliadora Assis Bastos	107.208.205-53	4.000,00	0,00	4.028,28	4.028,28
Total utilizado pela UG			0,00	5.108,85	5.108,85
Código da UG: 170080		Limite de Utilização da UG: 252.000,00			
Joaquim Gomes da Costa Filho	105.336.135-15	2.547,00	70,00	1.831,45	1.901,45
Zaira Viveiros B. Domingues	149.527.002-59	21.634,00	0,00	1.856,06	1.856,06
Valdir Carvalho de Oliveira	173.015.135-34	34.341,00	0,00	2.700,00	2.700,00
Hosanira Andrade Simões	213.400.485-15	58.694,00	0,00	3.763,20	3.763,20
Antônio Vilas Boas Teixeira	332.030.245-00	37.237,00	0,00	1.971,63	1.971,63
Total utilizado pela UG			70,00	12.122,34	12.192,34
Código da UG: 170081		Limite de Utilização da UG: 150.000,00			
Sivaldo Fernandes Silva	120.628.121-91	60.959,00	980,00	11.390,01	12.370,01
Total utilizado pela UG			980,00	11.390,01	12.370,01
Código da UG: 170226		Limite de Utilização da UG: 4.173,00			
Cecílio da Silva Pinto	124.706.865-04	-	0,00	1.051,00	1.051,00
Marília Costa Cardoso	169.598.095-68	4.173,00	100,00	2.413,62	2.513,62
Total utilizado pela UG			100,00	3.464,62	3.564,62
Código da UG: 170326		Limite de Utilização da UG: 30.000,00			
Bruno Sarno Braga	699.642.035-00	19.200,00	1.430,00	9.648,86	11.078,86
Adriano Hermenegildo de Melo	862.556.145-49	1.900,00	390,00	604,88	994,88
Total utilizado pela UG			1.820,00	10.253,74	12.073,74
Código da UG: 170327		Limite de Utilização da UG: 50.000,00			
Valdely Santana	003.583.918-06	2.400,00	0,00	1.271,10	1.271,10
Renato Dirscherl Martins	030.286.738-43	6.140,00	240,00	5.629,83	5.869,83
Rafael de Souza e Silva	036.648.565-20	1.400,00	0,00	821,77	821,77
Juarez Nascimento Nogueira	064.084.355-72	10.400,00	1.531,16	7.221,67	8.752,83
Juarez Silva Oliveira	114.208.205-91	8.200,00	854,02	3.511,98	4.366,00
Antônio Carlos Costa de Aguiar	125.145.945-53	1.300,00	0,00	908,85	908,85
Ângela Maria Martins Moraes	164.711.485-34	2.600,00	0,00	897,00	897,00

Jacimar Cardoso F. Macedo	182.542.255-91	5.900,00	330,00	5.457,63	5.787,63
Sirlene dos Santos Rodrigues	206.716.955-68	1.200,00	0,00	225,00	225,00
Total utilizado pela UG			2.955,18	25.944,83	28.900,01
Código da UG: 170382		Limite de Utilização da UG: 8.000,00			
Elliane Reinbold Rezende	623.174.905-34	8.000,00	0,00	907,90	907,90
Total utilizado pela UG			0,00	907,90	907,90
Total utilizado pela UJ			6.314,52	78.644,80	84.959,32

Fonte: SIAFI

13.1.2 – Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	32	6.314,52	139	78.644,80	84.959,32
2010	59	15.178,00	169	105.515,47	120.693,47
2009	58	13.089,00	154	92.338,07	105.427,07

Fonte: Unidades Gestoras desta Região Fiscal

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 14: Informações sobre Renúncia Tributária (Item 14 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

14. Informações sobre Renúncia Tributária

A RFB entende que não é órgão gestor de nenhuma das renúncias tributárias, não cabendo a ela o atendimento ao item 14 do Relatório de Gestão constante do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2011.

De acordo com as informações que deverão constar no item 14 da supracitada DN, o órgão gestor deve ter competência para concessão, acompanhamento e fiscalização da renúncia tributária; elaboração e avaliação de metas e indicadores de gestão; cobrança, recebimento e análise de prestação de contas; coordenação de projetos, programas e atividades beneficiadas pela renúncia e liberação de recursos para os mesmos; contato com os beneficiários das renúncias e das contrapartidas.

Em alguns casos, a RFB está envolvida no processo de concessão da renúncia tributária, executando procedimentos operacionais que não se confundem com o papel de gestor de renúncia de receitas e sim com o de controle da arrecadação federal.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 15: Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno (Item 15 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Os Quadros A.15.1 e A.15.2 não foram preenchidos porque não constaram deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2011, para esta Unidade.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108602	1.1.1.2	Ofício nº 22.685/2011/CGU-Regional/BA/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 5ª Região Fiscal (SRRF05)			003156
Descrição da Recomendação:			
<i>Garantir que a segregação de funções esteja em conformidade com os direitos de acesso ao Sistema SIAPE que envolva processos de folha de pagamento.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Gestão de Pessoas - Digep-5ªRF			93086
Síntese da providência adotada			
Recomposição da equipe da Divisão de Gestão de Pessoas de forma a tornar possível a completa segregação de funções, de acordo com as permissões e perfis do sistema SIAPE. Os responsáveis pelo cadastro e pela folha de pagamentos são servidores diferentes, estando, inclusive, em salas separadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Segurança e transparência no desenvolvimento das atividades.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Siape tem avançado continuamente na integração dos módulos de cadastro e folha de pagamentos. Isso significa que ao atualizar o módulo de cadastro já há repercussão automática na folha de pagamentos. Antigamente, o cadastro era atualizado e isso não tinha repercussão na folha de pagamentos, então outro lançamento deveria ser efetuado na folha de pagamentos e, dessa forma, poderia ser feito por duas pessoas diferentes, porém hoje, para esses casos, não é possível. Assim, essa integração dos módulos de cadastro e folha de pagamentos por si só já impede a segregação de diversas atividades. Contudo, mesmo assim não há perda da segurança, pois nenhuma atividade é exclusivamente executada/autorizada/realizada sem a participação de um outro servidor: seja pela assinatura de despacho autorizativo no processo pela chefia, ou pela assinatura de formulário autorizando a concessão do benefício pela chefia. A saída contínua de servidores do órgão, especialmente dos Auditores e Analistas, em virtude de aposentadorias, e a vacância de Assistentes Técnicos Administrativos (posse em outro cargo inacumulável) tem reduzido significativamente o quadro de pessoal, dificultando a recomposição das equipes de trabalho.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108602	2.1.2.1	Ofício nº 22.685/2011/CGU-Regional/BA/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 5ª Região Fiscal (SRRF05)			003156
Descrição da Recomendação:			
<i>Com o objetivo de permitir um melhor acompanhamento, registramos como recomendação à SRRF05, a implementação das providências a que se propôs em sua manifestação, ou seja, a de cadastrar e atualizar as avaliações dos imóveis sob sua responsabilidade no SPIUnet (tanto os de propriedade da União como os alugados de terceiros).</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Programação e Logística - Dipol-5ªRF			5075
Síntese da providência adotada			
Cadastramento de todos os imóveis, da União e alugados, sob responsabilidade das unidades da SRRF05 no SPIUnet, com exceção dos cedidos para uso da RFB, mas pertencentes a outras instituições, como Infraero, Codeba e SPU.			
Atualização das avaliações de 95% dos imóveis da região: de um total de 43, apenas 2 não foram atualizados até o final de 2011. Atualmente, todos os imóveis estão atualizados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhor acompanhamento e controle dos imóveis sob responsabilidade das unidades da SRRF05.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O SPIUnet pertence a outro ministério e tem trâmites próprios. Os dois imóveis que ficaram pendentes em 2011 foram atualizados antes do final do ano. Porém, por falhas no procedimento e limitações do sistema, não ficaram 100% corretos.			

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108632	1.1.1.1	Ofício nº 22.685/2011/CGU-Regional/BA/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna (DRF/ITA)			012620
Descrição da Recomendação:			
<i>Promover pesquisa de preços no mercado local ou da região para aquisições a partir da utilização de sistema de registros de preços de outros órgãos da Administração Pública, para fins de validação dos valores encontrados e da economicidade das contratações, anexando os comprovantes ao processo de compra.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Programação e Logística - Dipol-5^aRF			5075
Síntese da providência adotada			
A UJ já adotava o rito feito na recomendação, exceção ocorrida na contratação indicada no relatório. A UJ vem cumprindo rigorosamente com as normas estabelecidas para as diversas contratações. Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelos procedimentos para reforçar as orientações e evitar as falhas.			
Síntese dos resultados obtidos			
A adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos da Administração Pública traz economicidade nos valores das contratações, além de agilizar o processo de aquisições de bens.			
Nas adesões adotadas nesta UJ, todas as pesquisas de mercado realizadas tiveram valores superiores aos encontrados nas Atas utilizadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Exceto a situação indicada no relatório, os procedimentos normativos já eram utilizados na UJ.			

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 16: Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Auditoria Interna (Item 16 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno (AUDIT)

Conforme definido no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, as atividades de auditoria interna conduzidas no âmbito da RFB são realizadas, de forma centralizada, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna - Audit.

Nesse contexto, todas as recomendações decorrentes das auditorias internas, conduzidas junto às unidades centrais e às unidades descentralizadas desta RFB no exercício, são feitas pelas Equipes de Auditoria da Audit e integram os respectivos Relatórios de Auditoria, tendo como principal objetivo o aperfeiçoamento da gestão e dos procedimentos e rotinas de trabalho da Secretaria.

Em observância ao contido no § 1º do art 4º da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, informamos que as recomendações proferidas pela unidade de auditoria interna da RFB, atendidas e pendentes de atendimento no exercício de 2011, deixaram de constar deste Relatório de Gestão por estarem protegidas por sigilo.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5^a
REGIÃO FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Item 17: Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade (*Item 17 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 108/2010*)

17. Outras informações consideradas relevantes pela Unidade

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 18: Declaração do Contador (Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal	170078

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Salvador/BA	Data	30/01/2012
Contador Responsável	Mônica Santos Sampaio	CRC nº	027776/O-4

Obs: As informações em relação ao Balanço Orçamentário somente são passíveis de observação em nível de Órgão (Ministério da Fazenda), ou seja, nos Relatórios do Sub-Órgão RFB (Órgão Central) e das suas Superintendências Regionais, não haverá esta análise.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 19: Secretaria da Receita Federal do Brasil (Acórdão TCU nº 499/2009) (Item 29 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Em atendimento à solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU, que solicita informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária, relatam-se nos itens a seguir mudanças que têm contribuído de forma significativa para a melhoria dos processos de recuperação dos créditos tributários:

1. Medidas tendentes ao aperfeiçoamento da cobrança e execução da dívida previdenciária

1.1 Medidas relativas à cobrança automática

Além dos métodos mais convencionais de cobrança para os débitos administrativos, a RFB tem aperfeiçoado e intensificado procedimentos do sistema de Cobrança Automática.

Cobrança Automática é o procedimento automatizado utilizado para trazer ao conhecimento do contribuinte o seu débito de contribuições previdenciárias. A Cobrança Automática é realizada por meio de sistema, com o envio de Intimação para Pagamento – IP - aos contribuintes que possuam divergências apuradas.

a) Intimação para Pagamento – IP

É o documento que cientifica o contribuinte sua obrigação de pagar ou parcelar divergências detectadas nos sistemas no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão. A intimação é gerada no sistema ÁGUILA e enviada uma única IP ao estabelecimento centralizador e, na falta desse, para o CNPJ com final /0001-XX. O contribuinte recebe a IP no endereço declarado em GFIP e deve, se for o caso, comparecer à Unidade de Atendimento, conforme indicado na intimação. A IP pode, também, ser gerada quando o contribuinte procurar a unidade de atendimento para, espontaneamente, formalizar um parcelamento. O sistema gera a IP e, em seguida, o LDCG que é encaminhado ao SICOB para os procedimentos de parcelamento. Há possibilidade de emitir IP, com ou sem envio, para determinado estabelecimento de uma empresa ou para uma matrícula CEI específica, assim como para matrículas CEI vinculadas ao CNPJ do estabelecimento centralizador. Esta função mostra-se especialmente útil para os casos de empresas que desejam parcelar divergências de CEIs de obras de construção civil (/6 e /7) e para cobrança das matrículas CEI de equiparados à empresa (/0) e de produtores rurais (/8) que possuam divergências não regularizadas.

Também está disponível no sistema a funcionalidade que permite emitir IPs para os órgãos públicos. Essas IPs serão emitidas para o CNPJ do ente (Estado ou Município) e conterão as divergências de todos os órgãos a ele vinculados (secretarias, etc.).

b) Meta

A cada semestre são fixadas pelo Órgão Central (Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac) metas de emissão das IP por Região Fiscal, as quais são encaminhadas pelas respectivas delegacias regionais, de modo a não sobrecarregar os setores próprios do atendimento. Em 2010, foram solicitadas à Dataprev alterações no sistema “Informar” que permite a extração dos dados que subsidiam a definição das metas. Estas alterações foram realizadas e permitirão o estabelecimento de metas para 2011 com uma quantidade maior de competências abrangidas.

c) Regularização: as empresas devedoras podem regularizar a IP:

- efetuando o recolhimento do valor da divergência;
- parcelando via LDCG/DCG;
- retificando a GFIP entregue com erro;
- solicitando ajuste de GPS.

1.2 Medidas relativas ao Plano Global de Construção Civil

O Projeto Global da Construção Civil – PGCC propõe alterações na legislação atual da construção civil e visa automatizar as informações oriundas de diversas fontes, cadastrado-as em um mesmo ambiente. Este projeto também permitirá a organização e o direcionamento dos fluxos de trabalho, reduzindo o tempo de execução dos processos, diminuindo o fluxo de atendimento, propiciando informações para o gerenciamento das atividades e possibilitando, com isso, o incremento da arrecadação de contribuições previdenciárias.

Dentro desse projeto estão sendo desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

a) Desenvolvimento do sistema SISOBRAPREF

A obra de Construção Civil deverá ser matriculada no prazo de 30 dias contados da data de início da atividade, na unidade de atendimento ou pela Internet no sítio da Receita Federal do Brasil – RFB.

Em decorrência desse preceito, e, a fim de exercer o controle da arrecadação e controle, foram desenvolvidos sistemas, que hoje vem sendo aperfeiçoados.

O SISOBRA é constituído de dois módulos: o de Cadastramento de Obras Modulo Prefeitura – SISOBRAPREF e o de Controle e Gerenciamento de Obras – SISOBRAGER.

O SISOBRAPREF, banco de dados desenvolvido pelo INSS em parceria com a Dataprev, disponível às prefeituras municipais, sem ônus, para gerar a Relação de Alvará e Habite-se de forma padronizada, de acordo com a Portaria INSS/DIREP nº 53, 09 de junho de 2004, atualizada pela Portaria MPS/SRP nº 160, de 21/06/2005. Para gerar o relatório a prefeitura efetua o cadastro de obras de Construção Civil, com as informações cadastrais do proprietário e da empresa responsável pela execução da obra, quando houver contrato. O sistema gera o arquivo e enviado pela prefeitura por meio eletrônico, após verificação das informações, ao SISOBRANET.

O SISOBRAGER, em fase de desenvolvimento, facilitará o processo na RFB, pois permitirá o controle do cumprimento da obrigação acessória prevista no art. 50 da Lei nº 8.212/1991, cadastramento automático das obras ainda sem matrícula no banco de dados, efetivará a cobrança automática das contribuições previdenciárias decorrentes das obras de construção civil e evitará a evasão de receita pela decadência.

Hoje o controle e o gerenciamento são feitos pelas Delegacias de forma manual pela geração de relatório pelo Sistema de Informações Gerencias da Arrecadação – INFORMAR, por meio de consulta pré-definida, na qual o usuário obtém informações acerca das obras que possuem matrícula CEI, tais como a relação de obras concluídas, com habite-se sem a devida regularização.

b) Desenvolvimento do PGD DISO

Desenvolvimento de sistema que permitirá ao contribuinte enviar as declarações referentes a obras de construção civil pela internet, eliminando a necessidade de comparecimento às unidades da RFB, este sistema também fornecerá a guia para o pagamento;

c) Desenvolvimento do sistema DISOWEB Java

Para a regularização da obra de edificação, o contribuinte anteriormente deveria comparecer a qualquer agencia de atendimento da RFB de circunscrição do estabelecimento centralizador da empresa responsável pela obra ou da localidade da obra de responsabilidade da pessoa física, com os documentos necessários, entre eles o Formulário DISO – Declaração e Informação sobre Obra e outros comprovando o recolhimento das contribuições sociais à Previdência Social.

Para evitar acúmulo de tarefas nos centros de atendimento, e para facilitar a vida do contribuinte, foi criado o DISOWEB, sistema pelo qual o contribuinte apresenta informações discriminadas sobre a obra construída, inclusive sobre a mão de obra empregada, bem como recolhimentos efetivados à RFB.

A RFB está implantando uma nova versão do sistema que irá simplificar a operação de cadastramento melhorando o atendimento ao contribuinte e diminuindo a possibilidade de ocorrência de erros devido ao fato de obter informações internas de outros sistemas ao invés de informações digitadas pelos servidores.

1.3 Medidas relativas ao desenvolvimento de uma nova declaração previdenciária

Com a unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária faz-se necessário ter uma só forma de cobrança e de verificação da regularidade fiscal dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Atualmente o controle do crédito previdenciário é realizado em sistemas diversos e de forma diferente dos demais tributos administrados pela RFB. Isso requer servidores capacitados para gerir os sistemas além de servidores no CAC que saibam utilizar tais sistemas. Com o retorno dos analistas e técnicos previdenciários para o INSS, esses sistemas ficaram sem gestão ou com poucos colaboradores para mantê-los.

Além da questão fiscal, tornou-se estratégico para a Previdência Social o tratamento tempestivo e qualificado das informações da GFIP, que são insumo essencial para o reconhecimento de direitos, ainda mais com a implantação da concessão de benefícios em 30 minutos.

Neste contexto, a Previdência vem trabalhando na implantação de rotinas de controle e qualificação das informações detalhadas da GFIP, considerando vínculo a vínculo, empregado a empregado, remuneração a remuneração, no intuito de zelar pelo equilíbrio do sistema previdenciário, por meio do reconhecimento automático, porém qualificado do direito.

O SEFIP - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, pelo qual se faz a coleta das informações, encontra-se totalmente desatualizado face às alterações legais e à não implementação de melhorias, causando impacto no atendimento ao cidadão e no processo de reconhecimento de direitos. E o Conectividade Social, canal eletrônico de relacionamento, utilizado para recebimento da GFIP pela CAIXA, não atende aos requisitos de segurança exigidos pela RFB e pelo INSS.

Por outro lado, o modelo atual não permite o desenvolvimento de novos módulos que possibilitem, numa segunda etapa, a simplificação das obrigações acessórias do contribuinte, com a incorporação, por exemplo, da DIRF folha, do CAGED e da RAIS. Essas alterações permitiram uma grande redução no custo das empresas, tendo em vista que uma só declaração atenderia a todos os órgãos.

Desse modo, estamos trabalhando na criação de uma Nova Declaração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Receita Federal do Brasil e à Previdência Social, para substituir a atual, administrada conjuntamente pela RFB, INSS e CAIXA, com as seguintes premissas:

- a) Manter a vinculação entre os valores informados para as áreas de previdência e o débito confessado;
- b) O controle do crédito previdenciário deverá ser realizado no Sistema Integrado de Informações Econômico Fiscais da Receita Federal do Brasil, e o pagamento deverá ser realizado via DARF, integrando o Macroprocesso do Crédito Tributário;
- c) O contribuinte deverá prestar informações relativas aos fatos geradores e aos valores devidos das contribuições previdenciárias (débitos), e aos respectivos valores de créditos vinculados (pagamento, parcelamento, compensação, etc.);
- d) Os pedidos de compensação de contribuições previdenciárias devem ser tratados fora da declaração, via Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação;

- e) Visualização do recolhimento individualizado, por trabalhador, para fins de controle e segurança das informações, bem como, atendimento à Legislação;
- f) Atender às demandas e a sustentação dos processos de negócios das Instituições participantes;
- g) A transmissão da declaração deverá ser feita mediante o uso de certificado digital válido emitido por Autoridade Certificadora integrante da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil ou utilizando código de acesso, para os contribuintes não obrigados à certificação digital;

A nova declaração permitirá:

- h) Unificação dos processos de cobranças fazendárias e previdenciárias no âmbito da PGFN e RFB;
- i) Possibilidade, numa segunda etapa, de simplificação das obrigações acessórias do contribuinte (incorporação da DIRF folha, CAGED e RAIS);
- j) Diminuição dos custos de manutenção;
- k) Viabilização da integração dos identificadores cadastrais do trabalhador;
- l) Melhoria da captação das informações;
- m) Integração com o DW Devedores para o fornecimento de relatórios gerenciais;
- n) Integração com as rotinas de emissão de CND e verificação fiscal (fazendárias);
- o) Integração com os sistemas de controle de processos (Sief-Processos e e-processo);
- p) Maior segurança na captação das informações;
- q) Melhoria na qualidade do lançamento do crédito tributário;
- r) Melhoria no controle das obrigações acessórias;
- s) Melhoria no atendimento ao contribuinte;

2. Medidas administrativas visando à cobrança e execução da dívida não previdenciária:

- . 1 Alteração nos procedimentos de carga das declarações - Melhoria na sistemática de carga das declarações, principalmente de natureza retificadora, por meio de significativa redução do tempo para a carga dos débitos nos sistemas. Este procedimento permite que a retificação realizada pelo contribuinte das informações prestadas na DCTF seja, rapidamente, aplicada no sistema, evitando-se, assim, a emissão de cobranças de débitos indevidos e o consequente envio destes para inscrição em Dívida Ativa da União;
- . 2 Criação do fluxo da cobrança – implementação da sistemática do fluxo mensal de intimações a contribuintes com débitos declarados em DCTF. Com este fluxo, espera-se ter, além de um aumento na arrecadação tributária, em virtude da maior agilidade na cobrança administrativa, uma melhoria na qualidade das informações prestadas pelos contribuintes nesta declaração;
- . 3 Implementação do sub-programa “Sistemas Integrados”, do Programa de Integração do Macroprocesso do Crédito Tributário (MCT) – este programa visa implantar um novo sistema que faça o tratamento da cobrança dos créditos públicos (tributário e não tributário), administrados pela RFB e pela PGFN, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, assim como fazer o acompanhamento e controle da Dívida Ativa da União (administração da Dívida Ativa, inscrição, encaminhamento para ajuizamento e para cobrança judicial);

. 4 Cobrança de débitos de Simples Nacional – Os sistemas de controle do crédito tributário da RFB foram preparados para a carga e a cobrança dos débitos oriundos da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN). Em 2011, foi acelerado o procedimento de carga das declarações de forma a permitir a cobrança eletrônica dos débitos por meio de aviso de cobrança apresentado no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – PGDAS.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5^a REGIÃO
FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Item 20: UJ que gerencie projetos e programas financiados com recursos externos (Item 31 da Parte C do Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

20. Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos

Este item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 07 do Anexo II da DN TCU nº 108/2010

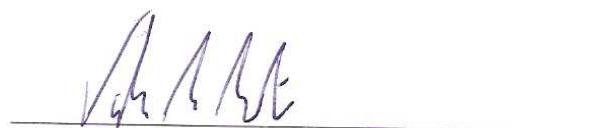
DECLARAÇÃO

Eu, Valdir Lemos Couto, CPF nº 358.246.205-63, Chefe da Divisão de Programação e Logística, exercido na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, **EXCETO** no tocante a:

- a) Alfândega do Porto de Salvador - Contrato 14/2011 – Telefonia Fixa Local (pendência: gerar cronograma no sistema SIASG);
- b) Alfândega do Porto de Salvador - Contrato 15/2011 – Telefonia Fixa Local (pendência: gerar cronograma no sistema SIASG);
- c) Alfândega do Porto de Salvador - Contrato 16/2011 – Telefonia Fixa Longa Distância (pendência: gerar cronograma no sistema SIASG);
- d) Alfândega do Porto de Salvador – Dispensa de Licitação 04/2011 – Fornecimento de Energia Elétrica (pendência: gerar cronograma no sistema SIASG);
- e) Alfândega do Porto de Salvador – Inexigibilidade de Licitação 01/2011 – Fornecimento de Água e Esgoto (pendência: gerar cronograma no sistema SIASG);
- f) Delegacia da RFB em Aracaju – Contrato de Comodato nº 10/2010,

integrante do Processo 10510.001671/2010-71, com o Banco do Brasil, não oneroso (empréstimo de uma área para instalação de duas máquinas de auto-atendimento), publicado na seção 3 do DOU de 02/08/2010;

Salvador, 15 de 02 de 2012



Valdir Lemos Couto

(CPF: 358.246.205-63)

Chefe Divisão de Programação e Logística
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5^a Região Fiscal

Anexo 2: Ajustes Item 2 e Subitens 5.5.1 e 5.5.2

INTRODUÇÃO

Este Anexo II foi elaborado para atender aos ajustes determinados pela Secretaria-Adjunta de Planejamento e Procedimentos – ADPLAN - do Tribunal de Contas da União – TCU, enviados por e-mail pelo Chefe do Serviço de Gestão da Prestação de Contas.

Conforme orientações, no intuito de retratar o contexto da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – SRRF05 - e Unidades Gestoras jurisdicionadas, este anexo altera os seguintes tópicos do Relatório de Gestão do exercício de 2011: item 2 - *Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade* (Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) Anexo II da DN TCU nº 108/2010) - e subitens 5.5.1 – *Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão* – e 5.5.2 – *Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados*.

O subitens 2.4.1.1. - *Programação de Despesas Correntes* -, 2.4.1.2. - *Programação de Despesas de Capital* - e 2.4.1.3. - *Quadro Resumo da Programação de Despesas* - não se aplicam à UJ, por essa não ser unidade orçamentária. Já os subitens 5.5.1 – *Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão* – e 5.5.2 – *Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados* - não se aplicam, em razão dessas informações estarem sendo tratadas no Relatório de Gestão da RFB.

Apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência para os seguintes subitens: 2.4.1.4 - *Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa* - e 2.4.2.2 – *Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação*.

2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade (Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A estrutura organizacional da RFB está distribuída nos níveis central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de supervisão, execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Unidades Descentralizadas

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

A seguir, estão relacionadas cada uma das dez Superintendências jurisdicionadas e suas respectivas Regiões Fiscais (RF's).

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 17 Delegacias da Receita

Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Órgão Central. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

A 5^a Região Fiscal é composta pelas seguintes Unidades:

- 1 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil;
- 6 Delegacias da Receita Federal do Brasil, sendo 5 no estado da Bahia e uma no estado de Sergipe;
- 2 Alfândegas da Receita Federal do Brasil;
- 3 Inspetorias da Receita Federal do Brasil;
- 33 Agências da Receita Federal do Brasil, sendo 28 no estado da Bahia e 5 no estado de Sergipe.

Além dessas, está presente a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador (DRJ-Salvador), que atua de forma integrada à Superintendência e às demais unidades da 5^a Região Fiscal.

2.1.2. Objetivos estratégicos

Planejamento estratégico é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente e buscando alcançar a visão de futuro.

O ano de 2011 foi o último ano de um ciclo de planejamento estratégico da RFB, ciclo este iniciado em 2009. O novo ciclo abrange o período de 2012 a 2015.

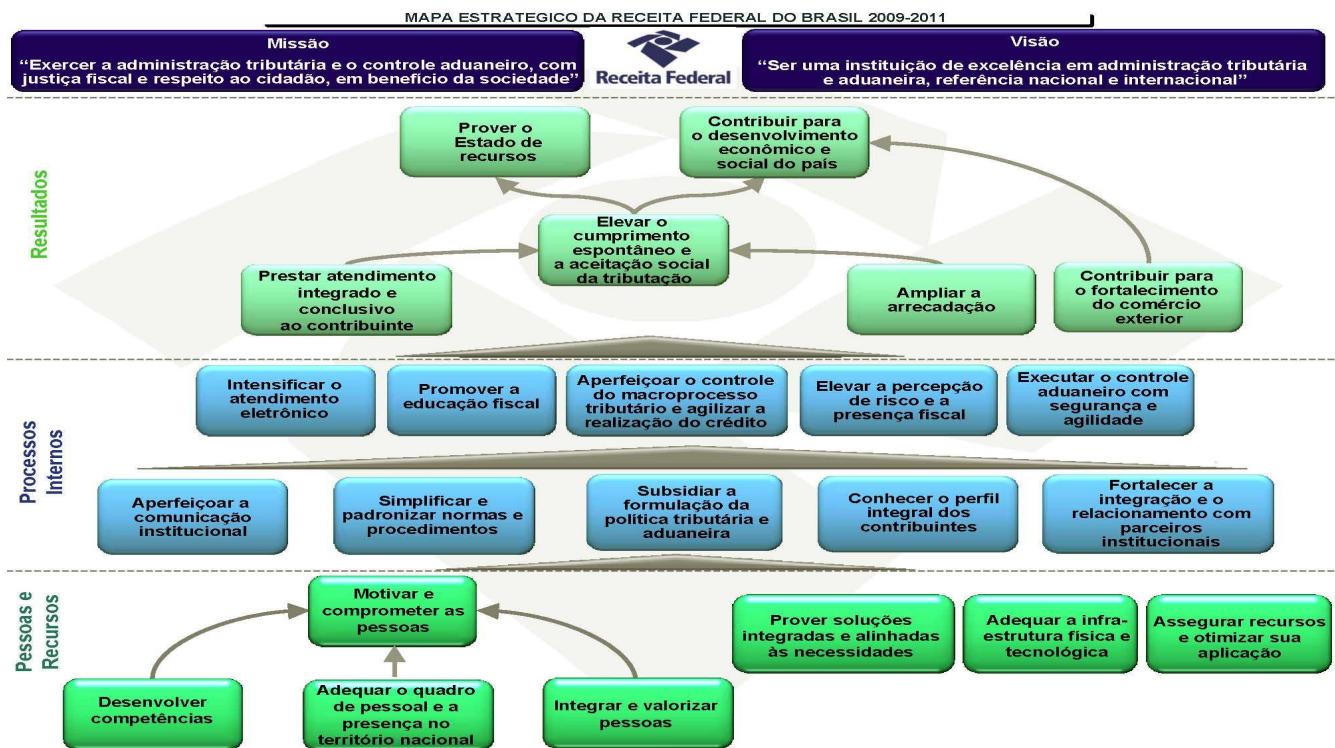
Os marcos institucionais da RFB, vigentes em 2011, estavam expressos em sua missão, sua visão e em seus valores institucionais. É importante ressaltar que a atuação de todas as unidades, incluindo a da Superintendência da RFB da 5^aRF, foi norteada por esses marcos e pelos objetivos estratégicos do órgão.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas estava expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB estava assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que nortearam as ações da RFB e seu corpo funcional eram: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo.

O Mapa Estratégico da RFB vigente de 2009 a 2011 (figura a seguir) traduzia a missão, a visão e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que deviam direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Estavam elencados, por parte da RFB, 23 objetivos estratégicos. Estes eram os fins que foram perseguidos por todas as unidades do órgão para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo:

I) Perspectiva de Resultados

- 1) Prover o Estado de recursos - Prover o Estado de recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social;
- 2) Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País - Favorecer o desenvolvimento social e das atividades econômicas, contribuindo para a redução do “Custo Brasil”, minimizando os impactos negativos da tributação e do controle aduaneiro sobre a competitividade econômica das empresas e do País, no contexto nacional e internacional, por meio do combate eficaz à sonegação e da desburocratização de procedimentos;
- 3) Elevar o cumprimento espontâneo e a aceitação social da tributação - Fortalecer o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras pelos contribuintes, sem a necessidade de intervenção direta por parte da RFB, buscando o equilíbrio necessário entre a facilitação do cumprimento e o aumento da percepção de risco pelo descumprimento, fomentando uma aliança entre a instituição e os cidadãos que cumprem com suas obrigações contra aqueles que fraudam o Estado e a sociedade, buscando fazer com que a sociedade reconheça a tributação como fonte de recursos para a viabilização do bem estar social, a partir da constatação de que a RFB cumpre sua missão com justiça fiscal, integridade, competência, segurança e confiabilidade;
- 4) Prestar atendimento integrado e conclusivo ao contribuinte - Prestar atendimento relacionado ao crédito tributário independentemente de sua fase (administrativa ou executiva) em uma única

unidade de atendimento, devidamente provida de servidores capacitados e sistemas integrados para a solução de demandas, tanto fazendárias quanto previdenciárias, solucionando-as, sempre que possível, na frente de atendimento;

5) Ampliar a arrecadação - Aplicar e garantir a efetividade do Sistema Tributário Nacional observando a capacidade contributiva dos contribuintes;

6) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior - Contribuir para a agilização da cadeia logística e fluidez do comércio exterior por meio da gestão aduaneira racional, transparente, eficiente e segura, proporcionando a defesa e a proteção do Estado e da sociedade.

II) Perspectiva de Processos Internos

7) Intensificar o atendimento eletrônico - Ampliar o acesso e a disponibilização de serviços ao contribuinte por meio da utilização massiva de meios eletrônicos;

8) Promover a educação fiscal - Fomentar a conscientização dos cidadãos para a função social dos tributos por meio de ações de educação fiscal;

9) Aperfeiçoar o controle do macroprocesso tributário e agilizar a realização do crédito - Identificar e explorar as oportunidades decorrentes da: racionalização dos processos integrantes do macroprocesso do crédito tributário de forma a permitir o efetivo controle, celeridade e qualidade de todas as suas fases, desde o lançamento até sua realização; integração dos órgãos que atuam no ciclo do crédito tributário, buscando a superação das limitações no tocante às dimensões de pessoal, recursos financeiros, tecnologia da informação, infraestrutura e normas legais. A identificação e exploração dessas oportunidades dependem, fundamentalmente, de iniciativas de gestão relacionadas à coordenação dos processos e projetos relacionados;

10) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal - Intensificar a atuação da fiscalização de tributos internos e de comércio exterior, com vistas ao aumento da presença fiscal e à elevação da percepção de risco pelos contribuintes, por meio da automatização do tratamento de informações, do aprimoramento, desenvolvimento e uso intensivo de técnicas de seleção de contribuintes, das atividades de inteligência e repressão aos ilícitos tributários e aduaneiros e à lavagem de dinheiro e da atuação padronizada, integrada, abrangente, focada e tempestiva, primando pela qualidade e pela manutenção do crédito tributário;

11) Executar o controle aduaneiro com segurança e agilidade - Proporcionar um controle aduaneiro ágil, seguro, integrado e harmônico no fluxo do comércio exterior, consolidando a liderança da RFB perante os intervenientes públicos e privados;

12) Aperfeiçoar a comunicação institucional - Promover comunicação clara, direta, objetiva, tempestiva, ágil, oportuna, consistente e acessível, que transmita as informações necessárias que sejam de interesse dos públicos interno e externo, fluindo de maneira harmônica no sentido vertical e horizontal da estrutura organizacional;

13) Simplificar e padronizar normas e procedimentos - Mapear e promover a simplificação, racionalização, integração e padronização das normas, dos procedimentos internos e das obrigações acessórias exigidas dos contribuintes, oferecendo orientações internas e externas de forma transparente e consolidada;

14) Subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira - Subsidiar a formulação da política tributária e aduaneira com vistas à racionalidade, operacionalidade e simplificação da legislação;

15) Conhecer o perfil integral dos contribuintes - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias, de forma a permitir uma atuação integral no monitoramento, no controle fiscal e na prestação de serviços;

16) Fortalecer a integração e o relacionamento com parceiros institucionais - Estabelecer, consolidar e aprimorar parcerias estratégicas nacionais e internacionais, por meio de convênios, acordos, operações conjuntas e outros mecanismos, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos

17) Motivar e comprometer as pessoas - Desenvolver e manter um ambiente organizacional que estimule a motivação e o comprometimento do corpo funcional, onde o servidor encontre espaço para o seu desenvolvimento integral, tanto em nível profissional quanto pessoal, que priorize a atuação integrada, a racionalização de esforços, a comunicação eficaz, a transparência, o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas e o compromisso com os resultados almejados pela instituição, e onde haja a permanente promoção da ética e dos valores institucionais;

18) Desenvolver competências - Gerir competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), possibilitando o contínuo e gradativo desenvolvimento técnico, gerencial e pessoal de todo o corpo funcional, capacitando-o para a utilização de novas tecnologias, ferramentas, métodos e técnicas de trabalho, desenvolvendo nos servidores uma visão global da instituição, estimulando a liderança e a inovação, fomentando o comprometimento, a cooperação e a proatividade;

19) Adequar o quadro de pessoal e a presença no território nacional - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, para que se tenha uma presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, segundo as características e necessidades de cada local;

20) Integrar e valorizar pessoas - Implementar gestão moderna de pessoas com mecanismos claros e objetivos de reconhecimento, de incentivos e de valorização, conciliando as necessidades da instituição e as expectativas de todos os servidores, para promover um clima harmonioso, integrado e construtivo;

21) Prover soluções integradas e alinhadas às necessidades - Implantar e aperfeiçoar soluções sistêmicas, procedimentos seguros, atualizados, consistentes, inovadores, eficientes e aderentes às necessidades da instituição, que levem em conta a interdependência de todas as suas dimensões: gestão corporativa, estrutura organizacional, estrutura física, logística, tecnologia, pessoas, normas e procedimentos, e que visem tornar a RFB uma organização que trabalhe de forma integrada considerando a transversalidade dos processos de trabalho;

22) Adequar a infraestrutura física e tecnológica - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades e à quantidade de servidores de cada unidade, de forma a agilizar o atendimento de demandas e apoiar a tomada de decisões, considerando inclusive os desafios decorrentes da unificação;

23) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Maximizar a gestão e alocação de recursos orçamentários (custeio e investimento), logísticos (inclusive mercadorias apreendidas), humanos e de estrutura organizacional, buscando a melhor relação custo-benefício e a sincronia entre planejamento, orçamentação e execução, de forma coordenada e com foco nas prioridades organizacionais, objetivando a execução da estratégia da instituição.

Na busca de seus objetivos, a RFB tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. O órgão tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A Receita Federal do Brasil adota metodologia moderna de planejamento e gestão estratégica. A figura a seguir (RFB: A Nossa Estratégia em Ação) mostra os passos dados para a montagem do plano estratégico da RFB.



Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador. Dos indicadores criados para a RFB, 19 possuíam desdobramento regional, com meta a ser atingida por cada Região Fiscal (ver item 2.4.3).

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil – RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação.

Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Em nível regional, a partir dos objetivos gerais explicitados no Mapa Estratégico da RFB, a Superintendência da 5ª Região Fiscal elegeu diretrizes estratégicas regionais para o ano de 2011, com a finalidade proporcionar maior foco e alinhamento no desenvolvimento de ações pelas unidades e subunidades da Região.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS REGIONAIS - 2011

1. Melhorar a comunicação interna e externa
2. Proporcionar condições de trabalho adequadas aos servidores
3. Desenvolver competências, especialmente na área de gestão organizacional
4. Promover a integração e a valorização dos servidores, com foco na qualidade de vida
5. Fomentar o acompanhamento e o atendimento integrais dos grandes contribuintes
6. Aprimorar as parcerias estratégicas nos âmbitos regional e local
7. Padronizar regionalmente os procedimentos
8. Atuar de forma integrada e sincronizada de forma a aumentar a percepção de risco dos contribuintes

A definição das diretrizes no contexto do planejamento estratégico da SRRF05 teve como ponto de referência a percepção da alta gestão regional em relação a aspectos considerados fundamentais para a melhoria do desempenho regional, considerando inclusive o contexto externo (ameaças e oportunidades) e as qualidades e limitações internas da instituição.

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Estabelecidas as diretrizes estratégicas regionais, a Superintendência promoveu uma revisão do seu plano de iniciativas estratégicas para a 5ª Região Fiscal, tendo sido definidas 6 ações para o ano de 2011.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS REGIONAIS

Iniciativa: Programa de Gestão Regional da Comunicação Institucional na 5ª RF

Justificativa: A comunicação institucional tem um grande horizonte de possibilidades, com muitos produtos e soluções a serem oferecidos. Em contrapartida, os recursos humanos e materiais são limitados para fazer frente às muitas demandas existentes atualmente por uma melhor comunicação na 5ª Região Fiscal. Diante desse cenário, a comunicação deve ser conduzida com muito foco, buscando identificar quais produtos e soluções podem melhor contribuir para o alcance das estratégias. Para que isso ocorra, é fundamental desenvolver um processo eficaz de gestão da comunicação institucional, que permita direcionar e otimizar os esforços de comunicação.

Escopo: Otimizar e ampliar projetos na área de comunicação, tendo como resultado a multiplicação dos produtos e soluções (em quantidade e eficácia) para melhoria da comunicação regional, tanto no nível interno (aumentando o nível de informação dos servidores), como no nível externo (contribuindo para a valorização da imagem da instituição perante a sociedade).

Resultados esperados: Os projetos previstos têm o potencial de alavancar a atuação da 5ª Região Fiscal tanto na comunicação interna como na externa. Os projetos voltados para a assessoria de imprensa podem levar a Região Fiscal a obter um maior espaço na mídia regional. Espera-se também que os atuais instrumentos de comunicação interna sejam aperfeiçoados, e também se aumente a produção de material de divulgação institucional, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Observações: O ganho de espaço na mídia regional poderá resultar na melhoria do índice de inserções positivas na mídia (eficiência/quantidade), e também do indicador da percepção do público externo em relação à atuação da RFB (qualidade/efetividade). A maior quantidade e qualidade do material institucional também pode contribuir para a percepção do público externo, e a

melhoria dos instrumentos de comunicação interna existentes pode elevar a satisfação do público interno.

Iniciativa: Programa de Melhoria do Ambiente Físico e Tecnológico da 5ª RF

Justificativa: Levantamento feito pelas áreas de logística e de tecnologia demonstrou que boa parte das unidades da 5ª Região Fiscal, especialmente as Agências, necessitam de medidas de adequação.

Escopo: Desenvolver conjunto de projetos voltados para o melhoramento da infraestrutura física e tecnológica das unidades da 5ª Região Fiscal, observando os quesitos de acessibilidade, conforto, aproveitamento de espaços e segurança.

Resultados esperados: A implementação do programa de melhoria do ambiente físico e tecnológico proporcionará aos servidores e colaboradores um ambiente funcional confortável e seguro para que possam exercer melhor as suas atividades. Possibilitará também uma melhor avaliação dos contribuintes em relação à qualidade do atendimento presencial, que também é influenciada pelo ambiente do atendimento. Além disso, a padronização visual contribuirá para a consolidação da imagem institucional.

Observações: Os resultados esperados para o programa estão intimamente correlacionados aos objetivos estratégicos da perspectiva de “Pessoas e Recursos”, que correspondem à base do Mapa Estratégico da RFB. O cumprimento desses objetivos é essencial para a consecução dos demais. Isso significa que o sucesso do programa poderá alavancar o desempenho da Região Fiscal em relação aos demais objetivos, vinculados à eficiência dos Processos Internos e efetividade dos Resultados da organização.

Iniciativa: Programa de Aprimoramento da gestão para a 5ª Região Fiscal.

Justificativa: Atualmente existem práticas positivas aplicadas de forma isolada pelas unidades da 5ª RF. Os instrumentos de gestão da SRRF05 também ainda não são aplicados de forma plenamente consistente. Também não há ainda uma percepção clara e uniforme do papel de cada ente na gestão regional. Vislumbra-se a possibilidade de alavancagem da gestão através do efeito multiplicador obtido com o compartilhamento do conhecimento de gestão para todos os que ocupam funções gerenciais na região.

Escopo: Empreender projetos que busquem aperfeiçoar e consolidar as práticas de gestão utilizadas na 5ª Região Fiscal, como foco nos seguintes princípios: - atuação integrada; - comprometimento com os resultados institucionais; - disseminação do conhecimento; - continuidade das ações.

Resultados esperados: O desenvolvimento do modelo de gestão da 5ªRF proporcionará: instrumentos de gestão regional consolidados e aplicados em sua plenitude pela SRRF05 e, no que couber, pelas demais unidades da 5ª Região Fiscal; mecanismo eficaz de registro e compartilhamento das boas práticas e lições aprendidas no processo de gestão, de modo a preservar o conhecimento para futura referência; e cultura de gestão disseminada entre os ocupantes de cargos de chefia, associada ao desenvolvimento de competências por meio de cursos e seminários.

Observações: Avalia-se que o atingimento dos resultados esperados para o programa leve a uma gestão mais integrada de toda a 5ª Região Fiscal, com maior consciência da transversalidade dos processos de trabalho e, consequentemente, da interdependência das diversas unidades e áreas de negócio para a eficiência desses processos, que é o que prescreve o objetivo estratégico “Prover soluções integradas e alinhadas às necessidades”. O programa também contribuirá para a capacitação do corpo gerencial, em consonância com o objetivo de “Desenvolver competências”. Como consequência, poderá resultar num maior comprometimento das equipes de trabalho, atendendo ao compromisso de “Motivar e comprometer pessoas”.

Iniciativa: Programa de Qualidade de Vida dos Servidores.

Justificativa: A 5^a Região Fiscal considera o bem estar físico e mental dos servidores como condição primordial para o bom funcionamento da instituição e, por essa razão, resolveu dar prioridade ao assunto com a criação de um programa de caráter estratégico do ponto de vista regional. O próprio Mapa Estratégico reflete essa preocupação com a perspectiva de Pessoas e Recursos, que aparece como base de sustentação para a realização dos demais Objetivos Estratégicos.

Escopo: Desenvolver conjunto de projetos com o objetivo de cultivar o bem estar físico e mental dos servidores da 5^a Região Fiscal, abordando a qualidade em variadas dimensões do ser humano, como: alimentação, atividades físicas e mentais, relações sociais, ambiente de trabalho, autoestima e autoconhecimento, entre outros.

Resultados esperados: Espera-se que os projetos realizados propiciem bem estar físico e mental aos servidores que poderá se traduzir em aumento de produtividade no trabalho, com possíveis reflexos positivos na eficiência nos processos internos e na efetividade dos resultados institucionais.

Observações: A melhoria da qualidade de vida significa a atenção a necessidades básicas do ser humano. Assim, a realização desse programa pode contribuir diretamente para o alcance de objetivos estratégicos vinculados à dimensão pessoal: “Integrar e valorizar pessoas” e “Motivar e comprometer pessoas”.

Iniciativa: Estratégia Regional de Atuação da Fiscalização.

Justificativa: No cenário atual, as unidades da 5^a Região Fiscal desenvolvem a sua programação e seleção fiscal de forma independente na maioria dos casos. A iniciativa proposta busca explorar a oportunidade de sincronização das ações de fiscalização, já sinalizada na ENAF (Estratégia Nacional de Atuação de Fiscalização), otimizando o uso dos recursos humanos disponíveis para maior ganho em termos de presença fiscal.

Escopo: Conceber e executar pelo menos três operações de fiscalização voltadas para segmentos de elevado risco de sonegação e grande potencial de impacto midiático, com abrangência regional (ou seja, envolvendo contribuintes de interesse de cada uma das unidades gestoras) e exploração articulada dos meios de comunicação.

Resultados esperados: Espera-se que o êxito na estratégia regional de atuação da fiscalização leve a um aumento da percepção de risco daqueles contribuintes que se enquadrem nos segmentos selecionados para fiscalização, e também do público em geral, à medida que reconhece, pelo meios de comunicação, que o órgão é fortemente atuante no combate à sonegação. Isso significa maior presença fiscal. A exploração de temas de interesse na mídia regional poderá resultar em aumento de inserções positivas e melhora da percepção do público externo em relação à atuação da RFB, indicativos de aperfeiçoamento da comunicação institucional. Como consequência, poderá ocorrer aumento da arrecadação, seja de forma direta pela autuação dos contribuintes do segmento de alto risco, seja indiretamente, pelo aumento da presença fiscal.

Observações: Os resultados esperados da iniciativa poderão contribuir diretamente com o alcance, em nível regional, dos objetivos estratégicos já destacados, conforme explicitado no campo “Resultados Esperados”.

Iniciativa: Programa de Melhoria do Atendimento ao Contribuinte.

Justificativa: No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, recente pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV constatou que boa parte das críticas à imagem da instituição está relacionada ao atendimento presencial. A estratégia de intervenção proposta pela FGV contempla a melhoria tanto dos processos de atendimento quanto da qualificação dos servidores, voltada especialmente para o atendimento. De acordo com o relatório da pesquisa,

“percebe-se uma importante sinergia entre as medidas para melhoria da Imagem e da Satisfação com o Atendimento e aquelas voltadas para a melhoria da Cultura e do Clima Organizacional, já que em ambos os casos as recomendações incluem investimento na qualificação dos servidores e melhorias na capacidade de gestão, que estão estreitamente correlacionadas a melhorias dos processos gerenciais”. Aos resultados da pesquisa somam-se outros tópicos observados ao longo do tempo pelos gestores e pela equipe de atendimento da região: fusão dos fiscos ainda incompleta; clivagem no quadro de pessoal; falta de integração entre as unidades; pouca integração entre o atendimento e as outras áreas funcionais; ausência de padronização da gestão do atendimento; existência de assimetrias entre as unidades locais; armadilha de curto prazo (dificuldade para pensar/planejar o atendimento diante da permanente crise no setor).

Escopo: Aumentar a satisfação do contribuinte quanto ao atendimento presencial prestado nas unidades da RF05 (tributos internos e aduana) através do aperfeiçoamento da gestão e do investimento na capacitação dos servidores. Principais entregas:a) estabelecer parâmetros para uma boa gestão do atendimento;b) propor metodologia de avaliação da qualidade do atendimento;c) construir matriz de capacitação (técnica e comportamental) para chefes e atendentes;d) construir matriz de riscos para a gestão de pessoas na área de atendimento;e) definir referenciais para a elaboração de projetos locais de melhoria do atendimento.

Resultados esperados: - Aumento da satisfação do contribuinte quanto ao atendimento presencial prestado nas unidades da RF05;- Atendimento da RF05 pautado em boas práticas de gestão;- Equipe de atendimento capacitada, comprometida e motivada;- Imagem institucional fortalecida.

Observações: Não fazem parte do escopo questões que ultrapassem a competência da região, mesmo quando relacionadas à gestão do atendimento, a exemplo de ajustes nos sistemas informatizados e de mudanças na legislação, e o tratamento de problemas ligados à infra-estrutura física e tecnológica das unidades.

As iniciativas estratégicas foram conduzidas ao longo do ano de 2011 e, de um modo geral, não houve fatores do contexto externo que tenham representado obstáculo à sua realização.

Do ponto de vista interno, o contingenciamento de recursos orçamentários e mudanças na gestão, tanto nacional quanto regional da RFB, tiveram impacto nas iniciativas estratégicas regionais, exigindo um período de adaptação às novas linhas de atuação e a adoção de medidas de contenção de gastos.

A principal limitação interna encontrada no desenvolvimento das iniciativas estratégicas regionais se referiu à alocação dos recursos humanos necessários à sua formulação e execução, em razão das restrições do quadro de pessoal, o que não foi motivo suficiente para provocar mudança de rumo no plano estratégico regional ao longo do ano.

2.3 Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJs, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Tomada de Contas Consolidado da RFB.

O PPA 2008-2011 incumbiu a RFB, em 2011, de dois programas de trabalho.

O Programa 0906 – Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 – Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, que se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

O principal programa de trabalho da RFB em 2011 foi o Programa 0770 – Administração Tributária e Aduaneira, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal é uma Unidade Gestora – UG – da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que é a Unidade Orçamentária – UO – 25103.

Por não ser UO e sim uma UG, no quadro A.2.1 foram preenchidos apenas os valores relativos a sua execução financeira, ou seja: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Restos a Pagar não Processados e Valores Pagos.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0770	Denominação: Administração Tributária e Aduaneira									
Tipo do Programa Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais										
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda										
Objetivos Específicos: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas										
Gerente: Carlos Alberto Freitas Barreto		Responsável: Wolney de Oliveira Cruz								
Público Alvo: Governo Federal										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Em R\$ 1,00					
Inicial	Final				Valores Pagos					
NA*	NA*	26.803.189,00	23.276.276,18	3.526.912,82	22.216.318,12					

Fonte: Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise Crítica:

Sobre as despesas correntes, vale registrar que os restos a pagar de 2011 decorrem principalmente das previsões empenhadas das despesas de dezembro e de meses anteriores que não foram pagas por falta de orçamento.

Processo análogo ocorreu com as despesas de capital, onde não houve grandes alterações, se comparadas às de 2010, e os valores que passaram para o ano seguinte são consequência, em sua grande maioria, de aquisições realizadas no final do ano, período da época do recebimento do respectivo orçamento.

Principais Ações do Programa

O Programa 0770 – Administração Tributária é composto por 29 ações, sendo que serão objeto de comentário neste estudo apenas as 4 ações executadas pela SRRF05, citadas a seguir:

- 2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira;
- 2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira;
- 2272 - Gestão de Administração do Programa; e
- 10AV - Construção do Edifício-Sede do Minist. da Fazenda em Salvador, BA.

Ação 2237 – AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Tipo	Atividade
Finalidade	Supervisionar, executar e controlar as atividades de fiscalização tributária e aduaneira federal, combatendo a sonegação fiscal, o contrabando e o descaminho.
Descrição	<ul style="list-style-type: none">- Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos.- Deslocamento de técnicos para realização de fiscalizações e auditorias, tanto correlacionadas ao recolhimento de tributos federais quanto aos entrepostos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Adilson Brasil de Souza
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2238 – ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar as atividades relacionadas à gestão tributária e ao controle aduaneiro.
Descrição	<p>Realização das atividades de:</p> <ul style="list-style-type: none">- controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior;- interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, e edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução,- assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do País;- julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal;- manutenção administrativa das unidades da RFB em todo território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Marcelo de Mello Gomide Loures
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Marcos Antônio da Cunha
Unidades executoras	Unidades gestoras da RFB

Fonte: SIGPLAN

Ação 10AV – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SALVADOR – BA

Tipo	Projeto
Finalidade	Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício-SEDE em Salvador, adequando o espaço físico as novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal
Descrição	Construção destinada à Sede do Ministério da Fazenda em Salvador- BA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	RFB
Coordenador nacional da ação	Emanuel Falcão Parahyba
Unidades executoras	170079

Fonte: SIGPLAN

2.3.2. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

A Ação é o tema central do relatório de gestão (foco de análise). É por meio da sua avaliação que podem ser verificados os resultados obtidos pela RFB. Portanto, este relatório apresentará, além dos dados propostos na tabela, as informações mais significativas sobre a execução de cada ação no exercício de 2011. Os dados constantes dos quadros a seguir foram todos extraídos do SIGPLAN.

2272 – Gestão de Administração do Programa

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	2272	A	4	NA	NA	NA	NA	NA	23.395.794,61	NA

Fonte: Copol/RFB

(*) NA - Não se aplica.

OBS: No quadro acima consta somente a informação da meta financeira realizada pela Região Fiscal. Esse valor corresponde ao total liquidado no exercício de 2011. Não constam as demais informações solicitadas pelo quadro, já que não há definição de metas regionalizadas, somente em nível nacional.

2237 – Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	125	0770	2237	A	4	Ação fiscal realizada (unidade)	18.081	20.078	16.105	NA	2.563.931,54	NA

Fonte: Copol e Cofis/RFB.

(*) NA - Não se aplica.

Com relação às metas financeiras da Ação 2237, foi informada apenas a meta financeira realizada pela Região Fiscal, ou seja, o valor corresponde ao total liquidado no exercício de 2011, uma vez que as demais metas financeiras previstas (2011 e 2012) são definidas somente em nível nacional para a UO 25103.

Cabe esclarecer que a meta original de 2011 foi informada com base em estimativa, utilizando-se a meta que havia sido prevista para o ano de 2010 com acréscimo de 5%, percentual definido em virtude da quantidade de ações fiscais que havia sido ultrapassada na execução realizada em 2010 em comparação com a meta prevista.

A meta original foi informada na ação 2237 no início de 2011, momento em que ainda não havia sido cadastrada a meta nacional efetiva pelas unidades regionais nos sistemas de controle. No momento posterior em que ocorreu o cadastramento total da meta, verificou-se uma diferença nos valores inicialmente estimados, com redução de ações fiscais, diminuindo a quantidade final da meta para o ano. Esta redução foi verificada em função da redução do quantitativo de Auditores Fiscais que receberam meta de fiscalização.

Os mesmos esclarecimentos valem para a Meta a ser realizada em 2012, a qual foi informada inicialmente por estimativa e posteriormente reduzida, por ocasião do cadastramento da meta efetiva.

A área de fiscalização na 5ª Região Fiscal cumpriu com eficiência e eficácia seu papel, atingindo as metas previstas, solucionando conflitos, adotando boas práticas, disseminando conhecimento, compartilhando informações, e, em decorrência, o aperfeiçoamento da execução das atividades de fiscalização. Merece destaque a posição alcançada pela 5ª RF no panorama nacional: 1º lugar no percentual de realização da meta relativa às pessoas jurídicas diferenciadas, 3º lugar no percentual de realização da meta relativa às pessoas jurídicas médias, 4º lugar no percentual de realização da meta relativa às demais pessoas jurídicas e 2º lugar no percentual de realização da meta relativa às pessoas físicas, levando a 5ª Região Fiscal a se destacar em 1º lugar na realização das metas de procedimentos de fiscalização com percentual 133,41%. A 5ª Região Fiscal também destacou-se no cumprimento das metas de revisão de declarações de pessoas jurídicas (3º lugar) e físicas (2º lugar).

2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	129	0770	2238	A	4	Tributo arrecadado (R\$ bilhão)	NA	NA	NA	NA	839.628,05	NA

Fonte: Copol/RFB.

(*) NA - Não se aplica.

No caso da Ação 2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira, é importante esclarecer que esta Ação não possui desdobramento regional, haja vista que se trata da arrecadação tributária líquida, cujas Metas, previstas e realizada, são estabelecidas e acompanhadas apenas a nível nacional.

Cabe complementar, que a arrecadação tributária líquida não se configura meta específica da Receita Federal do Brasil, porque nem todos os eventos que a compõem estão sobre controle exclusivo desta Secretaria.

A Receita Federal é responsável por constituir o crédito tributário e buscar os recursos devidos via procedimento arrecadatório, ou seja, tem atuação sobre os valores que ingressam no Tesouro Nacional, no exercício. Estes ingressos constituem o montante denominado de “arrecadação tributária bruta”.

Por sua vez, a arrecadação líquida, em termos práticos, é a arrecadação bruta descontada as restituições e os resarcimentos de tributos. Os volumes de restituições autorizados para o ano não são de competência exclusiva da RFB, ou seja, a programação é feita em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mas pode sofrer alterações conforme as necessidades da programação financeira - ótica que embute, também, as despesas.

Assim, esta visão extrapola as atribuições desta Receita Federal, motivo pelo qual entende-se que a arrecadação líquida não deva se constituir em meta para esta instituição, mas sim da Ação de Governo 2238 – Arrecadação Tributária e Aduaneira.

Em contrapartida, ratifica-se a importância de a RFB acompanhar o desempenho da arrecadação líquida, uma vez que a mesma se constitui objetivo do governo central.

Com relação às metas financeiras da Ação 2238, foi informada apenas a meta financeira realizada pela Região Fiscal, ou seja, o valor corresponde ao total liquidado no exercício de 2011, uma vez que as demais metas financeiras previstas (2011 e 2012) são definidas somente em nível nacional para a UO 25103.

10AV - Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador, BA

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Física			Financeira (R\$)		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012**	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	122	0770	10AV	P	4	Obra concluída (% de execução)	12,000	0,000	18,08	6.400.000	0,000	15.000.000

**Meta Física RFB: Refere-se à obra concluída (% de execução)

Cumprimento das metas físicas:

- A construção encontra-se em fase de revisão do projeto básico e em elaboração do edital de licitação da execução da obra. Foram utilizados, em 2011, os Restos a Pagar de 2010.

- Ações que apresentaram problemas de execução:

Houve atraso no recebimento do projeto básico devido a pendências de aprovação nos órgãos municipais e estaduais.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Não se aplica, pois a UJ não é unidade orçamentária.

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Não se aplica, pois a UJ não é unidade orçamentária.

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Não se aplica, pois a UJ não é unidade orçamentária.

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica, pois a UJ não é unidade orçamentária.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se aplica, pois não houve nenhuma movimentação de créditos para a unidade no período.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	11.167.482,00	8.042.211,81	8.675.819,37	7.393.648,60
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	111.363,55	174.340,70	75.574,96	111.081,48
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	11.056.118,45	7.867.871,11	8.600.244,41	7.282.567,12
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	11.270.716,00	9.352.427,12	9.642.723,43	8.990.433,31
Dispensa	10.505.309,17	8.343.716,50	9.004.357,02	8.045.758,59
Inexigibilidade	765.406,83	1.008.710,62	638.366,41	944.674,72
Regime de Execução Especial	90.865,01	119.744,04	90.865,01	119.744,04
Suprimento de Fundos	90.865,01	119.744,04	90.865,01	119.744,04
Pagamento de Pessoal	763.561,79	2.216.829,42	763.561,79	2.216.829,42
Pagamento em Folha	3.834,80	1.662,48	3.834,80	1.662,48
Diárias	759.726,99	2.215.166,94	759.726,99	2.215.166,94
Outros	3.510.564,20	2.040.058,26	3.047.183,32	2.009.618,71

Fonte: SIAFI Gerencial Web

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	3.834,80	1.662,48	3.834,80	1.662,48	0,00	0,00	3.834,80	1.662,48
08 - Outros Benef.Assistenciais	3.834,80	0,00	3.834,80	0,00	0,00	0,00	3.834,80	0,00
92 – Desp. Exerc. Anteriores.	0,00	1.662,48	0,00	1.662,48	0,00	0,00	0,00	1.662,48
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	24.170.130,50	22.216.938,17	21.406.075,97	21.086.418,16	2.764.054,53	1.130.520,01	20.377.613,96	20.384.728,81
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	11.294.617,84	10.201.713,41	10.113.097,95	9.730.067,80	1.181.519,89	471.645,61	9.393.152,47	9.260.251,68
37 – Locação de Mão de Obra	7.314.134,96	6.263.772,71	6.292.108,03	5.718.688,23	1.022.026,93	545.084,48	6.048.400,04	5.561.726,53
92 - Desp. Ex. Anteriores	1.663.311,85	305.177,96	1.505.685,96	305.177,96	157.625,89	0,00	1.465.268,24	305.177,96
Demais elementos do grupo	3.898.065,85	5.446.274,09	3.495.184,03	5.332.484,17	402.881,82	113.789,92	3.470.793,21	5.257.572,64

Fonte: SIAFI Gerencial Web

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4								
Investimentos	2.629.223,70	2.531.555,98	1.866.365,41	683.190,01	762.858,29	1.848.365,97	1.838.704,16	343.882,79
52 – Equip. e Mat.Permanente	2.601.358,83	1.524.847,81	1.838.500,54	530.423,99	762.858,29	994.423,82	1.810.839,29	254.375,99
51 – Obras e Instalações	25.664,87	1.006.708,17	25.664,87	152.766,02	0,00	853.942,15	25.664,87	89.506,80
39 - Outros Serv. Terc. PJ	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6								
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Análise Crítica

Analizando as modalidades de contratação para a aquisição de materiais e serviços, observa-se o predomínio inegável da modalidade licitatória do tipo Pregão, seja pela agilidade, seja pela economicidade.

Por outro lado, dada à capilaridade das unidades da Receita Federal na 5ª Região Fiscal - formada por 6 delegacias, 2 alfândegas, 3 inspetorias e 33 agências, alem da própria SRRF05, perfazendo um total 45 unidades – torna-se indispensável o uso da dispensa de licitação para fazer face às diversas e variadas demandas de menor monta destas unidades. Daí a proximidade dos valores despendidos em pregões e dispensas de licitação. Já as inexigibilidades decorrem, em sua grande maioria, de treinamentos e contratações sem concorrência, tipo publicação legal, postagem, águia.

Sobre as despesas correntes, vale registrar que os restos a pagar de 2011 decorrem principalmente das previsões empenhadas das despesas de dezembro e de meses anteriores que não foram pagas por falta de orçamentário.

Processo análogo ocorreu com as despesas de capital, onde não houve grandes alterações, se comparadas às de 2010, e os valores que passaram para o ano seguinte decorrem, em sua grande maioria, de aquisições realizadas no final do ano, período da época do recebimento do respectivo orçamentário.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Não se aplica, pois não houve nenhuma movimentação de créditos para a unidade no período.

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não se aplica, pois não houve nenhuma movimentação de créditos para a unidade no período.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não se aplica, pois não houve nenhuma movimentação de créditos para a unidade no período.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	106,01

- Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- Fórmula de cálculo:** $[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100]$.
- Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5ª RF arrecadou em 2011 o montante de R\$ 23.128.054,15,00, ultrapassando a meta estipulada - R\$ 21.813.792,635,00 - em 6%.
- Pontos críticos:** Nada a informar.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Grau de evolução real da arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Número relativo	Positiva	103,20	109,10

- **Finalidade:** Mensurar o crescimento real da arrecadação do ano em relação ao ano anterior, atualizando-se a série pela variação do IPCA.
- **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (arrecadação realizada em p no ano X-1) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: Em 2011, a arrecadação da 5ª RF cresceu 9% em comparação com o ano de 2010, em termos reais.
Pontos críticos: Nada a informar.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de representatividade do atendimento via Portal e-CAC

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	71,39	68,87

- **Finalidade:** Mensurar a relação entre a quantidade de serviços prestados por meio eletrônico (via Portal e-CAC) e o total de serviços prestados (via Portal e-CAC e nas unidades de atendimento presenciais).
- **Fórmula de cálculo:** (Total de serviços eletrônicos prestados no Portal e-CAC no período x 100) dividido pelo total de serviços (presencial e eletrônicos no Portal e-CAC) no período.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Saga e estatísticas do Portal e-CAC.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5ª RF obteve um crescimento significativo desse indicador, partindo de 63,19% em janeiro de 2011 para um acumulado anual de 68,87%. A sustentação regional dos patamares de utilização do e-CAC representa a consolidação deste serviço perante os contribuintes. Por conta da obrigatoriedade de agendamento para o atendimento à pessoa jurídica em alguns CACs, passou a haver uma maior utilização do e-CAC.
Pontos críticos: A falta de uma base de treinamento para o e-CAC dificulta a formação de servidores para realizar uma divulgação massiva. As metas regionais não foram atingidas em 9 das 10 regiões fiscais.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Tempo médio de espera para atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Minutos	Negativa	15,00	12,10

- **Finalidade:** Medir o tempo de espera, pelo contribuinte, para atendimento, sem limitação de senha.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos tempos de espera para chamada de serviços nas unidades de atendimento, no período, apurada de acordo com a metodologia adotada pelo sistema Saga.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: As unidades foram estimuladas a buscarem alternativas para promover a redução do Tempo Médio de Espera (TME), como a obrigatoriedade do agendamento para o atendimento da pessoa jurídica, a orientação ao contribuinte, a divulgação dos serviços online, o remanejamento de servidores e o suporte técnico às agências. O cumprimento, com folga, da meta anual do TME pela 5ª Região Fiscal em 2011 (apesar do panorama inicial desfavorável no mês de janeiro) deveu-se, sobretudo, ao esforço realizado pelas unidades de atendimento, principalmente as de maior porte como os CACs.

Pontos críticos: Algumas unidades estão com um quadro de pessoal reduzido, requerendo ações/intervenções de apoio. Foco excessivo no indicador, esquecendo as demais questões que compõem a excelência no atendimento.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Percentual de serviços conclusivos no atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	95,00	96,80

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços conclusivos no atendimento em relação ao total de serviços prestados nas unidades administrativas.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade total de Serviços Conclusivos/Total de Serviços Prestados) x 100].
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 5ª RF cumpriu a meta de conclusividade estabelecida, assim como as demais Regiões Fiscais. Não há pontos positivos a destacar tendo como referência as medições atuais de conclusividade.

Pontos críticos: Necessidade de se harmonizar/padronizar o registro do que é conclusivo.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de demanda reprimida no atendimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Negativa	5,00	0,70

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços solicitados e não atendidos nas unidades de atendimento (triagem) ou no de agendamento (internet).
- **Fórmula de cálculo:** $\{[(\text{Quantidade de solicitações não atendidas com origem na Triagem} + \text{Quantidade de solicitações não atendidas com origem no Agendamento}) / (\text{Quantidade de Atendimento Presencial})] \times 100\}$.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: Baixa demanda reprimida.
Pontos críticos: Necessidade de padronizar o agendamento de serviços e o registro da demanda reprimida na triagem.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	105,00

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Número de operações realizadas}) / (\text{número de operações previstas}) \times 100]$.
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: a) Aumento do contingente operacional – disponibilidade de pessoal próprio;
b) Aumento da sensibilização institucional na 5ªRF quanto aos objetivos das atividades de repressão;
c) Melhora na seleção de alvos, com a implantação de critérios de pesquisa e seleção, elevando a eficácia;
d) Melhora no planejamento operacional, elevando a eficiência.

Pontos críticos: a) Corte orçamentário, que resultou na diminuição dos treinamentos programados e na redução das ações regionais e, consequentemente, da integração entre as unidades da 5ªRF;
b) Deficiência das instalações físicas da Direp05, potencializada com o aumento do número de servidores;
c) Problemas para o armazenamento das mercadorias apreendidas - falta de espaço físico; de pessoal para a contagem, conferência e gestão das mercadorias apreendidas; de equipamentos para o manuseio; e de

uniformização de procedimentos pelas unidades -, com impacto nas operações previstas;

d) Falta de convênios com entidades externas, tanto para operações conjuntas quanto para ações especializadas. Como exemplo: convênio com a Marinha, que impede a Direp05 de dispor de local adequado para guarda de embarcações apreendidas;

e) Dificuldades de logística de pessoal das unidades jurisdicionadas para a realização de operações de grande porte.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	464	478

- **Finalidade:** Medir o número de eventos de educação fiscal, conforme critérios definidos pela Coaef, para o público interno e externo com a participação da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: As novas diretrizes de Educação Fiscal fortaleceram as ações aderentes à Administração Tributária/Aduaneira.
Pontos críticos: Falta alocar recursos dedicados integralmente à atividade.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de realização da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Percentual	Positiva	1,62	2,10

- **Finalidade:** Medir a eficácia da cobrança.
- **Fórmula de cálculo:** {(Pagamentos em atraso no mês - Receitas da Dívida Ativa) / Débitos em situação "Devedor" no início do mês}.
- **Fonte dos Dados:** Sistemas de Cobrança, DW-Arrecadação, DW-Devedores, Informar e outros.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: Nada a informar.
Pontos críticos: O indicador não reflete o esforço da cobrança em atraso, principalmente o das unidades, que têm pouca relevância em relação ao tratamento eletrônico automático, cuja ação é de âmbito nacional.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Número relativo	Negativa	3,21	3,20

- **Finalidade:** Medir a relação existente entre o saldo das compensações pendentes e a média anual de compensações ativas, de sorte a refletir o valor total das DCOMP pendentes, correspondentes ao valor médio anual, ou seja, o lapso de tempo, em anos, de DCOMP entregues e não solucionadas.
- **Fórmula de cálculo:** Relação existente entre compensações pendentes e a média anual de compensações ativas, sendo: a) Compensações pendentes - Montante de débitos existentes, volume em moeda nacional, correspondente ao Total de Débitos das Declarações de Compensação entregues com algum nível de pendência (DCOMP pendentes de análise), nos cinco anos que antecedem ao período de apuração considerado, objeto de análise; DCOMP pendentes de análise - DCOMP que se encontrem nas situações não analisada, em análise automática, em análise manual, aguardando tratamento manual e em análise suspensa; b) Média anual de compensações ativas - correspondente à média anual do Total de Débitos das Declarações de Compensação ativas transmitidas, volume em moeda nacional, nos cinco anos que antecedem ao período de apuração objeto de análise, sendo que são desconsideradas as Declarações “Retificadas” e “Canceladas”.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A criação de um indicador em 2011 para avaliação da situação das compensações pendentes foi bastante positiva.

Pontos críticos: A base móvel do índice dificulta a previsão pela região do cumprimento da meta de redução. Foram emitidos 28.370 Despachos Decisórios em 2011, totalizando R\$ 217.236.276,00, mas insuficientes para reduzir o índice em razão da velocidade de entrada de DCOMP. As unidades dispõem de margem muito pequena de governabilidade sobre o resultado, face ao grande peso do trabalho que deve ser realizado pelo sistema, através da análise automática.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de presença fiscal na fiscalização de tributos internos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	11,46	13,74

- **Finalidade:** Medir a variação da cobertura da fiscalização de tributos internos.
- **Fórmula de cálculo:** (Média aritmética da CFPJ + CFPF + CFD) x 100, sendo: Cobertura da fiscalização de tributos internos sobre os PJ (CFPJ) = (Quantidade de contribuintes de demais PJ objeto de fiscalização ou revisões no ano) / Quantidade de PJ demais ativas; Cobertura da fiscalização de pessoa física (CFPF) = (Quantidade de contribuintes de PF objeto de fiscalização, malha PF ou malha ITR no ano) / Quantidade de PF declarantes; Cobertura da fiscalização PJ Diferenciada (CFD) = (Quantidade de contribuintes de PJ diferenciados objeto de fiscalização ou revisões no ano) / Quantidade de PJ diferenciadas.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal de Tributos Internos, Gerencial da Malha PF, Gerencial da Malha ITR.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 5ª Região Fiscal apresentou o melhor desempenho nacional no índice de presença fiscal em termos absolutos (13,74%) e o segundo melhor desempenho entre as RFs em termos relativos à meta (superando em quase 20% a meta estipulada de 11,46%).

Contribuiu para o resultado regional o alto índice de presença fiscal obtido no segmento correspondente às pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento diferenciado (que corresponde a 1/3 meta). O índice de presença fiscal da 5ª RF nesse segmento foi de 39,29%, o maior entre as Regiões Fiscais, o que se explica pelo excelente desempenho no cumprimento das metas de fiscalização PJ diferenciadas: 145,12%. Somente a DRF-Salvador, que responde por mais da metade da meta para essa categoria de contribuinte, obteve um resultado de 145,64% em quantidade de procedimentos fiscais realizados em PJ diferenciados. As demais unidades, de um modo geral, também apresentaram bons resultados de presença fiscal nesse segmento.

O fato de o cumprimento da meta ter sido garantido com segurança pelos bons índices de presença fiscal nas PJ diferenciadas não significa dizer que as demais frentes de atuação tenham sido subaproveitadas. Com efeito, a 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir todas as metas (em nível regional) de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações, com destaque para a DRF-Camaçari (que alcançou 174,25% da meta estipulada para fiscalizações) e para a DRF-Salvador (que executou 192,10% da meta definida para a revisão de declarações PJ).

Pontos críticos: Nada a informar.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Índice de cobertura da fiscalização aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	9,90	9,92

- **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objetos de fiscalização a posteriori, no período indicado.

- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)], onde: Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro; Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: A 5a.RF alcançou resultado superior à meta anual - 9,90%, tendo fiscalizado 9,92% dos operadores responsáveis por 99% do volume regional de comércio exterior, mantendo-se a tendência crescente de resultado deste indicador iniciada em 2009.
Pontos críticos: Dificuldades na geração de dossiês para abertura de fiscalizações aduaneiras de zona secundária.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5^a RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	15,00	8,14

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** $\{[(N^{\circ} \text{ de DIs desembaraçadas com ficha de ocorrência (FDI) no Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar)} + n^{\circ} \text{ de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar, com indicação de perdimento total de mercadorias}) / (n^{\circ} \text{ de DIs desembaraçadas com verificação aduaneira} + n^{\circ} \text{ de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar com indicação de perdimento total de mercadorias})] \times 100\}$.
- **Fonte dos Dados:** Informações obtidas a partir de pesquisa no sistema Gerencial de Desempenho Aduaneiro (GDA) e no sistema DW Corporativo, visão aduaneira (DWA), cujo banco de dados é construído com informações do Siscomex, módulo Importação, e do sistema Radar.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: É importante destacar a tendência crescente dos resultados alcançados pela 5^a RF desde 2006.

Pontos críticos: Possível falta de registro no sistema Radar das fichas de ocorrência referentes às ações fiscais realizadas no curso do despacho aduaneiro de importação, uma vez que este indicador depende da inserção manual no sistema, por parte da fiscalização, das ocorrências verificadas no curso do despacho. Vale ressaltar o fato de que nenhuma região fiscal alcançou a meta definida em 2011, o que se repete desde 2009.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim

como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5^a RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	92,16

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** [(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100].
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: A meta anual - 90% - foi alcançada pela 5^a RF, mantendo-se a tendência crescente do resultado deste indicador iniciada em 2007.
Pontos críticos: Dificuldades na geração de dossiês para abertura de fiscalizações aduaneiras de zona secundária.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5^a RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	3,48	2,89

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre o registro de cada DI no Siscomex e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DIs desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**
Situação atual: A meta anual - 3,48 dias - foi plenamente alcançada pela 5^a RF - 2,89 dias, mantendo-se a tendência de redução dos tempos médios de despacho de importação iniciada em 2009.
Pontos críticos: Apenas no mês de maio de 2011, o resultado regional (9,89 dias) foi superior à meta, devido à distorção no resultado da Alfândega do Porto de Salvador (ALF/SDR), que desembaraçou 14 Declarações de Importação (DI) de nacionalização de admissão temporária do ano de 2007 (13 em canal amarelo e 1 em vermelho). Este tipo de ocorrência causa significativa distorção no resultado do indicador.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5^a RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,51	0,18

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada DE e o respectivo desembarque dividido pela quantidade de DEs desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta anual (0,51 dias) foi plenamente alcançada pela 5ª RF (0,18 dias), tendo-se alcançado resultados inferiores à meta em todos os meses de 2011 e sido mantida a tendência de redução dos tempos médios de despacho de exportação iniciada em 2009.

Pontos críticos: Possível existência de Declarações de Exportação (DE/DSE) pendentes de conclusão do despacho aduaneiro, cujo desembarque tardio implica em distorção no resultado do indicador.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Horas	Positiva	50,00	41,15

- **Finalidade:** Aferir a profundidade dos eventos de capacitação.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de horas de treinamento realizado no exercício dividida pela quantidade de servidores treinados no exercício.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: O contingenciamento de recursos financeiros no exercício 2011 motivou cancelamentos e adiamentos de ações de capacitação. Como a capacitação do maior número possível de servidores permaneceu como estratégia da 5ªRF (ressalte-se que na maioria das unidades gestoras a quantidade de servidores capacitados em 2011 superou as estatísticas de 2010), a redução do volume e da carga horária dos eventos decorrentes do corte orçamentário interferiu de modo significativo sobre o valor do indicador de aprofundamento da região.

Pontos críticos: Em todas as Unidades da 5ª Região Fiscal houve redução na quantidade de horas investidas em capacitação e no indicador de aprofundamento, em função do contingenciamento de recursos financeiros no exercício 2011, que motivou cancelamentos e adiamentos de ações de capacitação, além de reduções na carga horária de eventos para a diminuição de custos e para a adequação das ações de capacitação ao formato de videoconferência.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Grau de amplitude da capacitação dos servidores

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	90,00	79,05

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de servidores treinados no exercício dividida pela quantidade de servidores no exercício.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Apesar do forte contingenciamento de recursos financeiros em 2011 que motivou cancelamentos e adiamentos de algumas ações de capacitação programadas, o indicador não apresentou queda relevante no intervalo sob análise em cotejo com o exercício anterior, situando-se a redução em patamar de 3,26%, aproximadamente.

Pontos críticos: O contingenciamento de recursos financeiros em 2011 motivou o cancelamento e o adiamento de algumas ações de capacitação programadas, ocasionando redução do volume de servidores capacitados no âmbito da 5ª Região Fiscal. A adoção de eventos de capacitação à distância sofreu interferência de alguns fatores. As ações de capacitação desenvolvidas à distância por meio de plataformas vinculadas à ESAF apresentaram, normalmente, limitações no número de vagas e impossibilidade de participação simultânea em eventos distintos. Tais fatos podem ter contribuído para a queda do volume de servidores capacitados na Região. Em relação aos eventos de capacitação à distância realizados por meio de videoconferência, a inexistência de espaços e de equipamentos suficientes para a realização concomitante de ações em âmbito regional motivaram, também, a redução do volume de eventos realizados, impactando, negativamente, o indicador.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5ª RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

Indicador: Nível de adequação das instalações físicas das unidades

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60,00	52,21

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de Unidades Adequadas / Total de unidades avaliadas da RFB) x 100].
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho**

Situação atual: Não foram realizadas as reformas da Delegacia de Itabuna e da Agência de Jacobina, além de não ter sido concluído recebimento dos projetos do novo Edifício-Sede e da reforma interna do Edifício Sede da Alfândega do Porto.

Pontos críticos: O não atingimento da meta decorreu principalmente da limitação do Art. 5º do Decreto 7446, de 01/03/2011, que inviabilizou a reforma da Delegacia de Itabuna (reprovada inclusive pelo Min. do Planejamento) e da Agência de Jacobina, combinado com o atraso no recebimento dos projetos do novo Edifício-Sede e da reforma interna do Edifício Sede da Alfândega do Porto, que não nos permitiram sequer dar início aos respectivos processos licitatórios.

Obs: Este indicador é utilizado por todas as Superintendências da RFB e por isso possui como responsável uma Unidade Central desta RFB. No entanto, a meta e o resultado apresentados, assim como o desempenho analisado, são referentes a esta Região Fiscal. No âmbito da 5^a RF, a responsabilidade pelo atingimento da meta é desta Superintendência.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não se aplica. Estas informações estão sendo tratadas no Relatório de Gestão da RFB, em razão do acompanhamento da substituição da mão de obra terceirizada por servidores do cargo de Assistente-Técnico Administrativo – nível médio (ATA) estar centralizado nas Unidades Centrais (UJ 170010).

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não se aplica. Qualquer autorização para realização de concurso público para a Secretaria da Receita Federal do Brasil é feita de forma centralizada no âmbito das Unidades Centrais da RFB.